



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA
JUSTIÇA E CIDADANIA**

NATÁLIA PEREIRA DALTO DOS SANTOS

**VULNERABILIDADE, JUVENTUDE E CRIMINALIDADE:
O caso do estado de Sergipe**

**SALVADOR, BA.
2018**

NATÁLIA PEREIRA DALTO DOS SANTOS

**VULNERABILIDADE, JUVENTUDE E CRIMINALIDADE:
O caso do estado de Sergipe.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Segurança Pública Justiça e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. João Apolinário da Silva.

**SALVADOR, BA
2018**

S237

Santos, Natália Pereira Dalto dos,
Vulnerabilidade, juventude e criminalidade: o caso dos Estado de Sergipe /
por Natália Pereira Dalto dos Santos. – 2018.
114 f.

Orientador: Prof. Dr. João Apolinário da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Direito, 2018.

1. Crime e criminosos-Sergipe. 2. Juventude. I. Universidade Federal da
Bahia. I. Título

CDD- 364

NATÁLIA PEREIRA DALTO DOS SANTOS

**VULNERABILIDADE, JUVENTUDE E CRIMINALIDADE:
O caso do estado de Sergipe**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestra em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito da
Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha 01: Políticas e Gestão em Segurança Pública

Aprovada em 20 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Dr. João Apolinário da Silva – Orientador

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano
Professor Colaborador da Universidade Federal da Bahia

Dr^a. Sônia Cristina Lima Chaves

Doutora em Saúde Coletiva
Coordenadora de Curso da Universidade Federal da Bahia

Dr. Valmir Farias Martins

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano
Professor da Faculdade Dom Pedro, Bahia

Aos meus pontos de luz Dário e Antônio José (*in
memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Vivo agora um momento importante da minha existência. A emoção que me invade não me impede de olhar para trás e ver todo caminho percorrido, todas as dificuldades enfrentadas e, graças a Deus, superadas na tarefa de conciliar família, trabalho, ativismo e estudo. Contudo, nesta viagem vejo também infinitos momentos felizes, novas conquistas, novos amigos, enfim uma nova vida. Reconheço que ao longo desse caminho tive apoio de diversas pessoas a quem expresso agora meus singelos agradecimentos.

A Deus e todas as forças do universo por terem me dado coragem para iniciar essa jornada e discernimento para persistir.

Aos meus amados pais, Antônio José (*in memoriam*), que sempre me incentivou a lutar pelos meus sonhos, e Maria Mendes, que é minha inspiração, exemplo de mulher forte, aguerrida e persistente. Muito obrigada mamãe e papai. Infelizmente vocês não tiveram a mesma oportunidade, mas honraram o compromisso de educar e manter na escola os sete filhos, permitindo-lhes melhores condições numa sociedade letrada

À memória de meu irmão Dário, inspiração de luta, coragem e humanismo.

Aos meus avós maternos, Maria José e Firmino (*in memoriam*), apesar da distância vocês sempre estiveram presentes no meu coração.

Aos meus irmãos Débora, Dalto, Ana, Viviane e João Antônio, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e apoiando.

Aos meus sobrinhos filhos Tiago, Yasmin, Ana Júlia, Eduardo, Elton Maurício e João Miguel, muito obrigada pelo amor e carinho de todo os dias.

Ao meu orientador, Dr. João Apolinário da Silva, pela dedicação e profissionalismo na condução da orientação para construção deste trabalho.

À minha amável amiga de todas as horas, Iracema, presente que o mestrado me deu, “muito obrigada pela acolhida amiga”.

A todos os professores, por todo conhecimento profissional e acadêmico, muito obrigada.

Aos colegas do mestrado, que me apoiaram em momentos fraternos de convívio acadêmico.

À Coordenação do Curso de Mestrado em Segurança Pública Justiça e Cidadania da UFBA.

À Universidade Federal da Bahia, pela sua infraestrutura, possibilitando o acesso a educação através do seu corpo docente, mateias e principalmente pela promoção e ampliação dos meus conhecimentos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia – FAPESB, pelo apoio financeiro comedido oportunizando-me dedicar-me à pesquisa acadêmica.

Aos colegas de trabalho do Centro Dom José Brandão de Castro, pela compreensão e amizade.

Aos amigos e companheiros dos movimentos de proteção à infância e aos direitos humanos. A luta é árdua, mas haveremos de continuar.

“O período de maior ganho em conhecimento e experiência é o período mais difícil da vida de alguém”.

Dalai Lama

SANTOS. Natália Pereira Dalto dos. **VULNERABILIDADE, JUVENTUDE E CRIMINALIDADE: O caso do estado de Sergipe**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania). Escola de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

O presente texto é o resultado de pesquisa sobre o tema vulnerabilidade social de jovens na cidade de Aracaju, no estado de Sergipe – Brasil. A pesquisa buscou examinar dados estatísticos junto às organizações públicas, bem como dos órgãos de imprensa, quer sejam publicações escritas ou eletrônicas. A pesquisa teve como suporte metodológico o uso de métodos bibliográfico e de levantamento documental (documentos oficiais escritos e eletrônicos). Aplicou-se o método qualitativo para fins de compreender os discursos dos atores sociais envolvidos na trajetória de assistência às crianças, adolescentes e jovens. Acessoriamente, aplicou-se o método quantitativo para se compreender a extensão da vulnerabilidade e o quanto ela alcança outros municípios e está potencializada na capital do Estado. Foram aplicadas técnicas de entrevistas e de questionários para avaliar os discursos dos indivíduos. A pesquisa revelou que existe vulnerabilidade de crianças e jovens nas diversas localidades da cidade de Aracaju – Sergipe. Essa vulnerabilidade é difusa e decorrente da má gestão pública e sobretudo da criminalidade violenta que é o que mais vitimiza esses jovens. Constatou-se ainda que diversos órgãos governamentais e não-governamentais realizam projetos para minimizar os efeitos dessa vulnerabilidade, bem como para proteger esses jovens. Dentre os programas têm-se aqueles que buscam a educação formal e aquela que esclarece sobre o uso de drogas ilícitas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Criminalidade. Aracaju.

SANTOS. Natália Pereira Dalto dos. **Vulnerability, youth and crime: the case of the state of Sergipe**. 2018. 109 f. Dissertation (Professional Master in Public Safety, Justice and Citizenship) - School of Law, Federal University of Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

This text is the result of research on the topic of social vulnerability of children and young people in the city of Aracaju, in the state of Sergipe, Brazil. The research sought to examine statistical data with public organizations, as well as press agencies, whether written or electronic publications. The research had as methodological support the use of bibliographical methods and documentary survey (officially written and electronic documents). The qualitative method was applied in order to understand the speeches of the social actors involved (victims and relatives) in the care path for children and young people. Accompanying, the quantitative method was applied to understand the extent of vulnerability and how far it reaches other municipalities and is potential zed in the state capital. Techniques of interviews and application of questionnaires were also applied to evaluate the speeches of individuals. The research revealed that there is the vulnerability of children and young people in the different locations of the city of Aracaju - Sergipe. This vulnerability is diffuse and the vulnerability resulting from violent crime is what most makes them victims of these conditions. It was also noted that several governmental and nongovernmental organizations are implementing projects to minimize the effects of this vulnerability, as well as to protect these young people. Among the programs are those who seek formal education and the one that clarifies the use of illicit drugs.

Keywords: Vulnerability. Crime. Aracaju.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Taxa de homicídio por 100 habitantes (n=1666) – Aracaju 2012 – 2015...	54
Figura 2 – Taxa de elucidação de homicídios (n=1966).....	54
Figura 3 – Distribuição dos homicídios por local de crime (n=1966).	55
Figura 4 – Distribuição dos meios utilizados na execução dos homicídios (n=1966)..	56
Figura 5 – Motivação da execução dos homicídios (n=1071).	56
Figura 6 – Percentual de autores e vítimas com passagens pela polícia (N _a = 1068, N _v = 1641).....	59
Figura 7 – Proporção de envolvidos com Drogas (N _a = 1068, N _v = 1641).....	60
Figura 8 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2013, por município.....	61
Figura 9 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2014, por município.....	62
Figura 10 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2015, por município.....	63
Figura 11 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2014, por município.....	64
Figura 12 – Proporção dos crimes de homicídios em Aracaju/Sergipe, 1996-2016. ...	81
Figura 13 – Homicídios em Aracaju, por 100.000 habitantes, 1996-2016.....	82
Figura 14 – Evolução da população de Aracaju, por 100.000 habitantes, 1996-2016.	83
Figura 15 – Evolução da população de Aracaju em relação ao Estado de Sergipe, 1996-2016.....	84
Figura 16 – Proporção de conflitos e violências nas escolas em Sergipe – 2016.....	91

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Distribuição de população jovem em Aracaju (2010).....	50
Tabela 2 – Perfil Social Demográfico ($N_a= 1068$, $N_v = 1641$)......	58
Tabela 3 – Proporção de homicídios na cidade de Aracaju em relação ao Estado de Sergipe de 1996 – 2016.	83
Tabela 4 – Quantitativo e proporção de homicídios na cidade de Aracaju, por sexo, em relação ao Estado de Sergipe de 1992 – 2016.	84
Tabela 5 – Quantitativo de vítimas de homicídio infanto-juvenil na cidade de Aracaju, segundo a cor da pele ou raça, em relação ao Estado de Sergipe de 1992 – 2016.	85
Tabela 6 – Proporção de vítimas de homicídio infanto-juvenil na cidade de Aracaju, segundo a cor da pele ou raça, em relação ao Estado de Sergipe de 1992 – 2016.	85
Tabela 7 – População brasileira residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade 2010.	86
Tabela 8 – Proporção de vítimas de homicídio na cidade de Aracaju, segundo escolaridade, em relação ao Estado de Sergipe de 1996 – 2016.	86
Quadro 1- Ações governamentais focada na juventude.	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABSP – Anuário Brasileiro de Segurança Pública.
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Ceacrim – Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal.
- Cepal – Comissão Econômica para a América Latina.
- CID10 – Classificação Internacional de Doenças – 10.
- CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil.
- Conad – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.
- D.A.R.E. – Drug Abuse Resistance Education.*
- DAPP – Diretoria de Análise de Políticas Públicas.
- Datasus – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.
- DCA – Departamento da Criança e do Adolescente.
- DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.
- DNA – Ácido Desoxirribonucleico.
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas.
- HAF – Homicídio por Arma de Fogo.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ID – Identidade Jovem.
- ILBJ – Instituto Luciano Barreto Júnior.
- IML – Instituto Médico Legal.
- IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil.
- L.A.D.P. – Departamento de Polícia de Los Angeles.
- Napsec – Núcleo de Análise e Pesquisas em Políticas de Segurança e Cidadania.
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho.
- OJS – Orquestra Jovem de Sergipe.
- OMS – Organização Mundial da Saúde.
- PEC – Projeto de Emenda Constitucional.
- PL – Projeto de Lei.
- PMSE – Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Ritla – Rede de Informações Tecnológicas Latino Americana.

Secult – Secretaria de Estado da Cultura.

Seed – Secretaria de Estado da Educação.

Seidh – Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho, Direitos Humanos e Juventude.

Semfas – Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social.

Sesc – Serviço Social do Comércio.

SIM – Sistema de Informação de Mortalidade.

Sisnad – Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.

SSP – Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Suas – Sistema Único de Assistência Social.

SUS – Sistema Único de Saúde.

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.2 EXPLICAÇÕES DA VULNEBALIDADE DE JUVENS	20
2.3 TIPOS DE VULNERABILIDADE.....	26
2.4 A VULNERABILIDADE DECORRENTE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA.....	34
3. METODOLOGIA.....	40
4. DESENVOLVIMENTO.....	43
4.1 EXPLICAÇÃO DA VULNERABILIDADE DE JOVENS EM ARACAJU	43
4.2 TIPOLOGIA DE VULNERABILIDADE DE JOVENS EM ARACAJU	46
4.4. OS ATORES PÚBLICOS E O CONTROLE DA VULNERABILIDADE.....	65
4.4.1 O serviço do estado no contexto do controle das condicionantes da vulnerabilidade	65
4.4.2 Os atores sociais envolvidos no controle da vulnerabilidade.....	70
4.4.3 Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd.....	70
4.4.4 Polícia Cidadã	72
4.5 MINHA COMUNIDADE SEGURA	72
4.6 SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO – Sesc	74
4.7 INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR	75
5 RESULTADOS	80
5.1 VITIMIZAÇÃO DE JOVENS EM ARACAJU DECORRENTE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA	80
5.2 VITIMIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DOS DADOS DA DATASUS	80
5.3 A VITIMIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO ESTADO	87
5.4. VÍTIMAS DA VULNERABILIDADE OU HOMICÍDIO “ASSISTIDO”	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102

ANEXO A.....	110
ANEXO B.....	111
ANEXO C.....	112
ANEXO D.....	113
ANEXO E.....	114

1. INTRODUÇÃO

A juventude tem direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social. Assim diz o Estatuto da Juventude lei 12.852 de 05 de agosto de 2013.

Considera-se juventude a população compreendida entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. O direito à segurança pública e ao acesso à justiça também estão inseridos no Estatuto da Juventude. Observe o que diz o art. 37 do Estatuto da Juventude: Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes assegurada a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.

O Estatuto da Juventude define os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude nas esferas federal, estadual e municipal. É mais uma garantia para que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias culturais, diversidades e condições socioeconômicas.

O Estatuto da Juventude trata em seu art. 2º. dos princípios que norteiam os direitos dos jovens no Brasil. Os direitos dizem respeito à participação social de forma igualitária, autonomia, desenvolvimento social e intelectual, respeito à identidade e diversidade e cultura de paz. Tais direitos não devem sofrer qualquer tipo de discriminação, quer seja por etnia, raça, cor da pele, sexo, idade, religião, idioma, orientação sexual, opinião, condição social ou econômica

A vida cotidiana dos jovens das camadas populares nas metrópoles brasileiras, apenas recentemente tornou-se objeto de investigação entre os cientistas sociais. Os estudos pioneiros sobre a periferia realizados nas décadas de 1970 - 1980 registraram uma multiplicidade de atores sociais que intervinham na vida urbana, mais em nenhum momento os pesquisadores se referiram aos jovens como um grupo social específico (GOMES, 2011).

De acordo com as informações mencionadas acima, observa-se uma necessidade de se estudar como a sociedade e a segurança pública compreendem essa questão da violência sofrida pelos jovens em Sergipe e, principalmente, como ocorrem essas violações.

Atualmente a criminalidade é um dos problemas mais urgentes enfrentados pelo Brasil, haja vista os níveis alarmantes que assumiu em nosso país. O número de homicídios,

geralmente, utilizado como *práxis* para mensuração da violência, era de 13.910 no ano de 1980, chegou a 54.043 em 2003, recuou para 47.670 em 2007, e apresentou um repique saltando para 56.337 em 2012, o que representa uma taxa de homicídios de 29,0 por cem mil habitantes neste último ano, conforme os dados do Datasus. Isso representa o equivalente a 154 mortes por dia (JORGE, 2015).

A violência infanto-juvenil ligada ao processo de socialização é aspecto que carece de cuidados especiais. Esse fenômeno é tão grave que, em 2008, o Brasil foi classificado como o sexto país mais violento dentre uma amostra de 100 nações, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Venezuela Guatemala e Ilhas Virgens (WAISELFISZ, 2011). Esta violência se estende por vários anos, tornando necessário compreender tal processo social.

No período de dez anos, compreendidos entre 2003 e 2012, foram contabilizadas no Brasil 506.189 homicídios, ou seja, uma perda atual de cerca de 50,6 mil vidas, o que supera, em ambos os aspectos, o total de óbitos verificados em conflitos de independência ou guerra civil (JORGE, 2015). Dentre essas 50 mil vidas perdidas, cabe examinar qual a participação da população infanto-juvenil negra vitimizada dentro do quantitativo que corresponde às vítimas jovens ocorridas anualmente no Brasil, em particular em Sergipe.

No caso do estado de Sergipe, que até recentemente era considerado relativamente tranquilo por seus habitantes, o número de homicídios salta de 473 em 2003 para 883 no ano de 2012, o que representa uma taxa de 41,8 homicídios por cem mil habitantes, bastante superior à média brasileira acima mencionada. Isso coloca o estado em quarto lugar na Região Nordeste, atrás apenas de Alagoas, Ceara e Bahia, e como o sexto mais violento do Brasil. (www.datasus.saude.gov.br). Se considerarmos o decênio 2003-2012, o total de vidas perdidas em solo sergipano chega a 6.101, um contingente de indivíduos maior do que a população de dezesseis dos 75 municípios sergipanos (conforme projeções populacionais anuais efetuadas pelo IBGE).

Assim, trata-se de um problema relevante também em âmbito estadual. Logo, faz-se mister empreender políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade o que, por sua vez, demanda uma análise apurada de suas causas. A queda na taxa de homicídios verificada entre 2003 a 2007 é vista por Waiselfiz (2010 e 2011), dentre outros autores, como um resultado da Campanha pelo Desarmamento, realizada no país a partir de meados de 2004.

Na perspectiva de direitos humanos, a violência que atinge os adolescentes é uma violação do direito básico à vida. Isto é, a violência está vinculada estreitamente à violação dos direitos à educação, à nutrição adequada, à moradia, à segurança pessoal, à saúde, à

proteção da família e ao trabalho. As violações destes direitos contribuem para que os adolescentes e jovens sejam mais vulneráveis à violência (MARQUES; MADALENO, 2010).

No que se refere aos movimentos que defendem a população negra, muitas lutas têm sido travadas em prol da implementação de ações afirmativas. Por sinal, a implementação das primeiras ações políticas aponta para o fim do mito da democracia racial, ou seja, a ideia de que não existem preconceitos ou discriminações entre brancos e negros (DOMINGUES, 2005, p. 174).

Para mudar situações claras de desigualdade social e econômica são necessárias medidas voltadas para promover melhores condições para o grupo que se encontra em posição de desvantagem. Essas medidas são conhecidas como ações afirmativas, que podem ser públicas ou privadas (de empresas, por exemplo). Tais ações representam uma forma de compensação ou reparação à discriminação sofrida. Alguns programas de ações afirmativas estão em curso.

Dentro deste contexto, emergiu o seguinte problema de pesquisa: Como a violência, presente na cidade de Aracaju – capital do Estado de Sergipe, causou vitimização na população jovem, no período de 2012 a 2014? Tal indagação se insere no tema da avaliação da forma de vida de juventude em Sergipe e as violações de direitos humanos, sob olhar da sociedade e as pessoas que participam do processo de vigilância da Segurança Pública.

Tal abordagem se justifica pelo fato de, diariamente, se observar nos telejornais em âmbito local e nacional casos de violação de direitos, sejam eles de crianças e adolescentes, jovens ou adultos. Isso tudo tem gerado, tanto para a segurança pública como para a sociedade, uma naturalização e incorporação nas relações cotidianas de práticas extremamente violentas.

Pode-se perceber na sociedade, e muitas vezes dentro dos espaços acadêmicos, certo distanciamento e não aproximação com o tema. Isso tudo impossibilita a realização de pesquisas que sejam capazes de encontrar respostas para esse tipo de violação de direitos humanos.

Em 2012, dezessete adolescentes que cometeram atos infracionais foram brutalmente exterminados no município do sul sergipano. Os movimentos sociais, frentes parlamentares em defesa da criança, fóruns, Departamento da Criança e do Adolescente – DCA e outras instituições se somaram em atos de audiências públicas para discutirem o caso e cobrar do poder público a punição aos responsáveis por tamanha crueldade.

Essa pesquisa possibilitará o estudo dos casos de violências contra juventude no estado de Sergipe durante os anos 2012 a 2014. O estudo também possibilitará entender como é a

atuação da Secretaria de Segurança Pública e a percepção da sociedade nos casos de violência contra juventude.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a vitimização de jovens na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, no período de 2012 a 2014. Já de forma específica a investigação buscou: a) analisar a vulnerabilidade da juventude em Sergipe a partir de dados do IBGE; b) avaliar a proporção de jovens vitimizados pela violência na cidade de Aracaju; c) identificar os fatores que conduzem a vitimização de jovens na cidade de Aracaju; e d) comparar os procedimentos desenvolvido pelo planejamento da segurança pública para reduzir a vitimização de jovens em Aracaju.

Esta dissertação está dividida em quatro seções. Na segunda seção, discute-se a vulnerabilidade de jovens no Brasil, buscando evidenciar o quadro de carências a que estão submetidos os jovens brasileiros. Na terceira seção, buscou-se apontar a vulnerabilidade de jovens na cidade de Aracaju, avaliando se o caso particular da cidade difere de forma significativa do que foi constatado no Brasil. Já a quarta e última trata da análise dos espaços de vulnerabilidade do estado de Sergipe, apontando o quadro da cidade de Aracaju.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. VULNERABILIDADE DE JOVENS NO BRASIL ATUAL

A tipologia de vulnerabilidade tem uma forte relação com os descritores das necessidades e direitos que uma sociedade se compromete em cumprir. Bright (2017) posiciona-se em algumas categorias de vulnerabilidade: a primeira define-se pelo agrupamento de crianças e jovens que são cuidados pelo ente estatal, quer seja em espaços residenciais ou em hospitais; a segunda categoria pode refletir circunstâncias familiares como crianças que recebem refeições escolares livres ou crianças necessitadas e crianças que procuram asilo; a terceira categoria diz respeito à necessidade que refletem características de desenvolvimentos infantis como crianças em assistidas por unidades escolares ou necessidades de educação especial e deficiência. Esses grupos também podem incluir categorias como crianças sujeitas à avaliação ou supervisão nos termos das leis de proteção às crianças, crianças sujeitas a ordens judiciais ou recebendo serviços de justiça juvenil e filhos desaparecidos; a quarta categoria é composta por crianças que recebem serviços após a avaliação, mesmo que não tenham uma forma formal status. Por exemplo, aqueles que recebem serviços de prevenção através de cuidados infantis, ou justiça juvenil, todos os quais foram avaliados por agências estatutárias como vulneráveis de alguma forma. A quinta categoria refere-se as crianças identificadas como parte de uma família que sofre violência doméstica e abuso. A sexta categoria refere-se às crianças que carecem de assistência em função de suas carências materiais. Por fim, a sétima categoria trata das crianças que estão susceptíveis às condições de violência e criminalidade.

2.2 EXPLICAÇÕES DA VULNERABILIDADE DE JOVENS

Em verdade, o Brasil avançou nos últimos anos, no entanto a redução da desigualdade social, vulnerabilidades e o combate à pobreza não foram suficientes para enfrentar uma cultura de violência que tem fragmentos sociais, territoriais e raciais. Portanto, tortura, homicídios, extermínio e encarceramento em massa da juventude vulnerável e de periferia é um problema endêmico da nossa sociedade.

A juventude tem direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo assegurados a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social, assim diz o Estatuto da Juventude lei 12.852 de 05 de agosto de 2003.

Considera-se juventude a população compreendida entre 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade. O direito à Segurança Pública e ao acesso à Justiça também estão inseridos no Estatuto da Juventude. Observe o que diz o art. 37 do Estatuto da Juventude:

Todos os jovens têm direito em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes assegurada a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social (BRASIL, 2014, p.35).

A vulnerabilidade de jovens é tema de grande repercussão. O termo vulnerabilidade é multidisciplinar, uma síntese das dimensões dos indivíduos sejam eles sociais ou políticos. Segundo Schumann (2014, p. 9) “[...] o termo vulnerabilidade é um conceito multidisciplinar com apropriações em estudos dos mais diversos campos de saber, tais como saúde, ciências naturais, ciências sociais, economia, psicologia e bioética”.

Ainda de acordo com Schumann (2014, p. 100), vulnerabilidade é um processo dinâmico, multigerencial, histórico, social e econômico operado por assimetrias de poder e acesso a recursos que participem das capacidades humanas.

Diz o autor que não se refere a um indivíduo que é vulnerável, mas aos processos em que esse indivíduo, família ou comunidade estão inseridos, especialmente aqueles resultantes de inserção social precária em detrimento de processos econômicos, sociais, culturais e políticos excludentes (SCHUMAN, 2014, p.100).

Alves e Semzezem (2013) falam que os primeiros estudos encontrados na literatura explicam as vulnerabilidades apenas a partir do viés econômico, pois se fundamentam em análises da capacidade de mobilização social, partindo do pressuposto de que o fator econômico influencia na redução de oportunidades, o que interfere, diretamente, nas possibilidades de acesso a bens e serviços.

Ainda segundo Alves e Semzezem (2013), foi na década de 1990 que se esgotou a matriz econômica analítica pautada na concepção de pobreza reduzida aos aspectos econômicos e se introduziu a discussão sobre riscos sociais, inseguranças e abandono, e aprofundaram-se estudos sobre as vulnerabilidades.

A vulnerabilidade social indica a possibilidade atual e presente, de algo ou alguém ter sua condição de vida, em relação, no caso, à sociedade da qual faz parte ou da qual é integrante, alterada. No estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – Unesco e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que originou o livro “Juventude, violência e vulnerabilidade social na América latina: desafios para políticas públicas trabalham a definição de vulnerabilidade social, consta, dentre outras assertivas:

[...] vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI 2001; FILGUEIRA, 2001 apud ABRAMOVAY, 2002, p.13.)

O conceito de vulnerabilidade, ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não acesso a insumos estratégicos, apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (ABRAMOVAY, 2002, p. 35).

Contudo, para a autora acima, a definição de vulnerabilidade em relação ao seu conceito pede vários tipos de análises que podem ser: indivíduos, domicílios e comunidades. Segundo dados da CEPAL (Panorama Social da América Latina, 1998), ao final dos anos 90, a pobreza na América Latina afetava a 35% dos domicílios, enquanto a indigência ou a pobreza extrema alcançavam a 14%. Essas estatísticas, se comparadas com outras séries históricas da mesma instituição, mostram que os índices de pobreza apresentam uma ligeira diminuição na região nos últimos anos. Porém, deve-se ressaltar que, apesar desta relativa melhora, a pobreza permanece como um dos principais problemas que afeta a população dos países latino-americanos (ABRAMOVAY, 2002, p. 35).

Ainda conceituando vulnerabilidade, segundo alguns autores como (MOSER, 1999; FILGUEIRA, 2001), vulnerabilidade é uma ferramenta eficaz para analisar a situação dos excluídos socialmente na América Latina, pois é capaz de compreender amplamente as vicissitudes e idiosincrasias existentes na realidade dos pobres que vão além dos atributos de renda (ABRAMOVAY, 2002, p. 34).

De acordo com Ayres e Cols (2006), pode-se definir vulnerabilidade como uma síntese conceitual das dimensões individuais, sociais e político-institucionais, ou programas,

relevantes para a prevenção ou redução de diferentes agravos ou carecimentos em saúde de indivíduos e coletivos humanos.

No Brasil, para Kowarick (2003), a vulnerabilidade remete à deterioração dos direitos civis, perda de garantias adquiridas, fragilização da cidadania. Destacam-se: desigualdade perante a lei e sujeição à violência, dificuldade de acesso à moradia, serviços de saúde, assistência social e emprego, coexistência de modalidades arcaicas e modernas de trabalho com importante participação da informalidade não legalmente protegida, sendo marcante o apartheid social nos ambientes urbanos. Diferencia-se, então, uma vulnerabilidade socioeconômica, referida à falta de proteção quanto a garantias de trabalho, saúde, educação, direitos sociais básicos, de uma vulnerabilidade civil, referida às ameaças pela violência de bandidos ou agentes policiais.

Para Czeresnia e Freitas (2009) o conhecimento sobre vulnerabilidade, diferentemente dos estudos de risco, busca universalidade diversamente dos estudos de risco, objetiva universalidade não na reprodutibilidade ampliada de sua fenomenologia e interferências, mas no interesse e possibilidade ampliada de sua fenomenologia e interferências, no interesse e possibilidades “transregionais” de sua pragmática.

Ainda no que se refere à vulnerabilidade social, aqui é tratada como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY, 2002, p. 29).

Segundo Oliveira (1995), a conceituação de vulnerabilidade social do ponto de vista econômico, ainda que deva ser a base material para o seu mais amplo enquadramento, é insuficiente e incompleta, porque não especifica as condições pelas quais se ingressa no campo dos vulneráveis. E, ao não especificar, repousa a esperança da resolução ou atenuação da vulnerabilidade no econômico, o qual certamente é indispensável, mas não clarifica o processo pelo qual precisamente se constrói esse amplo e universal conceito que é a vulnerabilidade. Ao não o fazer, subsume a luta contra a vulnerabilidade social, *verbi gratia*, contra a discriminação social, aos mecanismos de mercado, que são precisamente a determinação social, aos mecanismos de mercado, que são precisamente a determinação mais abrangente, o produtor mais amplo da própria discriminação.

Ainda sob o pensamento de Oliveira (1995), o autor esclarece que:

Na tentativa de circunscrever a vulnerabilidade social, impõe-se redefini-la, já que é apenas a designação de uma impotência conceitual. Os grupos sociais vulneráveis não os são como portadores de atributos que no conjunto da sociedade os distinguem. Eles se tornam vulneráveis, melhor dizendo discriminados, pela ação de outros agentes sociais. Isto é importante não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas porque identifica processos de produção da discriminação social. Isto é importante não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mais porque identifica processos de produção da discriminação social, e aponta para sua anulação. Ainda que políticas sociais públicas sejam uma das exigências mais prementes para a atenuação das várias “vulnerabilidades”, elas não esgotam o repertório de ações que se situe muito mais no campo dos direitos (OLIVEIRA, 1995, p. 5).

Conforme se discorreu antes, alguns conceitos e autores que abordam a questão da vulnerabilidade social, apesar de vários conceitos e definições, tudo conduz para a falta de proteção aos indivíduos que estão inseridos nas estatísticas. Para melhor compreensão, vejamos o que trata o relatório de vulnerabilidade juvenil.

Segundo o relatório de Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, que tem por finalidade gerar insumos e indicadores para a formulação e implementação de políticas públicas que levem em consideração a incorporação de estratégias de prevenção e enfrentamento das altas taxas de violência observadas no país contra adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos de idade, em especial jovens negros, em 2013 foram 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios dos que os jovens brancos, segundo dados da 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2014) .

Para tanto, o relatório apresenta dois conjuntos de indicadores diferentes. O primeiro é derivado da atualização para 2012 do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência – IVJ – Violência, desenvolvido em parceria pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Ministério da Justiça em 2008. O IVJ – Violência leva em consideração quatro dimensões (violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e escolaridade) e tem como seu universo de análise os municípios com mais de 100 mil habitantes no Brasil.

Já o segundo conjunto de indicadores constitui um inédito índice de vulnerabilidade juvenil à violência que, em seu cálculo, considera o risco relativo de jovens negros e brancos serem vítimas de assassinatos (IVJ – Violência e Desigualdade Racial). Ou seja, por esse índice é possível associar diferenças raciais à maior ou menor vulnerabilidade juvenil à violência e refletir sobre a importância de ações e programas focalizados.

O relatório de Vulnerabilidade Juvenil à Violência não trata meramente de um índice de desigualdade racial, mas da inclusão desta dimensão a partir de uma variável adicional e que a considere no cálculo da vulnerabilidade juvenil à violência, a qual, por definição, é

relacional e multicausal. Metodologicamente, o IVJ – Violência e Desigualdade Racial classifica as 27 unidades da federação segundo a vulnerabilidade à violência dos jovens, a partir das mesmas dimensões de análise do IVJ – Violência e incorpora especificamente na dimensão violência um indicador de desigualdade racial.

De acordo com os conceitos e posições sustentados aqui pelos autores apresentados, no que tange a vulnerabilidade social, posso caracterizá-la como a falência de direitos e suas ações. Concordo com Schumann (2014) quando aborda a vulnerabilidade social como um termo multidisciplinar, onde podemos transitar pelos mais diversos campos do saber como: saúde, ciências naturais, sociais, economia, psicologia e bioética. Schumann (2004) define vulnerabilidade como um processo dinâmico, o indivíduo está vulnerável pelo conjunto de ações ou processos que estão inseridos.

Alves e Semzezem (2013) abordam o viés econômico, o autor defende que o quesito econômico influencia na redução de oportunidade, o que interfere na possibilidade de acesso a bens e serviços. Abramovay (2002) sustenta que a vulnerabilidade é um conceito amplo e pede recorrência a diversas unidades de análise, pede olhares para múltiplos planos, a autora conceitua a vulnerabilidade como um resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos autores, seja eles indivíduos ou grupos e aponta para as estruturas sociais. Oliveira (1995) aborda o viés econômico e defende a tese de que os indivíduos se tornem vulneráveis ou discriminados pela ação de outros agentes sociais, aqui não seria a falta de ações desses mesmos agentes sociais que causaria a vulnerabilidade social?

Contudo, analisando os conceitos apresentados, reportar-me-ei ao pensamento dos autores acima como os que mais me convence sobre o tema aqui abordado.

Contudo a vulnerabilidade que assola a juventude hoje no nosso país vem crescendo desordenadamente, as políticas públicas não são efetivadas na prática, a crise econômica, o desemprego, a não efetivação das políticas públicas principalmente a saúde e educação de qualidade, a falta de cuidados básicos na infância, negligência, falta de higiene e saúde pública, constituem situações que tornam a juventude sujeitos de vulnerabilidades sociais.

Todas essas falências deixam a sociedade a mercê das vulnerabilidades e todos os tipos de violência. Posso dizer que o Brasil avançou em alguns aspectos mais no que se refere à segurança pública ainda deixa a desejar, precisamos de mais investimentos e gestão pública comprometida com a segurança da sociedade, comprometida como o povo, comprometida com o ser humano, com os direitos desses humanos.

2.3 TIPOS DE VULNERABILIDADE

O número de crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social são alarmantes e crescem a cada instante. A falta de políticas públicas e a atuação da gestão pública eficaz e não comprometida, ocasiona e possibilita que essa parcela mais carente e frágil da sociedade sejam vítimas dos diversos tipos de vulnerabilidades sociais que assola nossa juventude.

Existem diversos tipos de vulnerabilidade social e desvantagens sociais, uma que é considerada relevante é a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, de pertencimentos sociais ou vinculados à violência.

[...] a relação mãe e filho tem aparecido como referência explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior focalizou a família como os lócus como potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibrados, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda a sorte de desvios de comportamento (SZYMANSKY, 2000, citado por MATIAS, 2006, p. 03).

As condições precárias de sobrevivências, como moradia, saneamento e a falta das relações familiares, ou seja, do ambiente familiar, marcam o estado de vulnerabilidade social de grande parcela da população. A vulnerabilidade social possibilita a perda da própria representatividade na sociedade e de vários direitos sociais e políticos, tornando assim mais vulneráveis do que já são.

Um dos tipos mais visíveis de vulnerabilidade social que atinge a juventude em escala de grande proporção são as dificuldades ao acesso à educação de qualidade. Sabendo que a maioria dos jovens estão em escolas públicas na maioria das vezes dentro dos bairros mais periféricos das cidades, onde as situações de vulnerabilidade se constroem com mais facilidade, devido às condições socioeconômica em que essa categoria de jovens e suas famílias se encontram.

A falta da estrutura família é considerada uma vulnerabilidade social, entendemos por família a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade. É notória que a configuração da estrutura familiar está em constante transformação e mudanças profundas.

A família é base social, uma instituição que tem como características ser protetora e que está a todo instante em constantes transformações, mudanças sociais e culturais. Em contrapartida, a família diante desse processo de transformação, vive um contexto político, econômico e cultural no qual está imersa.

Dias (2016, p. 85) entende que: “[...] é necessário subtrair qualquer adjetivação ao substantivo familiar e simplesmente falar em famílias”. Como refere Jones Figueiredo Alves, apenas uma consoante a mais sintética a magnitude das famílias em suas multifacetadas formatações. Deste modo a expressão direito das famílias é a que melhor atende à necessidade de enlaçar, no seu âmbito de proteção, as famílias, todas elas sem discriminação, tenha o formato que tiver.

A família é o primeiro agente socializador do ser humano. Somente com a passagem do estado da natureza para o estado da cultura foi possível a estruturação da família. A primeira lei de direito das famílias é conhecida como lei-do-pai, uma exigência da civilização na tentativa de reprimir as pulsões e o gozo por meio da supressão dos instintos (DIAS, 2016, p. 34).

Acosta e Vitale (2010, p. 56) falam que “[...] muito embora os meios de divulgação e mesmo alguns profissionais da área da infância e da juventude enfatizarem que a instituição família encontra-se em processo de desestruturação, de desagregação de crise, temos que ter claro que mesmo aqueles que apresentam problemas, ela é ainda um porto seguro para os jovens e as crianças”. É muito importante salientar que a família como organismo natural não acaba e que enquanto organismo jurídico requer uma nova representação.

Castel (1994, p. 157) a zona da vulnerabilidade, hoje em franca expansão, caracteriza-se como “[...] um vagalhão secular que marcou a condição popular com o selo da incerteza, e mais amiúde, com o do infortúnio”.

Toda condição de vulnerabilidade se traduz num estado de instabilidade. Assim sendo, conclui-se que, todos de um modo ou de outro, em relação a uma coisa ou outra, isolada ou coletivamente considerada, é mais ou menos vulnerável.

A família como instituição tem sido extremamente debatida por muitas áreas do conhecimento. São diversas as transformações ocorridas nas últimas décadas. Para estudar o que ocorre no ambiente familiar, primeiramente é importante uma tentativa de definição sobre o que é a família. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) define família como:

O conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Considera, portanto, um casal como uma família, ou até a pessoa que mora só como ‘família unipessoal’, privilegiando o domicílio comum em sua definição (IBGE, 2012, p. 36.)

No Brasil, a constituição Federal de 1988 institui duas profundas alterações no que se refere à família: a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; o fim da diferença entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo estatuto da criança e do adolescente (ECA), promulgado em 1990 que os define como “sujeitos de direito”. Com exame de DNA, que comprova a paternidade, qualquer criança nascida de uniões consensuais ou de casamentos legais pode ter garantidos seus direitos de filiação, por parte de pai e da mãe (ACOSTA; VITALE, 2010).

Dias (2016) fala que manter vínculos afetivos não é uma prerrogativa da espécie humana. Sempre existiu o acasalamento entre os seres vivos, seja decorrência do instituto de perpetuação da espécie, seja pela verdadeira aversão que todo tem a solidão. Parece que as pessoas só são felizes quando tem alguém para amar.

Em uma sociedade conservadora, para merecer a aceitação social e reconhecimento jurídico, o núcleo familiar dispunha de perfil hierarquizado e patriarcal. Necessitava ser chancelado pelo que se convencionou chamar de matrimônio. A família tinha formação extensiva, verdadeira comunidade rural, integrada por todos os parentes, formando unidade de produção, com amplo incentivo à procriação. Tratava-se de uma entidade patrimonializada, cujos membros representavam força de trabalho. O crescimento da família ensejava melhores condições de sobrevivência a todos (DIAS, 2016, p. 34).

Contudo, pode-se definir famílias a união de pessoas que desejam viver entrelaçadas em seio de amor e afetividade. A família é o ponto focal na construção de laços e na identidade das crianças e jovens, a falta dela ou dos cuidados que a ela responde, gera vulnerabilidades.

Ainda no que versa as concepções acerca dos tipos de vulnerabilidades sociais, entendemos que a violência se insere num dos graus mais altos das consequências geradas pela própria vulnerabilidade social. Seja ela familiar, comunitária, escolar ou da própria sociedade. Para Abramovay e Castro (2002, p. 54) “[...] não existe um conceito universal de violência, o termo pode ser interpretado de múltiplas formas, razão pela qual alguns autores preferem usá-lo no plural”.

A violência é hoje uma das grandes preocupações da sociedade brasileira e tem motivado muitas ações governamentais e não governamentais para o seu enfrentamento. Os dados sobre os problemas têm sido objeto de muitas pesquisas e são tão alarmantes que podemos dizer que estamos vivendo uma situação de epidemia de violência, tão altos os

coeficientes encontrados, como resultados dos estudos realizados (WESTPHALL; BYDLOWSKI, 2010).

A violência pode apresentar-se com faces variadas, em quadros isolados ou conjunto onde podem predominar esse ou aquele tipo. Sua divisão em tipos é reconhecida tão somente para fins didáticos como se segue: Violência física; violência sexual; violência psicológica e negligência.

A violência física geralmente deixa também marcas na esfera psíquica, agravante, por vezes, imponderável. A violência física é a total interrupção do diálogo, da elaboração, sendo a agressão o último caminho a ser trilhado, frequentemente, por repetidas vezes.

A violência sexual para alguns estudiosos pode ser definida como a experiência mais atroz que, não destrói a vida, destrói a esperança, o desejo de viver, deixando sequelas terríveis.

A violência psicológica causa agravos irreversíveis, na grande maioria das vezes, se não for detida. Manifesta-se de várias maneiras, ligadas à rejeição, ao temor, à corrupção e ao ignorar o outro e seu sofrimento.

A negligência, que também pode levar à morte, ou a dano considerável, é a menos discutida forma de violência, o que contribui para dificultar seu diagnóstico e abordagem. No decorrer da pesquisa serão abordadas estas questões e conceitos de acordo com outros autores.

Westphall e Bydowski (2010) citando que a conceituação ampla de violência contra crianças e jovens de Chauí (1999, p. 68) dizem que: “[...] violência contra crianças e jovens constitui-se de todo ato ou omissão dos pais, parentes e outras pessoas ou instituições, capazes de causar danos físicos, sexuais ou psicológicos (violência simbólica) à vítima”. Foi o referencial implica uma transgressão do poder/dever de proteção do áudio e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes tem de serem tratados como sujeitos em condições especiais de crescimento e desenvolvimento” queriam discutir formas de promover a paz e evitar as consequências importantes da violência juvenil, explicitadas por Chauí (1999, p. 89), na frase quer se segue; “[...] a violência, ao coisificar pessoas e ao produzir subjetividade atemorizadas, isoladas, torna-se um grande mal para a democracia que exige cidadãos presentes, agrupados, participantes, dispostos a estar e atuar no espaço público”.

Na perspectiva de direitos humanos, a violência que atinge aos adolescentes e jovens é uma violação do direito básico. Isto é, a violência está vinculada estreitamente à violência dos direitos à educação, à nutrição adequada, à moradia, à segurança pessoal, à saúde, à proteção

da família e ao trabalho. As violações destes direitos contribuem para que os adolescentes e jovens seja mais vulnerável à violência (WESTPHALL; BYDLOWSKI, 2010, p. 112).

Ainda discorrendo sobre violência (WESTPHALL; BYDLOWSKI, 2010, p. 127), o impacto da violência sobre a saúde, onde produz várias taxas de morbidade e mortalidade, o que tem repercutido diferentemente tanto na qualidade como na expectativa de vida, principalmente de adolescentes e jovens.

Esse impacto tem correlação direta com as desigualdades sociais e de saúde, que se apresentam como determinantes e como condicionantes do fenômeno da violência. Causas e consequências acabam por também produzirem desigualdades e exclusão social, perpetuando-se assim um ciclo de pobreza e de violência (WESTPHALL; BYDLOWSKI, 2010.p.112).

A Organização Mundial da Saúde/OMS (2002) estimou que mais de 1,6 milhão de pessoas morreram vítimas de violência, individual ou coletiva, no mundo. Segundo a Comissão Nacional os Bispos do Brasil/ CNBB, em pesquisa realizada em 1999, estima-se que 50% das famílias sofreram algum tipo de violência ao longo da vida, tendo verificado que 18 mil crianças foram espancadas por dia, representando aproximadamente 6,5 milhões de casos por ano.

Outro dado alarmante indica que 80% de meninas exploradas sexualmente “na rua” sofreram abuso sexual em casa. Isso demonstra que a violência tende a se perpetuar, revelando um ciclo muito complexo e com múltiplas causas.

A dificuldade para conceituação de violência “[...] provém do fato de se tratar de um fenômeno de ordem do vivido, no qual se inclui também quem tenta teorizar sobre ela, e cujas manifestações provoca uma forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre em quem a presencia” (MINAYO, 2003, p. 26).

Tratando aqui de vulnerabilidade juvenil, podemos destacar duas causas bastante relevante e que mata nossos jovens numa escalada sem parada. O mapa da violência 2014 no que tange as causas de morte de jovens demonstra que as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas atrás, foram sendo progressivamente substituídas pelas denominadas causas externas, principalmente acidentes de trânsito e homicídios. Os dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) permitem verificar essas significativas mudanças.

Em 1980, as causas externas já eram responsáveis pela metade exata- 50% - do total de mortes dos jovens no país. Já em 2012, dos 77.805 óbitos juvenis registrados pelo SIM, 55,291 tiveram sua origem nas causas externas, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2011 acima de 2/3 de nossos jovens- 71,1%- morreram por causas externas.

Como podemos observar nas informações acima, os maiores responsáveis pelas mortes dos nossos jovens, são os homicídios e os acidentes de trânsito.

Homicídios é a principal causa de morte dos jovens no Brasil, estudos apontam para os altos números de assassinatos de adolescentes e jovens no país, onde a violência é um dos problemas mais presentes na vida dos brasileiros. Segundo os dados do estudo Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil, as mortes de jovens por causas naturais diminuíram significativamente desde a década de 1980, em contraste com o aumento por causas não naturais, entre as quais se destaca a disparada no número de mortes por homicídios. Segundo Zaluar (1999, p. 78) “No que se refere à violência, declina que as fontes teóricas foram muito variadas e, entretanto, nem sempre explicitadas, o que produziu um debate disperso sobre o tema.

As desigualdades sociais não são mais suficientes para explicar as situações de risco e abandono em que vivem crianças e adolescentes em nosso país, e que propiciam marginalização, exclusão e perda dos direitos fundamentais. Estas situações repousam principalmente sobre os fenômenos de vulnerabilidade social, ruptura e crise indenitária pelos quais passa a sociedade, ou seja, estão relacionadas ao enfraquecimento das redes sociais e, portanto, a um forte sentimento de solidão e vazio de existência.

No que versa sobre crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social, vejamos a seguir:

As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY et al., 2002).

Como podemos observar no texto acima, as crianças e adolescentes por estarem nessa condição estão totalmente receptíveis a fase de vulnerabilidades e riscos sociais; filhos da pobreza, excluídos socialmente, abandonados e negligenciados pela família e pelo Estado, e ainda desqualificados profissionalmente, vivem sem o mínimo necessário para sobreviver. Essas são as condições de vulnerabilidade social, em que se encontram as crianças e jovens no país.

Segundo Kaztman *apud* Silva (2007) as populações vulneráveis principalmente nos centros urbanos, diga-se população pobre e com relações precarizadas de trabalho, têm dificuldades para acumular capital social, seja: individual, coletivo ou cívico, esta dificuldade é expressa em níveis de qualidade de vida inferiores. Kaztman relata que: “[...] este contingente populacional é isolado das correntes predominantes da sociedade, pois, seus laços com a sociedade estão “esgarçados”, quer seja pelo mercado de trabalho, pela sua localização no espaço geográfico ou ainda por uma baixa escolarização”.

Na tradição Kantiana:

O Estado é, por excelência, a unificação de uma multiplicidade de homens sob a lei jurídica. O Estado é uma empresa de denominação de uns sobre os outros por meio do recurso à violência ou da ameaça de seu emprego. Entretanto, tratar-se de uma violência legítima porque autorizada pelo Direito. Aqui é possível diferenciar a força, na qualidade de coerção do Estado, do puro e simples recurso a violência para impor a vontade de um sobre o outro (LIMA et al., 2014, p. 188).

A sociologia política de Weber (1974) perfila esse entendimento. O Estado consiste numa relação de dominação do homem sobre o homem que tem como meio a violência legítima (isto é, considerada legítima). O conceito weberiano de Estado implica três componentes essenciais: o território, o monopólio legítimo da violência e a dominação. No interior de um território delimitado, o Estado moderno é a comunidade política que retira dos particulares o direito de recorrer a violências como forma de resolução de seus conflitos. No seio da sociedade moderna, conseqüentemente, não há qualquer outro grupo ou indivíduos portadores do direito de recorrer à violência como forma de resolução de seus conflitos interpessoais ou no nível das relações entre os cidadãos e o Estado (LIMA et al., 2014, p. 188).

Ainda falando sobre os tipos de vulnerabilidades que mais afetam os jovens, podemos fazer alusão a algumas variantes como por exemplo: violência entre os jovens, evasão escolar, desemprego e alto nível de pobreza, são tipos de vulnerabilidades mais frequentes entre os jovens.

O desemprego entre os jovens ainda é três vezes mais alto do que entre os adultos, neste caso, esta pauta de educação e trabalho deve estar inserida com destaque para adolescentes e jovens.

A segurança pública no Brasil ainda conserva traços repressivos e uma visão social limitada às dimensões do reaparelhamento policial. É como se a polícia fosse a única

responsável pela segurança pública e pelos problemas do avanço das violências, particularmente nos grandes centros urbanos no país (COSTA, 2005, p. 27).

[...] é preciso ir além ampliar o leque das possibilidades garantindo qualidade à educação e ao trabalho para conseguir aprender de forma mais integral aos desafios que se coloca nesse momento ... (PEPA; FREITAS).

[..] quando há violência há uma quebra de discurso. Eles viram cacos. Nossas certezas se quebram. Paul Celan, poeta sobrevivente do Holocausto, retrata magistralmente esta dificuldade do trabalho do pensamento, de representação da catástrofe (WESTPHALL; BYDLOWSKI, 2010).

Conforme Dayrell (2005), pensar os jovens no Brasil, implica considerar a enorme diversidade contextual e sociocultural característica do país neste momento histórico. Essa diversidade é acentuada no contexto de crise pela qual passa a sociedade brasileira, com reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, com o trabalho e a escola, dentre outros. Essa crise é vivida de forma diferenciada pelos jovens. Os que se encontram no limiar da precariedade, vivem-na de forma mais profunda.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sob a lei de nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção à criança e ao adolescente, no seu art. 4º diz o seguinte:

É dever da família, da comunidade geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (NUCCI, 2015, p. 18).

Abordamos aqui os tipos de vulnerabilidade que estão presentes na vida dos nossos adolescentes e jovens, no entanto, cabe aqui fazer uma ressalva ao tipo “violência”, a violência está entre nossos jovens, são vários os fatores que contribuí para seu desenvolvimento. A violência física, psicológica, social, sexual e a negligencia, seja pela omissão do estado, sociedade, família ou comunidade, todas elas são violação de direitos e suas consequências são diversas. No entanto, os tipos de vulnerabilidade aqui trabalhado, geram violências o que conseqüentemente contribuem para a criminalidade de milhares de adolescentes.

Compreender hoje todo esse cenário de vulnerabilidades que as crianças, os adolescentes e os jovens vivem é muito complexo. Ter seus direitos reconhecidos e efetivados na prática ainda parece sonho, ou melhor é um sonho de todos nós que lutamos pela efetivação dos direitos e das políticas públicas. Lutamos por investimentos, programas e projetos sociais que assegurem aos mais pobres oportunidades e qualidade de vida digna.

2.4 A VULNERABILIDADE DECORRENTE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

De acordo com Costa (2010, p. 26) no Brasil, a redemocratização consagrada na Constituição de 1988 prometeu enterrar de vez o passado de desrespeito aos direitos humanos com a ampliação dos direitos sociais, políticos e civis. A emergência das redes de engajamento cívico na nossa contemporaneidade é parte importante no fomento da relação entre direitos humanos, desenvolvimento e promoção da justiça. Além disso, a segurança pública tem sido percebida como inclusa no mais fundamental rol dos direitos humanos.

A adolescência está marcada por momentos de grandes instabilidades, descobertas, decisões sociais e biológicas. É na adolescência que vivemos num mundo de fantasias e tudo parece não acabar. Esta fase representa muito para a construção de nossa identidade e pode fazer toda diferença caso as etapas não sejam cumpridas de acordo com as leis naturais da vida. É nesta fase também que os adolescentes e jovens são mais frágeis e podem ser seduzidos ou aliciados pelo mundo da marginalidade, criminalidade, drogas e por fatores de vulnerabilidade e riscos sociais dos mais simples aos mais complexos.

Nos últimos anos, as mais variadas formas de violência têm se mostrado como um dos importantes problemas da vida de muitos jovens. De certa forma, as vulnerabilidades geram violências, o que contribui para a entrada dos jovens no ambiente da criminalidade. No que se referem à vulnerabilidade, as taxas de mortalidade juvenil, a ausência de infraestrutura de atendimento infantil, o não acesso à educação de qualidade, saneamento básico e mecanismos culturais também contribuem para a o alto índice de vulnerabilidade que afeta os jovens no Brasil.

Atualmente a criminalidade é um dos problemas mais urgentes enfrentados pelo Brasil, haja vista os níveis alarmantes que assumiu em nosso país.

O número de homicídios, geralmente utilizado como *práxis* para mensuração da violência, era de 13.910 no ano de 1980, chegou a 54.043 em 2003; seu maior valor recuou para 47.707 em 2007, mas apresentou um repique saltando para 56.337 em 2012, o que representa uma taxa de homicídios de 29.0 por cem mil habitantes neste último ano, conforme os dados do DATASUS. Isso representa o equivalente a 154 mortes por dia (JORGE, 2015, p. 21).

A violência infanto-juvenil ligada ao processo de socialização como um aspecto que carece de cuidados especiais, esta violência se estende por vários anos, tornando necessário compreender tal processo social.

O fenômeno é tão grave que, em 2008, o Brasil foi classificado como o sexto país mais violento dentre uma amostra de 100 nações – perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Venezuela, Guatemala e Ilhas Virgens (WAISELFIZ, *apud*, JORGE 2015, p. 21).

Segundo Jorge (2015, p.22) o Estado de Sergipe, que até recentemente era considerado relativamente tranquilo por seus habitantes, o número de homicídios salta de 473 em 2003 para 883 no ano de 2012, o que representa uma taxa de 41,8 homicídios por cem mil habitantes, bastante superior à média brasileira acima mencionada. Isso coloca o Estado em quarto lugar na Região Nordeste, atrás apenas de Alagoas, Ceará e Bahia, é como o sexto mais violento do Brasil. Jorge afirma que “se considerarmos o decênio 2003-2012, o total de vidas perdidas em solo sergipano chega a 6.101; um contingente de indivíduo maior do que a população de dezesseis dos 75 municípios sergipanos”.

Assim, trata-se de um problema relevante também em âmbito estadual. Logo, faz-se mister empreender políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade, o que, por sua vez, demanda uma análise apurada de suas causas. A queda na taxa de homicídios verificada entre 2003 a 2007 é vista por Waiselfiz (2010, 2011), dentre outros autores, como um resultado da Campanha pelo Desarmamento, realizada no país a partir de meados de 2004 (JORGE, 2015, p. 22).

O mapa da violência 2014 faz uma leitura da mortalidade e vulnerabilidade de jovens no Brasil e chama atenção para os dados alarmantes e preocupantes. No ano de 2012, o Brasil tinha um contingente de 52,2 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos de idade. O quantitativo representa 26,9% do total dos 194,0 milhões de habitantes projetados para o país pela mesma fonte. Ainda analisando os dados do mapa da violência 2014, no que tange os “Jovens do Brasil” observamos que a participação juvenil já foi maior. Em 1980, existia menor número de jovens: 34,5 milhões, mas no total de 119,0 milhões de habitantes da época, eles representavam 29,0%. Diversos processos, ligados fundamentalmente a urbanização e a modernização da sociedade brasileira, organizaram quedas progressivas nas taxas de fertilização, o que derivou no estreitamento da base da pirâmide populacional, com o consequente alongamento das faixas de maior idade.

Ainda analisando o mapa da violência 2014, observamos que o ritmo de crescimento em número absoluto de jovens de 34,5 milhões em 1980 para 52,2 milhões em 2012 começou

a declinar progressivamente já em meados da última década, em função das refinadas mudanças demográficas do país.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) sugere que não se promovam ações para que os jovens se insiram precocemente no mercado de trabalho, mas que a sociedade invista em programas de aprendizagem industrial, comercial ou outras, que ao mesmo tempo em que lhes ocupem o tempo, os capacitem para mais tarde se inserirem no mercado de trabalho, com melhores condições de atender as suas exigências e às do mercado.

Várias ONGs e prefeituras apresentaram atividades que estão realizando como parte da implementação de políticas públicas para a prevenção do uso do álcool e drogas, tais como atividades musicais e/ou esportivas que inserem o jovem excluído (WESTPHAL; BYDLOWSKI, 2010).

O mapa da violência, iniciado em 1998, realizou uma leitura social das mortes violentas dos jovens brasileiros. Considerava-se já nesta época, que essas mortes por causas violentas representavam só a ponta visível do iceberg da violência generalizada que afeta a vítima, com especial concentração, a juventude do país.

Nem toda, nem sequer a maior parte de nossas violências cotidianas acabam em mortes; mas a morte representa o grau externo da violência que a relação entre os seres humanos pode atingir. Com as taxas de mortalidade juvenil acontece o mesmo que com as de mortalidade infantil. Estas últimas, não só refletem uma determinada quantidade de crianças que estão morrendo, mas nos indicam também a existência (ou ausência) de infraestrutura de atendimento infantil, epidemias, condições de higiene e de saneamento básico, mecanismos culturais, políticos e sociais de tratamento das crianças, dentre outros.

Da mesma forma, as taxas de mortalidade juvenil, são especificamente as atribuíveis a causas violentas, apontam-nos também diversos modos de sociabilidade, circunstâncias políticas e econômicas que exprimem mecanismos específicos de negação da cidadania para setores de nossa juventude.

Três grandes categorias de mortalidade violenta entre os jovens foram abordadas neste estudo:

- a) óbitos por acidente de transporte, como indicadores da violência cotidiana nas ruas e nos âmbitos de convivência;
- b) homicídios, como o indicador, por excelência de diversas manifestações de violência que resultem em mortes;
- c) suicídio, como indicador de violência que o ser humano dirige contra si próprio;

Situação de pobreza e relações complexas permeiam o mundo dos nossos jovens em diversos lugares. No Brasil, segundo dados do Mapa da Violência, esses dados crescem em grau assustador. O primeiro Mapa da Violência, datada em 2006, versa sobre juventude e violência. Esse estudo pretendeu dar continuidade a iniciativa em 1998 quando foi elaborado e divulgado o primeiro Mapa da Violência “os jovens do Brasil”.

O estudo realizado por Waiselfiz em 2008 realizou uma leitura social das mortes violentas dos jovens. Já nesta época a violência que atingia os jovens, ou seja, as mortes por causa da violência representam um enorme desequilíbrio que afeta nossa população jovem em todo território do país.

Em 2008, o Mapa da Violência fez um estudo sobre os jovens da América Latina analisando a mortalidade causada por homicídio pelo uso de armas de fogo e por acidente de trânsito com foco nos óbitos juvenis (de 15 a 24 anos). Este estudo foi realizado em parceria entre a Rede de Informações Tecnológicas Latino Americana (RITLA), o Instituto Sangari e o Ministério da Educação.

Em 2011, o estudo realizado pelo Mapa da Violência versou sobre a violência que tem levado à morte os jovens brasileiros. Foi realizada uma radiografia das mortes dos nossos jovens. O estudo teve como objetivo encontrar respostas sobre os jovens.

Por sua vez, o Mapa da Violência de 2012, analisou os novos padrões da violência homicida no Brasil. O estudo analisou os últimos 30 anos da violência homicida no país, onde se verificou relevante mudança nos padrões históricos que tange crianças e adolescentes do Brasil.

Este estudo analisa e aponta as principais características da evolução dos homicídios em todo país. Para este estudo foram analisados as 27 unidades da federação, 27 capitais, 33 regiões metropolitanas e nos 200 municípios com elevados níveis de violência.

Em 2013, o Mapa da Violência fez uma menção sobre homicídios e juventude no que tange sobre o panorama da evolução da violência dirigida contra os jovens no período compreendido entre 1980 e 2011. Foram analisados os dados de estados, capitais e municípios com ênfase nos quesitos: cor/raça e gênero das vítimas.

Já o estudo realizado pelo Mapa da violência de 2014, analisou a evolução da violência dirigida aos jovens no período entre 1980 a 2012. Foram analisados dados dos estados, capitais e municípios, tentando identificar os locais e os determinantes dessa violência e três níveis de análise temporal: curto, médio e longo prazo. Essa edição do Mapa da Violência aborda homicídios, suicídios e acidentes de trânsito, a incidência de fatores

como: sexo, raça/cor e as idades das vítimas dessa mortalidade, considerando-se população total e jovens.

Em 2015, o Mapa da Violência realizou estudo sobre a evolução da violência letal dirigida aos adolescentes de 16 a 17 anos de idade. Vale lembrar que exatamente nessa época, estávamos em plena discussão sobre a maioridade penal.

Para Abramovay (2002, p. 54) “[...] os jovens sofrem violência devido à situação de vulnerabilidade social em que se encontra nos países latino americanos, como o Brasil. Esta vulnerabilidade se reflete na dificuldade de acesso à saúde, educação, ao lazer e ao trabalho”.

Como mostra as informações e dados contidos no texto apresentado, posso dizer que a mortalidade de jovens é decorrente de vários fatores que gera a vulnerabilidade social como: ausência de infraestrutura, fragilização de vínculos afetivos e familiares, de atendimento adequado na primeira infância, de acesso de qualidade à educação, de alimentação adequada, de atendimento à saúde, de acesso a cultura e outros. O não acesso a esses mecanismos básicos e culturais contribuem para o alto índice de vulnerabilidade que afeta os jovens no Brasil.

Todos esses fatores contribuem para o estado de vulnerabilidade dos jovens, o que ocasionalmente contribui para a criminalização de jovens. A criminalidade hoje é um dos problemas mais urgentes que o Brasil enfrenta. A morte violenta de jovens sobretudo nos grandes centros urbanos não é um problema de hoje, já vem crescendo desde dos anos 80 como bem mostra o texto. O fenômeno é tão grande que o Brasil já foi classificado como um dos países mais violentos entre uma amostra de 100 nações. Esse estudo, procura contribuir para o aprofundamento da análise sobre vulnerabilidade de jovens buscando alternativas de superação e contribuindo para o entendimento que a ausência de suportes sociais gera índice de vulnerabilidade que conseqüentemente gera a criminalidade e que na maioria das vezes gera a criminalidade violenta.

O estatuto da Juventude define os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude nas esferas federal, estadual e municipal. E mais uma garantia para que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias culturais, diversidades e condições socioeconômicas.

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas são rígidos pelos seguintes princípios:

- I- promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II- valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

- III- promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do país;
- IV- reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V- promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI- respeito à identidade e a diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII- valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Ainda segundo o Estatuto da Juventude, no que se refere ao direito à diversidade e à igualdade, podemos analisar:

Art. 17. O Jovem tem direito à diversidade e a igualdade de direitos e de oportunidade e não será discriminado por motivos de:

- I- etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;
- II- orientação sexual, idioma ou religião;
- III- opinião, deficiência e condição social ou econômica

O dia a dia dos jovens nas camadas mais vulnerável nas grandes e pequenas cidades brasileiras tem sido conteúdo para estudos e investigações de muitos pesquisadores e estudiosos, principalmente os cientistas sociais.

De acordo com as informações mencionadas acima, observa-se uma necessidade de se estudar como a segurança pública e a sociedade vêm essa questão do estado de vulnerabilidade criminalidade que os jovens se encontram.

Portanto, dentro desse contexto se delineia um cenário de evolução da vulnerabilidade decorrente da criminalização violenta. Vale ressaltar que esse cenário de vulnerabilidade no Brasil tem rapidamente se modificado em virtude das instabilidades que o Brasil vem sofrendo.

3. METODOLOGIA

O delineamento do estudo teve como base os ensinamentos de Yin (2016), para quem uma pesquisa pode empregar uma composição de métodos para alcançar os objetivos. O itinerário da pesquisa foi necessário para encontrar os estágios da vulnerabilidade de jovens na cidade de Aracaju, capital de Sergipe - Brasil.

Ainda sobre procedimentos metodológicos, o trabalho obedece a orientações constantes de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a saber: NBR 14724, Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos: Apresentação; NBR 10520 – Informação e Documentação: Citações em Documentos – Apresentação; e NBR 6023 – Referências – Elaboração.

Sobre a natureza, trata-se de uma pesquisa básica, cuja característica é gerar conhecimento sem, no entanto, o compromisso de aplicação. Quanto aos objetivos, o estudo foi exploratório, no qual o pesquisador busca dados para aclarar a situação que motiva a pesquisa.

Quanto aos procedimentos, o estudo contou com pesquisa documental, revisão bibliográfica e levantamento. No dizer de Yin (2016), nessas condições o estudo de caso de assemelha mais a uma arquitetura de pesquisa do que propriamente a um procedimento.

Como técnica de coleta de dados, empregaram-se a entrevista semiestruturada, mediante o uso de roteiro específico, e coleta de documento da autoridade de segurança pública.

A pesquisa contou com duas abordagens metodológicas: uma quantitativa à medida que se desejou quantificar o volume de casos que se teve transformação da criminalidade violenta que atingiu os jovens na capital do Estado, e a outra abordagem é a qualitativa que corresponderá à fase em que será preciso compreender os fatos sociais que transformaram a criminalidade nos espaços sociais.

O trabalho quantitativo foi realizado por meio de levantamento de informações estatísticas contabilizadas pelos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Sergipe. Fez análise descritiva dos dados buscando-se avaliar a evolução dos crimes. Para a fase de coleta de dados teve-se algumas limitações em razão da pouca transparência na divulgação dos dados e a baixa fidedignidade e confiabilidade dos dados apresentados. Houve uma fragmentação quanto aos períodos e a forma como os dados foram apresentados para análise.

Em grande medida as informações não consistiram em dados tabelados, apenas mostras gráficas dos resultados.

Na fase qualitativa, diferentemente da quantitativa, o foco da análise foi buscar descrever a realidade vivida pelos atores sociais que laboram com os setores de prevenção e assistência ao jovem em estado de vulnerabilidade. Foi possível compreender os sujeitos a partir da interpretação dos sujeitos envolvidos.

O emprego da pesquisa bibliográfica foi imprescindível para se conhecer o estado da arte quanto aos estudos já realizados em localidades diferentes sobre o mesmo tema, quer seja no âmbito da literatura nacional e internacional. A pesquisa eletrônica também se revelou como uma técnica importante para levantamento de dados onde foram obtidos arquivos de jornais: Cinform, Jornal da Cidade, Infonet, O Popular e o Jornal do Dia. A importância desses dados serem coletados se justifica pelo fato de possuírem elementos fundamentais de informações diariamente e por ser guardião de um acervo que nos favorece em relação ao tema central da pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa fez-se a Identificação do perfil dos jovens que sofreram violência. O segundo levantamento da existência das políticas públicas sociais para essa população. Realização de visitas na secretaria de Segurança Pública; arquivos públicos; Conselhos Tutelares; Secretária da Juventude; bibliotecas e jornais.

Esses dados serão coletados através de entrevistas com pessoas que participam do processo de vigilância da segurança pública, foram realizadas análise documental, analisando notícia de jornais e demais documentos que mapeiam essas informações. As entrevistas foram realizadas, através da aplicação de questionários e entrevistas, cujo objetivo será avaliar a percepção dos entrevistados.

A entrevista de natureza qualitativa possibilitou a geração de dados em campo. Para Gaskell (2002), a entrevista fornece informações essenciais para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os sujeitos e sua situação social de modo que o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social. Compreender as narrativas dos atores. (GASKELL, 2004, p. 65).

Yin (2016) fala que a diversidade que se chama pesquisa qualitativa, devido a sua relevância para diferentes disciplinas e profissões, desafia qualquer um a chegar a uma definição sucinta. Uma definição muito curta parecerá excluir uma ou outra disciplina. Uma definição muito ampla parecerá inutilmente global. Na verdade, o termo pesquisa qualitativa pode ser como os outros termos do mesmo gênero, por exemplo, pesquisa sociológica,

pesquisa psicológica ou pesquisa educacional. Dentro de sua própria disciplina ou profissão particular, cada termo implica um amplo conjunto de pesquisas abarcando uma diversidade de métodos altamente contrastantes.

Para Yin (2016) a pesquisa qualitativa, envolve primeiramente estudar o significado das vidas das pessoas nas condições em que realmente vivem. As pessoas vão desempenhar seus papéis cotidianos ou terão se expressado por meio de seus próprios diários, registros periódicos, texto e até fotografia.

Será realizado um roteiro para a realização das entrevistas que poderá apresentar três partes constitutivas básicas que inclui respectivamente, informações gerais sobre a entrevista como: local, data, duração e aspectos relativo à caracterização dos sujeitos e o tópico guia (tópico inicial) norteador de produção de discurso temático em torno da experiência de vitimização.

4. DESENVOLVIMENTO

A complexidade da vulnerabilidade, diante de suas várias categorias, foi possível observar alguns de seus tipos na cidade de Aracajú. Destacou-se aquela em que seus resultados são mais flagrantes e contabilizados no cotidiano da cidade, principalmente aquela decorrente da criminalidade. A violência decorrente dessa criminalidade tem se tornado uma forma mais evidente deste conteste de fragilidade das crianças e adolescentes desta cidade.

4.1 EXPLICAÇÃO DA VULNERABILIDADE DE JOVENS EM ARACAJU

A vulnerabilidade de jovens é tema de grande repercussão em todo território nacional, seja nos centros urbanos ou zona rural, a violência está marcando espaço entre os jovens e deixando caminhos abertos para a criminalidade. Em Aracaju, capital do menor estado da federação, cuja população de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2016 era de 641,523 habitantes a situação não é diferente.

A violência é hoje uma das grandes preocupações da sociedade brasileira e tem motivado muitas ações governamentais e não-governamentais para o seu enfrentamento. Os dados sobre o problema tem sido objeto de muitas pesquisas e são tão alarmantes que podemos dizer que estamos vivendo uma situação de epidemia da violência. São altos os coeficientes encontrados em diversos estudos realizados sobre o grande fenômeno que é a violência.

Quando falamos de violência e juventude, podemos dizer que também estamos vivendo uma situação epidêmica, mas não é só isso. A questão assume outra dimensão, uma prioridade maior, uma vez que estes ainda são dependentes dos adultos, estão em um processo de crescimento e desenvolvimento e o futuro da sociedade dependem de quem tenham esses processos bem cuidados para que o resultado final seja a formação de cidadãos capazes de exercer seus deveres e de reivindicar para que seus direitos sejam respeitados (WESTPHAL, 2010, p. 17)

Diante dos elevados graus de desigualdade e pobreza no país, oferecer oportunidade igual para os jovens deve ser um imperativo a ser alcançado por meio de investimentos públicos e programas sociais que asseguram aos mais pobres, oportunidades básicas de vida digna (WESTPHAL, 2010, p. 37).

A falta de política pública eficaz, a omissão do estado, do poder público, principalmente nas periferias, nas camadas mais populares da sociedade, onde o processo de sobrevivência é mais difícil, são alicerces para que os jovens fiquem a mercê de todo e qualquer tipo de vulnerabilidade social, o que pode ocasionar em violência e criminalidade.

Para entender um pouco mais sobre a vulnerabilidade de jovens em Aracaju, vejamos o que revelou uma pesquisa publicada em abril de 2017 pela ONG mexicana Seguridad, Justiça e Paz, onde coloca Aracaju e sua região metropolitana em 12º lugar no ranking das 50 cidades mais violentas do mundo.

Em abril de 2017 o jornal do dia publicou em sua edição duas pesquisas com índices altíssimos de homicídios em Sergipe nos últimos dois anos. Uma delas foi realizada pela ONG mexicana Seguridad, Justiça e Paz, onde coloca Aracaju e sua região metropolitana em 12º lugar no ranking das 50 cidades mais violentas do mundo. Vale ressaltar que a ONG Mexicana se baseou nos dados dos crimes registrados em 2016. A segunda pesquisa foi realizada pela diretoria de Análise de políticas públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV), que se baseou nas ocorrências apuradas em 2015, onde aponta que o estado de Sergipe tem a maior taxa de homicídios doloso do país.

Seguindo um padrão internacional de metodologia, ambos os levantamentos se baseiam na taxa de homicídios, isto é, o número exato de crimes registrados dividido pelo total de 100 mil habitantes. Na pesquisa realizada pela ONG mexicana, onde foram analisados casos do ano passado, ou seja, 2016 foram registrados 589 homicídios na Grande Aracaju, perfazendo uma taxa de 62,76 crimes por 100 mil habitantes.

A ONG mexicana considerou os números totais de Aracaju, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, cujo total de habitantes segundo a projeção anual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é de 938.550 habitantes.

Entre as 19 cidades brasileiras citadas no ranking, Aracaju foi a terceira, ficando abaixo de Belém (PA) e Natal (RN). No entanto, a taxa da capital sergipana superou outras cidades de maior porte e com históricos mais agravantes de violência urbana como Salvador (BA), Maceió (AL), Fortaleza (CE), Manaus (AM) e Curitiba (PR). A ONG também aponta que Aracaju ficou acima de cidade estrangeiras marcadas pelas desigualdades sociais e por disputas entre gangues ligadas ao narcotráfico, como Tijuana e Ciudad Juárez (México), Detroit, Baltimore e New Orleans (Estados Unidos), Cidade do Cabo e Durban (África do Sul), CALI (Colômbia), Kingston (Jamaica) e Cidade de Guatemala (Guatemala).

Essas informações foram extraídas do Jornal do Dia que teve acesso ao relatório da pesquisa mexicana. Após as pesquisas serem publicadas nos diversos meios de comunicação,

seja escrita, falada e virtual, a Secretária de Segurança Pública divulgou nota rebatendo as conclusões das pesquisas.

O relatório da ONG mexicana faz duras críticas à Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ONG acusa o estado de não divulgar os dados relativos aos índices de crimes em Sergipe, fala do site da SSP que está permanentemente inacessível, de divulgar na imprensa informação “fracionadas, desconexas e incompletas”.

As matérias jornalísticas colhidas pelos mexicanos citam dados do Instituto Médico Legal (IML) e da própria SSP, que apontaram uma taxa de homicídios “consideravelmente maior” que a registrada em 2015, quando Aracaju ficou em 43º lugar no mesmo ranking da Seguridad. E que, tanto em 2015 quanto em 2016, ano em que Sergipe teve 1.306 homicídios, 45% dos crimes se concentraram em Aracaju, Socorro e São Cristóvão. “Se as coisas vão tão bem a Sergipe e na sua capital, por que o plano de Segurança Pública do governo federal em reforço às autoridades locais incluiu Aracaju junto às capitais dos outros estados? Mas o que poderia parecer simplesmente negligência se revelou um propósito deliberado de ocultamento da realidade criminal em Sergipe e na sua capital Aracaju”, ataca o relatório mexicano. (JORNAL DO DIA, abril de 2017).

Os responsáveis pelo ranking disseram ainda que, diante da “falta de informações claras”, baseou seu levantamento em dados de mortes registradas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e em reportagens publicadas na imprensa sergipana e nacional.

Já a pesquisa da FGV, chamada de “Data Crime: Decodificando a Segurança Pública no Brasil”, onde se baseando em dados de 2015 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), do SUS e do IBGE, o levantamento apontou que Sergipe liderou os casos de homicídio no país. Em 2015, foram 1.196, perfazendo uma taxa de 53,3 crimes para cada 100 mil habitantes. Em 2014, o Estado ficou em 4º lugar no ranking nacional, com 999 casos registrados e taxa 45,0 por 100 mil habitantes. Do total de mortes dolosas em Sergipe, 1.100 foram causadas por armas de fogo, sendo 95% de homens e 5% de mulheres. Outras 36 pessoas foram assassinadas com armas brancas (16 delas em Aracaju), 21 com força física e sete por outros métodos.

Também em 2015, Sergipe ficou em 3º lugar no número de latrocínios (roubos seguidos de morte), com 47 casos, e o 10º em letalidade policial, ou seja, 43 pessoas mortas por policiais em serviço. A pesquisa verificou ainda se há coerência entre os dados de mortes registrados pelas autoridades de saúde (SUS) e de segurança (SSP). A diferença entre as fontes é considerada pequena.

Em 2015, foram 1.293 mortes violentas apuradas pelo SUS e 1.286 pelo Anuário, que contém dados da SSP. Já as mortes em acidentes de trânsito tiveram uma diferença maior, sendo 414 apuradas pelo SUS e 340 pelo Anuário. (JORNAL DO DIA, abril de 2017).

No Mapa da Violência 2016, são apontadas as características da evolução dos homicídios por armas de fogo nas 27 Unidades da Federação, nas 27 Capitais e nos municípios com elevados níveis de mortalidade causada por armas de fogo. Observa-se que Aracaju está entre as seis capitais com maiores taxas de HAF em 2014 — Fortaleza, Maceió, São Luís, João Pessoa, Natal e Aracaju— são do Nordeste, região que teve o maior crescimento médio no período: 89,2%.

Como se pode observar nas informações mencionadas acima, Aracaju está entre as capitais mais violentas do país, conseqüentemente, essa vulnerabilidade acomete a juventude. Aracaju tem uma estrutura de divisão territorial que está distribuída em 6 distritos, dentre estes, nós temos dois grandes distritos, um na zona sul e outro na zona norte, com altos índices de pobreza, violência e criminalidade no município.

Assistimos a um grande aumento da violência associada principalmente às comunidades periféricas e pobres que, em grande parte, se encontram dominadas pelas incertezas e vulnerabilidades que o sistema impõe. A condição atual de um estado de vulnerabilidades sociais desafia o jovem a produzir sua própria sobrevivência e na maioria das vezes, de forma individualizada e vulnerável, pelas necessidades imediatas existentes.

Os adolescentes e jovens residentes no município de Aracaju são acometidos de várias vulnerabilidades, a saber, exclusão social, falta de recursos familiares, ausência de amparo do estado, inexistência de programas sociais que os capacitem a serem inseridos no mercado de trabalho, provocando com isso, a aproximação destes com as vulnerabilidades suscitadas pelo submundo do crime e tráfico de drogas.

4.2 TIPOLOGIA DE VULNERABILIDADE DE JOVENS EM ARACAJU

Aracaju é uma cidade projetada, nasceu em 1855 por necessidades econômicas, recebeu o título de cidade da qualidade de vida e tem uma população de 650.116 habitantes segundo o (IBGE 2017) e está distribuída por 181,857 km. A base da economia está distribuída em serviços, a indústria e o comércio. O produto interno bruto do município per capita de R\$ 10.071 (IBGE, 2013), ficando na 13ª colocação entre todas as capitais do país e em 2º lugar na região nordeste.

Violência, falta de estrutura familiar, pobreza e desemprego estão entre as vulnerabilidades mais presentes que acometem a juventude aracajuana que espera do poder público, soluções para as demandas postas pela ausência dos mínimos sociais necessários para sobrevivência, da efetivação das políticas públicas, má gestão política e pela corrupção que afeta diretamente aqueles que menos têm.

São diversos os tipos de vulnerabilidade que atinge a população jovem na cidade de Aracaju. Para colher estas informações foram realizadas pesquisas em fontes bibliográficas. Vale ressaltar que existe muita dificuldade de se encontrar fontes bibliográficas com extratos da situação no município estudado no que tange à vulnerabilidade social. Outras fontes pesquisadas foram as entrevistas realizadas aos conselhos tutelares dos distritos mais vulneráveis do município de Aracaju, secretaria da proteção básica que atua dentro do SUAS – Sistema Único de Assistência Social e entrevista junto ao presidente da Secretaria Estadual de Juventude.

De acordo com dados do conselho tutelar, são diversas as vulnerabilidades que cercam as crianças, adolescentes e juventude. Começando com a falta de estrutura familiar que envolve todos integrantes da família. Para ter-se uma ideia, em 2016, o Conselho Tutelar do 6º distrito que abrange o bairro Santa Maria atendeu mais de 214 casos de conflitos familiares. Este conselho atende uma área de altíssimos índices de vulnerabilidade social. O bairro tem aproximadamente 30 mil habitantes, sendo considerado um dos mais violentos da cidade.

Desigualdades sociais, conflitos familiares, falta de assistência do poder público, evasão escolar, acesso negado à educação e outros tipos de vulnerabilidades sociais ocasionam uma série de violências. Sem a presença do Estado para efetivar o controle dessas questões sociais as crianças, adolescentes e jovens serão desde cedo seduzidas a entrarem na seara da criminalidade.

O papel do conselho tutelar é zelar e garantir os direitos da Criança e do Adolescente, na nossa área de abrangência nos deparamos com muitas crianças e adolescentes fora da escola, evasão escolar e diversas situações de conflitos familiares, muitas vulnerabilidades sociais por falta de assistência pública que as famílias se deparam, onde as crianças e adolescentes ficam sem o acesso à educação, saúde, lazer, cultura, esporte, segurança pública e demais outras políticas (Fala da Conselheira Tutelar: Tereza Cristina da Silva Santos, 6º distrito de Aracaju)

As escolas ao invés de incluir, elas segregam a depender da faixa etária, idade e série ou até mesmo da evasão escolar, “porque quando a gente tenta garantir o direito deles à educação, somos questionados que eles estão irregulares em relação a idade e série, a educação alega ter uma portaria que só podem atender o aluno na idade regular, neste caso a rede segrega muito. Além desses problemas, existem uma

carência muito grande de escolas aqui nessa área, a demanda é grande, além da oferta, temos 09 escolas aqui no bairro e uma que fica próximo ao nosso bairro, mais a demanda é muita. Temos muitos adolescentes estudando em outros bairros, porque a demanda é muito grande aqui no bairro. Com o deslocamento dessas crianças e adolescente para outros bairros, nos deparamos com problemas em relação ao transporte escolar, falta monitores. A estrutura familiar, a maioria dos pais não tem condições de participar da vida escolar dos filhos por não terem condições financeiras de deslocamentos, também caso de alunos que descem em outra localidade menos na escola, por não terem monitoramento. O direito de garantir a vaga de uma criança e adolescente próximo a sua casa não é garantida (Fala da Conselheira Tutelar: Aline Ferreira Santos, 6º distrito de Aracaju)

Estudos apontam que dentro do ambiente familiar existem diversos tipos de violência doméstica. Destes tipos, segundo informações do Conselho Tutelar do 6º distrito a que mais predomina é a negligência familiar. Além dela, são também considerados tipos de violência: física, psicológica e sexual.

Para Westphal e Bydlowski (2010, p. 40) “A fluidez e diversidade que caracteriza a violência devem-se essencialmente ao seu caráter de fenômeno social, o que acaba por exigir análise que contemple as configurações e valores sociais que adquire forma” [...] O simples direito não faz acontecer uma política pública, é preciso mais, é necessário o entendimento e o comprometimento daqueles que estão à frente.

Vejamos o que diz Boneti (2006, p. 74):

Uma ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas: o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta apenas como um agente repassador à sociedade civil das decisões saídas no âmbito da correlação de força travada entre os agentes do poder (BONETI, p. 74).

É necessária a existência de programas que garantam a permanência de jovens nas escolas, até a conclusão dos seus estudos. Tais programas contemplariam currículos escolares que oferecessem cursos profissionalizantes, os quais capacitariam os adolescentes e jovens para o mercado de trabalho. Para tanto, entende-se que sejam destinados mais recursos para a educação, uma melhor capacitação para os professores, possibilitando com isso, um novo olhar capaz de entender as vulnerabilidades vivenciadas pelos adolescentes e jovens.

Saviani (2007) fala que as políticas educacionais se situam no âmbito das políticas públicas de caráter social, ou seja, as políticas públicas refletem nas propostas e características

para o sistema educativo, orientando-se da estrutura educacional (Projeto Político do Estado) em seu conjunto, as contradições e as exigências da sociedade atual.

Aracaju tem apresentado um crescimento populacional e econômico considerável, portanto são necessários investimentos que atendam essa nova realidade. Entretanto, o despreparo e a falta de compromisso dos gestores públicos têm levado ao crescimento das fragilidades dos serviços oferecidos à população.

Abramovay (2002) discute que alguns organismos e agências internacionais, destacando-se o BID e a UNESCO, apresentam o desafio da juventude em suas agendas prioritárias de ações. Para estes organismos, há uma necessidade de aumentar o debate em torno do tema, no sentido de evitar políticas improvisadas, desarticuladas e de efeitos meramente sazonais.

Para Abramovay e Pinheiro (2003, p. 28) entender a relação entre violência e vulnerabilidade social é o principal desafio dos governos e da sociedade civil para este século. Os autores também colocam que “[...] os jovens das classes populares se comparados a outros estratos da sociedade são um dos grupos mais atingidos por esses fenômenos”.

Para compreendermos melhor o conceito de vulnerabilidade, vejamos o que diz Abramovay:

O conceito de Vulnerabilidade Social ao tratar de insegurança, incertezas e exposições a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (ABRAMOVAY, 2002, p.35).

Vulnerabilidade para esta autora é um conceito que pede recorrência a diversas unidades de análise, indivíduo, domicílio e comunidades, além de recomendar que se identifiquem cenários e contextos. Portanto, pede olhares para múltiplos planos e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidade (BONETI, 2009, p. 361).

Além da violência, outro fator que tem contribuído para a redução da expectativa de vida entre adolescentes e jovens é o desemprego. Segundo o IBGE, este fator está entre as causas da vulnerabilidade na juventude. Atualmente o desemprego atinge cerca de 13,8 milhões de habitantes no Brasil. Essa realidade acaba comprometendo a possibilidade de os adolescentes e jovens se desenvolverem e crescerem enquanto sujeitos em transformação. Normalmente, é-lhes exigido experiência para se que obtenha uma vaga no mercado de

trabalho. Daí advém à importância de programas sociais que oportunizem a inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

Para o conselheiro tutelar Jádriel Carlos da Silvano 5º distrito de Aracaju, em entrevista ele pontua que “os jovens das camadas mais periféricas da sociedade não têm oportunidades nos programas e projetos de inclusão”, o entrevistado ainda coloca que muitas das vezes os adolescentes e jovens são excluídos por não possuírem a escolaridade exigida e acabam ficando de fora de oportunidades que poderiam mudar suas vidas.

Para a conselheira Aline Ferreira Santos, do 6º distrito, a falta de oportunidade no mercado de trabalho, conduz os adolescentes e jovens a entrada cada vez mais cedo no mundo da violência e criminalidade e, por conseguinte, no mundo das drogas.

Muitos adolescentes e jovens vêm aqui no conselho em busca de oportunidade, como eles não têm escolaridade fica difícil incluir esses jovens que são excluídos pelo próprio sistema educacional e cultural (Aline Ferreira Santos, Conselheira Tutelar do 6º distrito do município de Aracaju).

Com nível de escolaridade baixa, sem oportunidades, os jovens são atraídos pela criminalidade. De acordo com as conselheiras tutelares do 6º distrito, muitos adolescentes e jovens moradores do bairro Santa Maria, já tiveram suas vidas ceifadas em virtude de terem se envolvido com tráfico de drogas e pequenos roubos na comunidade.

O Programa Jovem Aprendiz, não inclui os jovens das camadas periféricas, existe certo preconceito (Aline Ferreira Santos, Conselheira Tutelar do 6º distrito do município de Aracaju).

A tabela 1 mostra a distribuição da população jovem por idade e sexo, observe que se predomina o sexo feminino em todas as faixas etárias.

Tabela 1 - Distribuição de população jovem em Aracaju (2010)

FAIXA ETÁRIA	Nº SEXO MASCULINO	PERCENTUAL SEXO MASCULINO	Nº SEXO FEMININO	PERCENTUAL SEXO FEMININO
15 A 19	23.842	4,2%	25.190	4,4%
20 A 29	27.700	4,8%	30.575	5,4%
25 A 29	27.507	4,8%	31,445	5,5%
TOTAL	79.049	13,8%	87.210	15,3%

Fonte: Secretária da Juventude (2017).

Segundo Fredson Santana, presidente estadual da Juventude, “a política da juventude está sendo formalizada, institucionalizada tem mais ou menos dois anos, o Brasil não reconhecia que juventude era um cidadão de direito, só era de fato. Em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/1990), adquiriu-se diversos direitos atendendo uma população até os 18 anos incompletos, ficando a juventude desprovida de proteção e amparo na legislação que garantam seu desenvolvimento pessoal e sócio profissional”.

O Brasil foi um exemplo mundial na redução das desigualdades sociais. Até 2013, o país representou no mundo a maior esperança de investimento social (UNICEF ONU). Em 2015 o país foi acometido de uma grave crise internacional (2008 a 2015). Foi quando pela primeira vez a riqueza de 1% da população mundial atingiu a metade da riqueza total do planeta, o que significa que a crise econômica mundial favoreceu aos ricos, deixando assim os mais pobres na mesma ou em condições inferiores à que já estava.

Outro dado bastante relevante sobre violência e juventude é que o Brasil tem o 2º maior índice no mundo de assassinatos de jovens. Entre 2013 e 2016 houve um crescimento bastante significativo de homicídios de jovens, principalmente de negros. Essa estatística também inclui nossa juventude aracajuana.

Dentre os diversos tipos de vulnerabilidades pelas quais passam os adolescentes e jovens no município de Aracaju, percebe-se que a negligência familiar é apontada como bastante alarmante. Decorre daí que é necessária uma intervenção com uma nova e séria política pública que redirecione os trabalhos executados pelo conselho tutelar do 5º e 6º distritos, os quais abrangem as zonas sul e norte da referida capital.

Outros tipos de vulnerabilidades foram encontrados nos estudos realizados: violência física, psicológica, abuso e exploração sexual, exploração do trabalho infantil e etc. Tendo em vista os índices preocupantes em torno desta temática, faz-se necessária uma ampliação do debate e incremento na consecução de políticas públicas que imprimam um redirecionamento de todos os atores envolvidos no tratamento em relação aos adolescentes e jovens no município de Aracaju.

4.3 A VULNERABILIDADE DECORRENTE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM ARACAJU

A juventude está classificada como um dos grupos mais vulneráveis e expostos à violência, vulnerabilidades e riscos. Para Pires, Cardia e Santos (2006, p. 33) compreendem adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 29 anos, do sexo masculino, proporcionalmente, mais representado entre negros e aqueles habitantes dos bairros que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas.

Para entender um pouco sobre juventude, Charlot, (2016, p. 67) nos diz que:

A forma mais simples de definir a juventude consiste em dizer que é uma etapa da vida. “O termo “juventude” refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero.

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Todos os anos são mais de 56 mil homicídios, que é um dos principais problemas relacionados à morte de jovens. Em Aracaju a situação não é diferente. Diariamente assistimos nos telejornais a diversos tipos de violências envolvendo adolescentes e jovens. Estes são, na maioria das vezes, homicídios com autores e vítimas jovens.

De acordo como o mapa da violência publicado em abril de 2015, quase 5 (cinco) brasileiros morrem por hora, vítimas de disparos de armas de fogo. Considerando dados oficiais de 2012, 42.416 pessoas foram vítimas de armas de fogo no Brasil – uma média de 116 mortes/dia –, das quais 94,5% (40.077) foram resultados de homicídios.

Segundo dados do Ministério da Saúde, 53% dos homicídios no Brasil atingem jovens, dos quais 75% são negros e negras, possuem baixa escolaridade, sendo a grande maioria do sexo masculino. Os dados revelam ainda que ao longo da última década esses índices vêm crescendo. Tomando-se por base os anos de 2000 e 2010, o número de mortes de jovens subiu de 14.055 para 19.255.

Um dos bairros de maior concentração de vulnerabilidades e riscos sociais em Aracaju é o bairro Santa Maria. Em visita ao Conselho Tutelar do 6º distrito, onde está localizado o bairro Santa Maria, as conselheiras relatam as dificuldades encontradas no dia a dia de atendimento dentro da comunidade residente naquela localidade.

O bairro Santa Maria está localizado na zona expansão, e é considerado um dos bairros mais populoso de Aracaju. De acordo com o IBGE (2010) sua população era de 33,475 mil habitantes. A violência está no dia a dia dos moradores que vivem com medo e insegurança. O número de jovens residentes no bairro Santa Maria cresce aceleradamente.

De acordo com o Mapa da Violência publicado em 2016, no ano de 2014, Sergipe registrou 41,2 homicídios por 100 mil habitantes, ficando atrás do Ceará com 42,9 e de Alagoas com 56,1. O estudo avaliou dados de mortes causadas por acidentes, homicídios, suicídios ou motivos indeterminados causados com uso de arma de fogo entre 1980 e 2014. Os dados para pesquisa foram do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Saúde de 2014 para mostrar a evolução da violência em estados e municípios brasileiros.

O estudo apresentou a região nordeste com as maiores taxas de homicídios por arma de fogo (HAF) em quase todos os anos da década estudada. A taxa média em 2014, de 32,8 HAF por 100 mil habitantes. O relatório destacou que a maior parte das cidades do Nordeste apresenta elevados índices de crescimento de violência na década 2004/2014. E em outro espaço de tempo tivemos que enfrentar uma pandemia de violência para a qual estavam pouco e mal preparados. No relatório foram citadas várias cidades sergipanas. Aracaju aparece em 128º lugar com 46,7 homicídios/100 mil habitantes.

O aumento no número de homicídios dolosos em Sergipe, nos últimos anos, vem tomando proporções preocupantes, chegando ao patamar de 57,6 por 100 habitantes em 2016 (Ceacrim - SSP/SE).

O Núcleo de Análise e Pesquisas em Políticas de Segurança e Cidadania – Napsec, da Secretaria de Segurança Pública – SSP/SE, realizou um estudo sobre a mortalidade violenta numa perspectiva de embasar a construção de políticas contínuas e eficazes voltadas ao seu enfrentamento. Para este estudo, foi utilizada fonte primária como inquéritos policiais dos anos de 2012 a 2015, como tipificação de homicídio doloso.

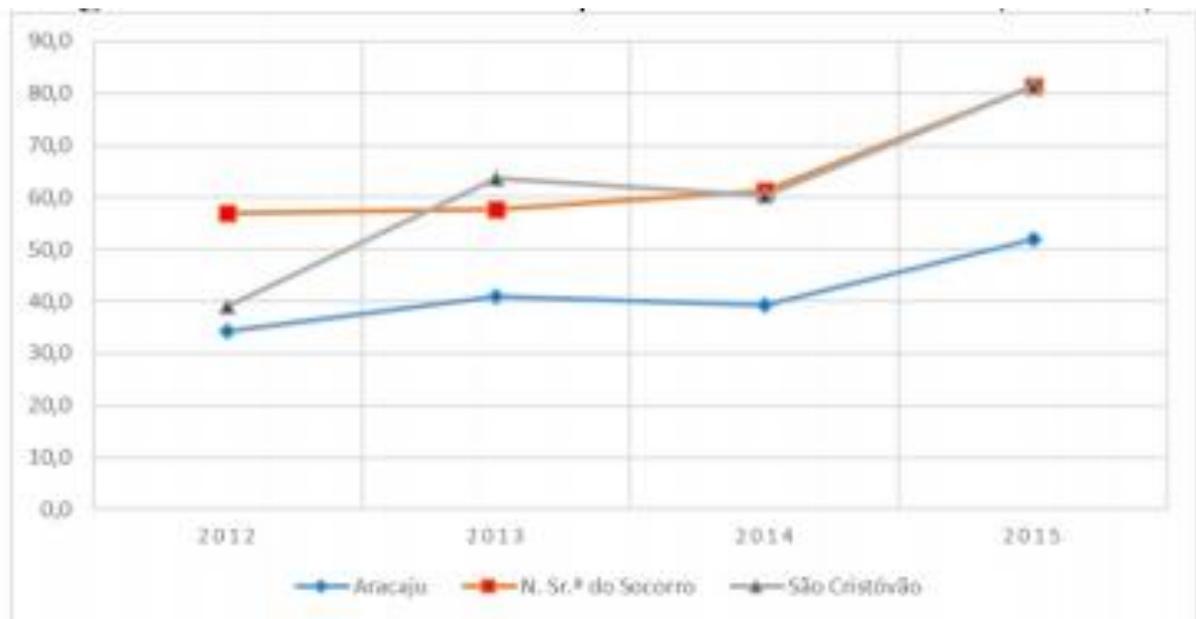
A primeira etapa se deu no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa/DHPP, sendo lidos 1619 inquéritos, que permitiu o preenchimento de uma planilha, construída a partir de um padrão definido, com variáveis que possibilitaram traçar o perfil das vítimas e autores, motivação e fatos da ocorrência.

A segunda etapa se deu no interior do estado. Para embasar o estudo sobre a motivação de homicídios dolosos, utilizaram-se diversos referenciais, tendo como interferência para a construção do quadro dessa variável a obra Estatística pela Vida (Ceacrim - SSP/SE).

As informações são restritas às ocorrências tipificadas como homicídios dolosos ocorridas nas cidades de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, no período de 2012 a 2015, que correspondem a aproximadamente 45% dos homicídios dolosos do Estado.

Sobre o resultado da pesquisa, observa-se na figura 1 a evolução das taxas de homicídios do ano de 2012 a 2015 nas cidades de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Nota-se um crescimento acelerado entre os anos de 2014 a 2015 com uma taxa média de homicídios de 33,3%.

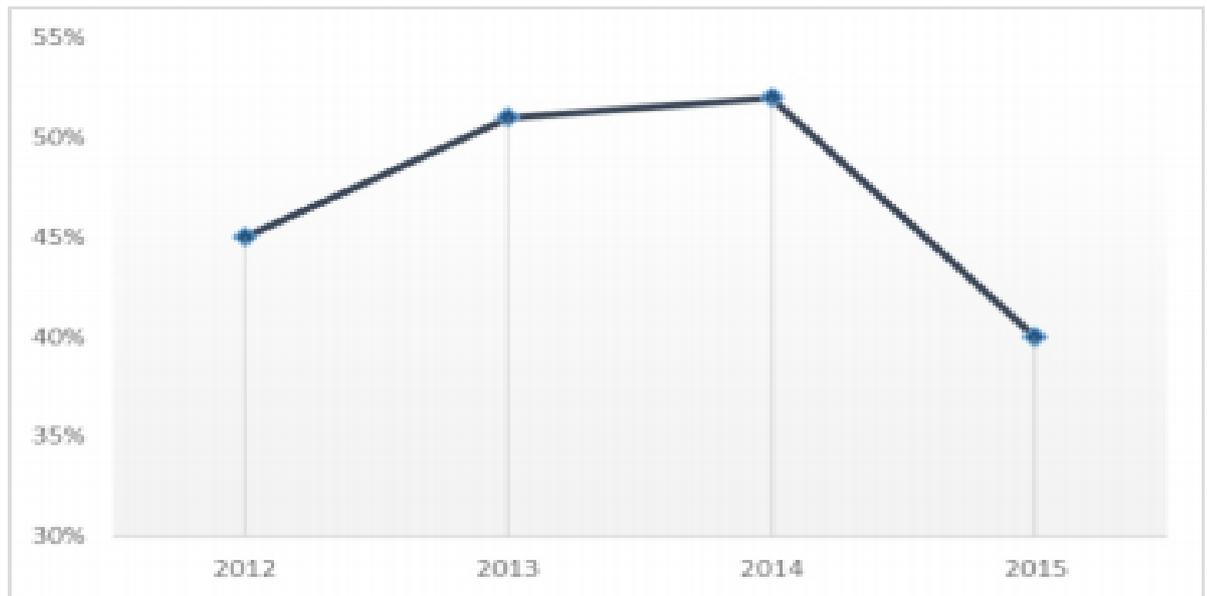
Figura 1 – Taxa de homicídio por 100 habitantes (n=1666) – Aracaju 2012 – 2015.



Fonte: Napsec – 2017.

Na figura 2 observa-se uma evolução negativa da taxa de elucidação de homicídios até o ano de 2014, ocorrendo uma queda acentuada no ano de 2015, cerca de 10% de decréscimo no período total.

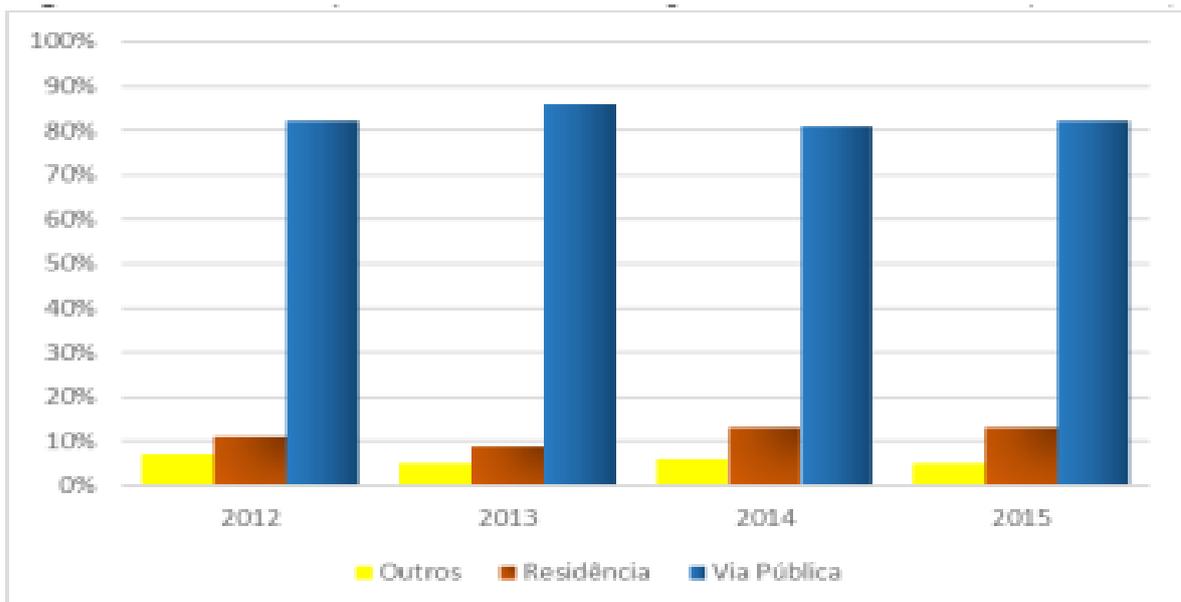
Figura 2 – Taxa de elucidação de homicídios (n=1966).



Fonte: Napsec, 2016 – 2017.

Na figura 3 temos a distribuição de homicídios por local do crime, na qual se observa que a maior taxa de ocorrência foi na via pública, apresentando um percentual mínimo de 80% nos 5 (cinco) anos analisados. Vê-se, desta forma, que a violência vem se constituindo com prevalência na rua, em meio às relações cotidianas.

Figura 3 – Distribuição dos homicídios por local de crime (n=1966).

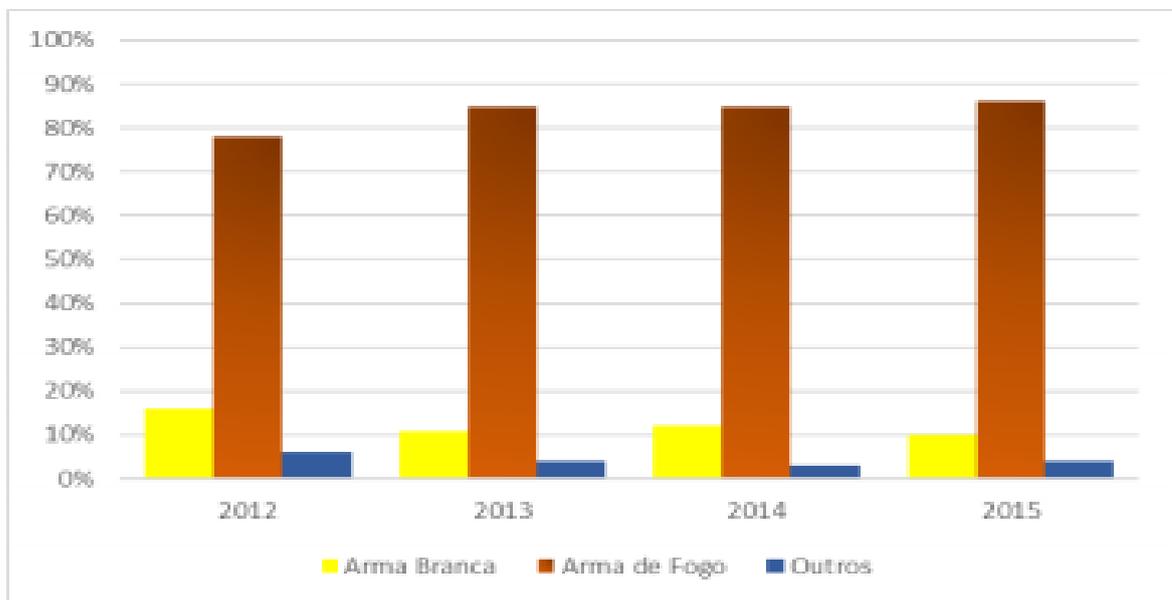


Fonte: Napsec, 2016 – 2017.

Na figura 4 verifica-se a distribuições dos meios utilizados na execução dos homicídios em que se constatou a arma de fogo como principal instrumento, mantendo-se uma porcentagem de aproximadamente 80% em 2012, e ultrapassando esse percentual nos anos seguintes.

No estudo conclui-se que o acesso à arma de fogo tem sido fator preponderante para o aumento de homicídios. E mesmo com as dificuldades estabelecidas, a partir dos critérios legais para se obter acesso à arma de fogo, o mercado ilegal a disponibiliza com facilidade.

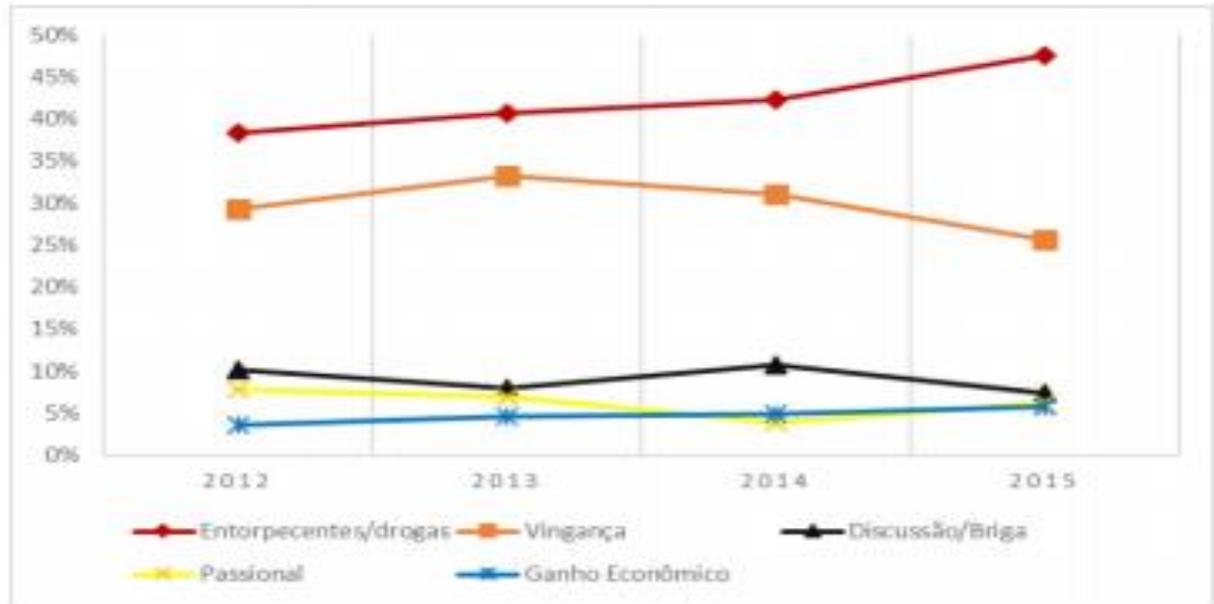
Figura 4 – Distribuição dos meios utilizados na execução dos homicídios (n=1966).



Fonte: Napsec, 2016 – 2017.

O estudo também menciona a motivação. Destaca-se na figura 5 que teve como fator preponderante as drogas ilícitas. Neste caso, foi possível notar crescimento linear de 26,3% de 2012 a 2015, com acentuação entre 2014 e 2015. A vingança se apresenta significativa, permanecendo em segundo lugar em todos os anos. A categoria discussão/briga também durante todos os anos permaneceu no terceiro lugar até meados de 2013, havendo alternância com a categoria ganho econômico em 2014, se mantendo em posições equivalentes até 2015.

Figura 5 – Motivação da execução dos homicídios (n=1071).



Fonte: Napsec, 2016 – 2017.

Através da análise do perfil das vítimas e autores, notou-se uma semelhança nas características de ambos. Em sua maioria, é do gênero masculino, cor parda, entre as faixas etárias dos 18 aos 33 anos e com ensino fundamental incompleto. Somados os números referentes a cor da pele de pretos e de pardos, tem-se 95% dos autores e 96% das vítimas. Numa análise cumulativa, referente à faixa etária, observa-se que mais de 70% dos autores de homicídios praticados por homens possuem idade até 29 anos de idade e vítimas 62%, considerando esta mesma faixa etária. Outro indicador que chama atenção é o grau de escolaridade, no qual foi identificado que 78% e 87% dos autores e vítimas, respectivamente, possuam ensino fundamental incompleto

Diante do exposto, convém salientar que destinar recursos para a educação pode reduzir consideravelmente os índices da taxa de homicídios. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas – IPEA, para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma redução de 2% na taxa de pessoas assassinadas nos municípios brasileiros.

Afirma Daniel Cerqueira, economista e técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA:

Segundo nossas estimativas, a probabilidade de um indivíduo com até sete anos de estudos ser assassinado no Brasil é 15,9 vezes maior do que outro indivíduo que tenha ingressado na universidade, o que mostra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios no Brasil.

O pesquisador ainda salienta que a melhora na qualidade dos serviços educacionais pode evitar que estudantes já matriculados abandonem a escola. E que isso reduz a vulnerabilidade do jovem no envolvimento com crimes.

A política pública de segurança do Estado de Sergipe deveria estar associada a investimentos no setor educacional, visto que, de acordo com o relatório Education at a Glance 2015, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil gastou cerca de 3,4 mil dólares anuais por aluno da rede de educação básica. Registre-se que a média global ultrapassa os 9,3 mil dólares por estudante dos anos iniciais.

Cerqueira salienta ainda que o gasto público com educação básica, por aluno, é equivalente a um quarto do valor investido no ensino superior; “ou seja, o Estado gasta muito com educação, mas não é para o ensino básico e não é para os pobres”.

Diante desse quadro de desestímulo no cenário da educação, o contexto da vulnerabilidade entre jovens e adolescentes acentua-se cada vez mais, seja pela ausência de oportunidades, seja pelo envolvimento deles no cenário desalentador do crime e das drogas.

Por esse motivo, a pesquisa do Napsec demonstra os altos índices de autores e de vítimas serem jovens e adolescentes com baixo nível de escolarização. Ratificando que uma das formas de controle e redução dessas mortes violentas estaria intimamente relacionada com aplicação de recursos na educação de base do público segregado socialmente desse direito inalienável.

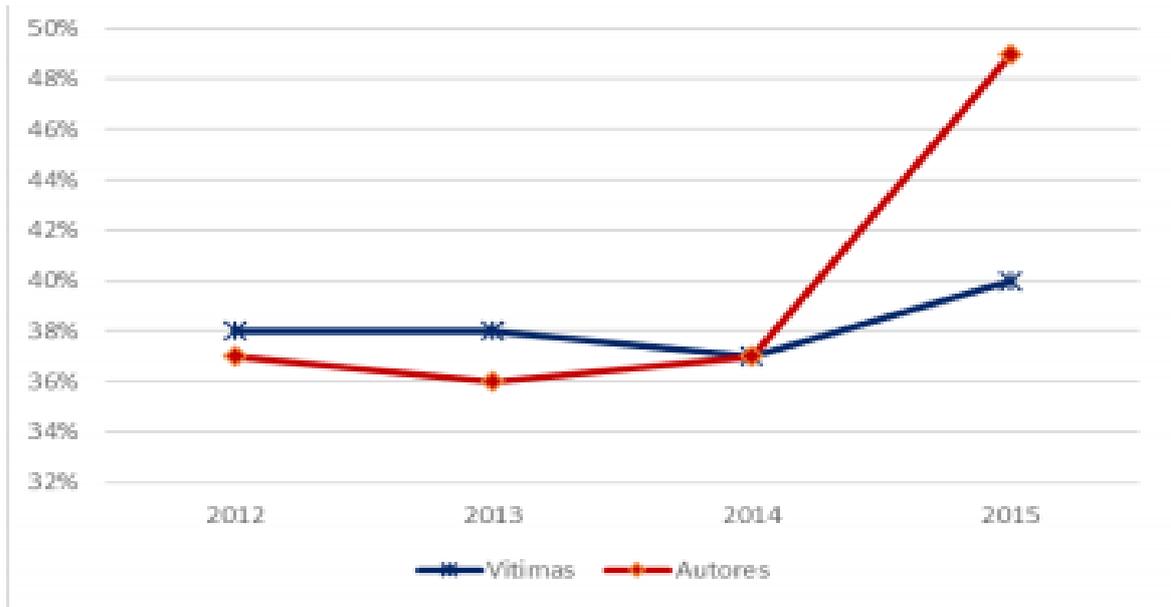
Tabela 2 – Perfil Social Demográfico ($N_a = 1068$, $N_v = 1641$).

Gênero	Autor	Vítima
Masculino	97%	95%
Feminino	3%	5%
Total	100%	100%
Cor da Pele	Autor	Vítima
Branca	5%	4%
Parda	86%	90%
Preta	9%	6%
Total	100%	100%
Faixa Etária	Autor	Vítima
Menor de 15	0%	1%
De 15 a 19	25%	20%
De 20 a 24	33%	22%
De 25 a 29	16%	19%
De 30 a 34	14%	14%
De 35 a 39	6%	10%
40 e mais	7%	13%
Total	100%	100%
Escolaridade	Autor	Vítima
Analfabeto	3%	2%
Fundamental Completo	8%	3%
Fundamental Incompleto	78%	87%
Médio Completo	7%	6%
Médio incompleto	4%	2%
Superior Completo/Incompleto	0%	0%
Total	100%	100%

Fonte: Napsec, 2016 – 2017.

Levando em conta o percentual de autores e vítimas com passagem pela polícia, observa-se que entre os anos de 2012 a 2014 manteve-se a variância entre os percentuais 36% a 38%. Fato diferente ocorre entre 2014 a 2015, uma vez que as vítimas atingiram percentual de 40% e os autores se aproximam de 50%.

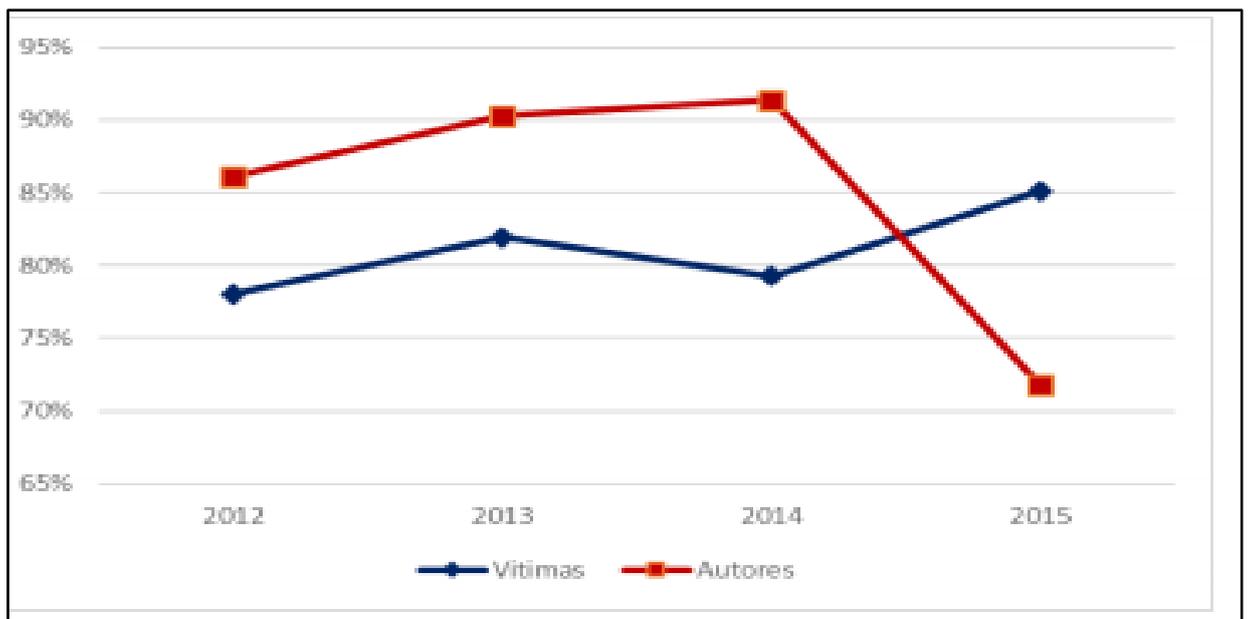
Figura 6 – Percentual de autores e vítimas que possuem passagens pela polícia ($N_a = 1068$, $N_v = 1641$).



Fonte: Napsec, 2016 – 2017.

Na figura 7 apresenta-se o percentual das vítimas e autores envolvidos com drogas ilícitas. Pode-se observar que no ano de 2015 a proporção se inverteu, o número de vítimas envolvidas com drogas se tornou maior do que a dos autores, situação que se destaca para uma análise posterior.

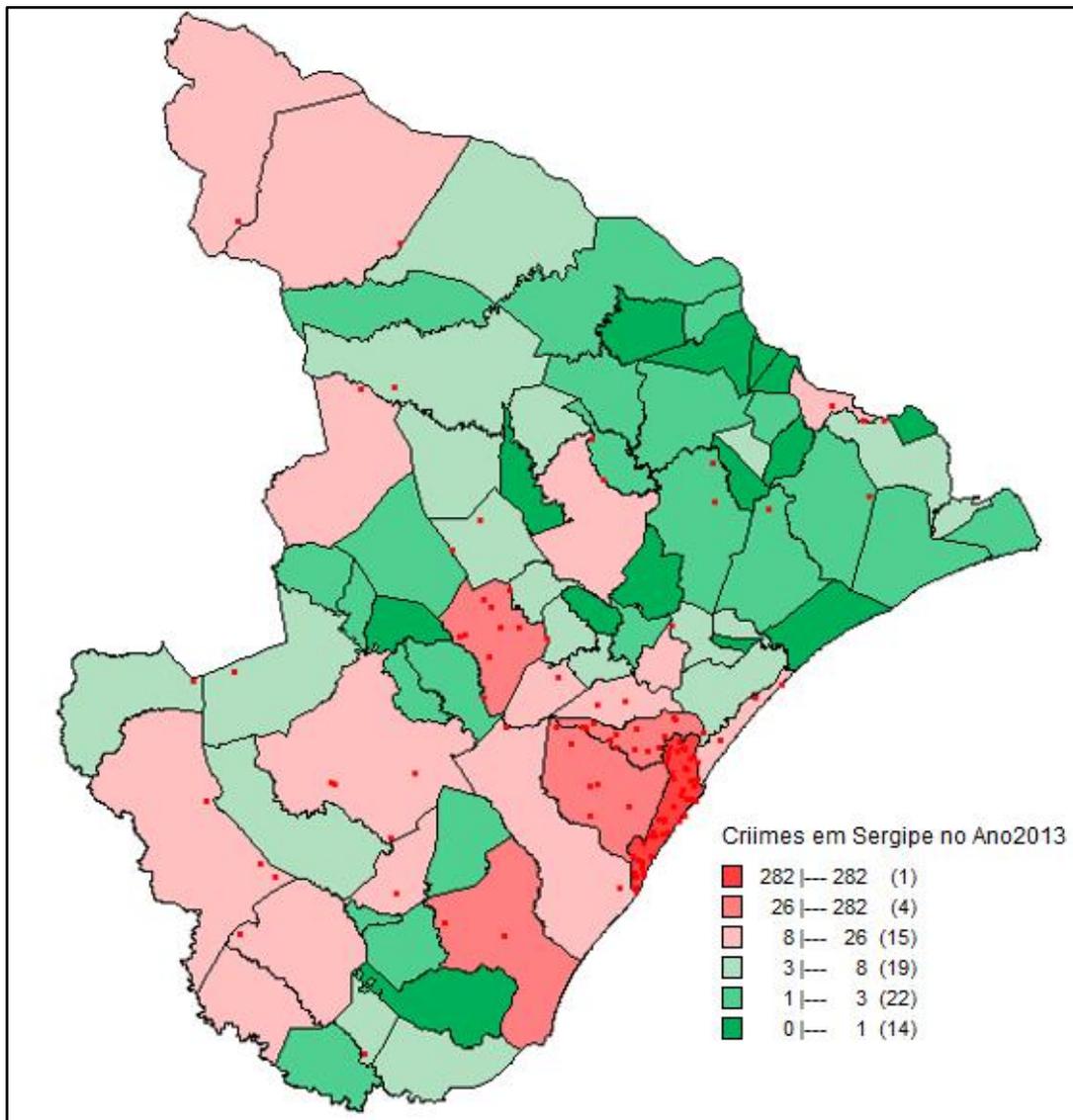
Figura 7 – Proporção de envolvidos com Drogas ($N_a = 1068$, $N_v = 1641$).



Fonte: Napsec, 2016 – 2017.

Como se viu na pesquisa Napsec, da Secretaria de Segurança Pública, a taxa de homicídios evoluiu no período de 2015 a 2016. Esse dado tem sido preocupante para gestores da pasta. Esses gestores não conseguem coibir esse fenômeno devido à ausência de uma política pública de segurança coerente com essa realidade catastrófica nos municípios. Analisando o local dessas mortes violentas, tem-se que o espaço urbano figura como palco principal desse ato que tem tirado a vida de muitos jovens negros, não escolarizados, pobres e com baixos níveis de educação.

Figura 8 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2013, por município.

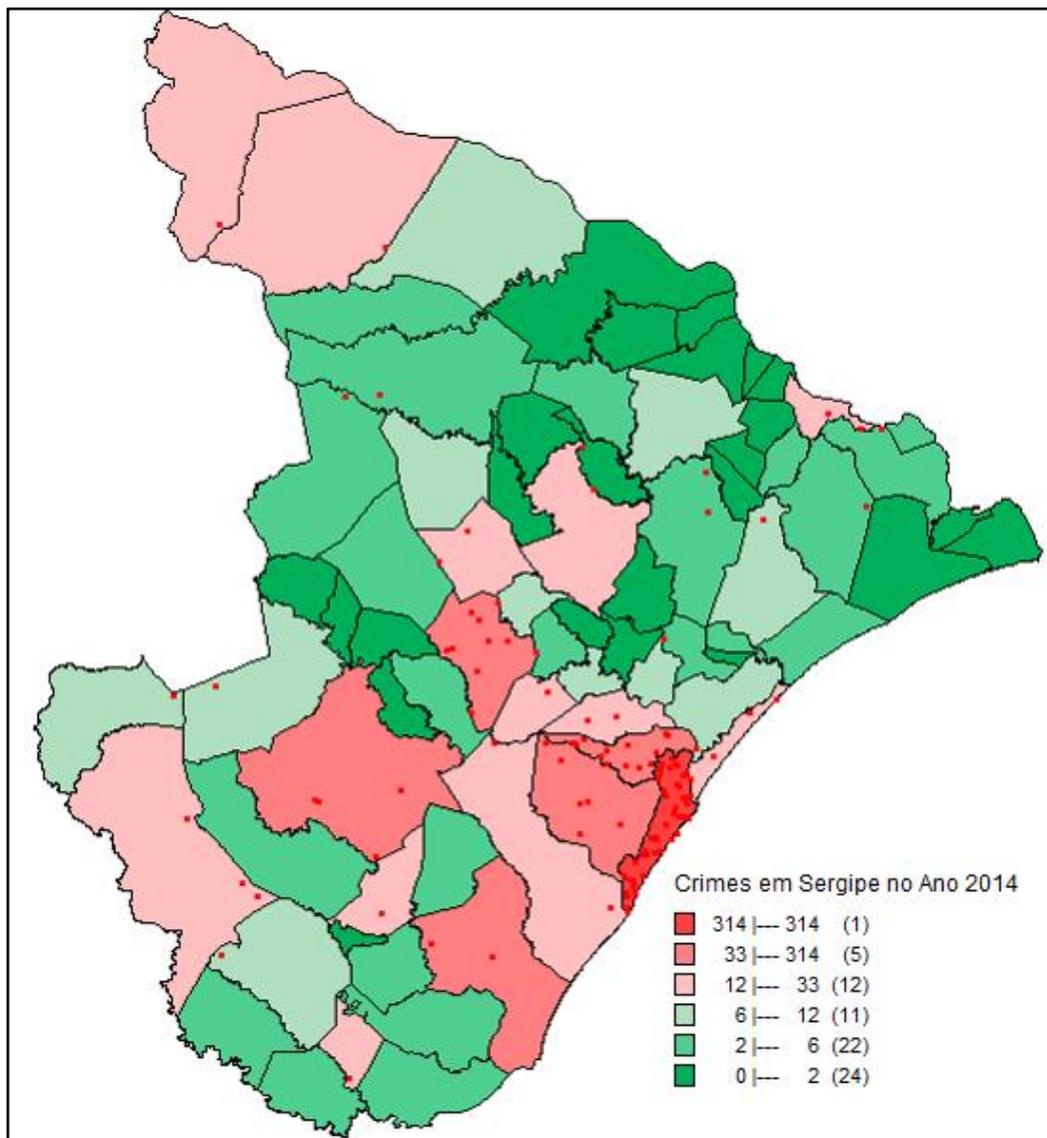


Fonte: SSP – SE.

Para intensificar essa reflexão, o Núcleo aponta para o envolvimento das vítimas e seus algozes com substâncias entorpecentes. Esse fato gera a variável vingança como motivação para o aumento de mortes violentas nesses espaços. Além disso, nota-se que o instrumento arma de fogo é meio mais utilizado para execução de homicídios. Isso demonstra a clara ausência de controle de armas em nosso país, que conforme dados apontados na pesquisa não surtiu o efeito desejado. A combinação dessas variáveis junto à ausência de um plano de gestão que faça frente a esse fenômeno tira o bem mais precioso que as leis objetivam proteger.

A figura 8 revela o quanto essa vulnerabilidade alcança a cidade de Aracaju, diante da criminalidade violenta presente na cidade.

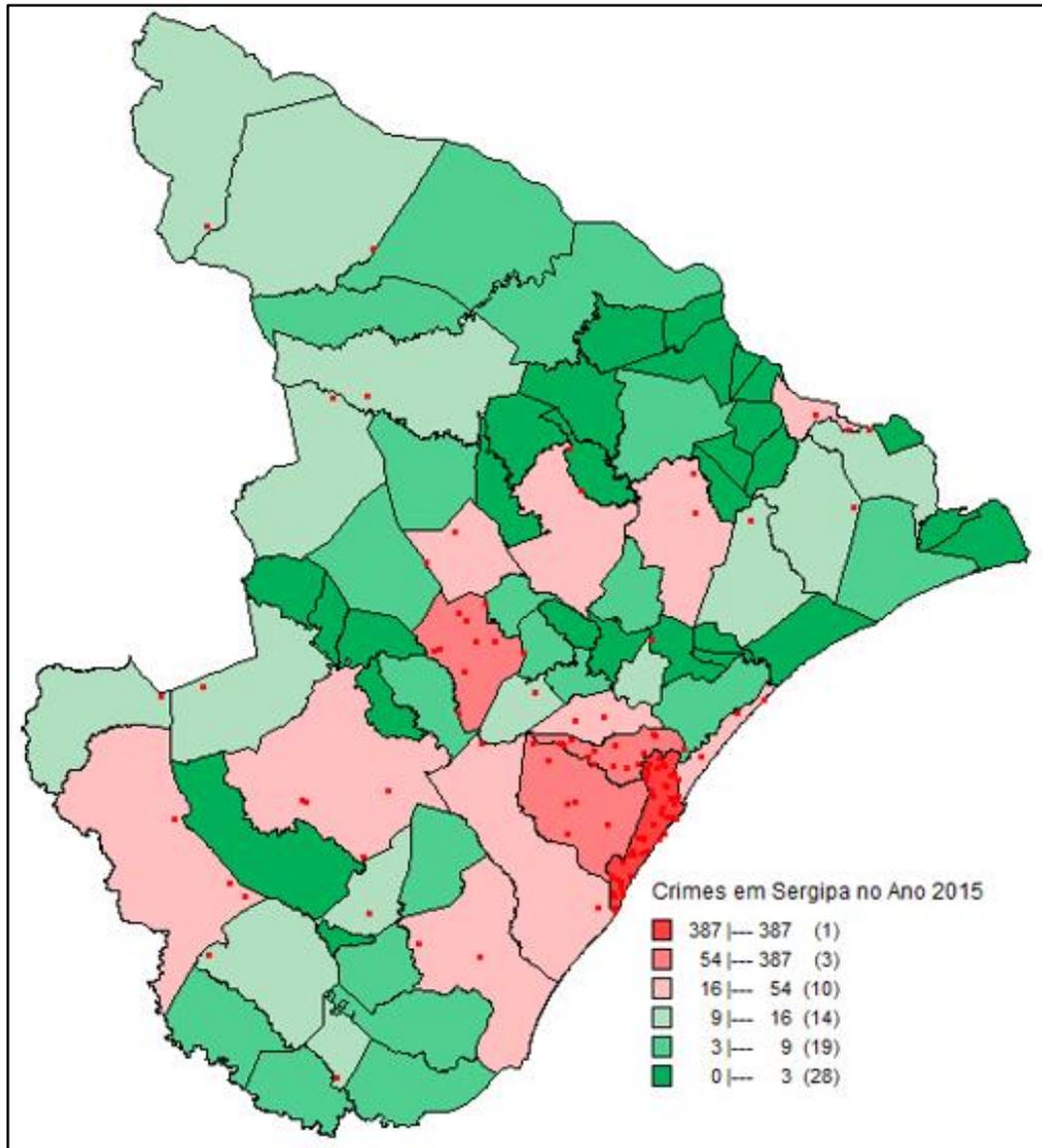
Figura 9 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2014, por município.



Fonte: SSP – SE.

A configuração do crimes na cidade de Aracaju, no ano de 2014, é 11,3% maior que no ano anterior. A figura 9 apresenta uma configuração entre os municípios do Estado muito próxima. Contudo, a diferença é mais evidente quando se comparam os valores absolutos. Essa diferença é mais acentuada quando se comparam isoladamente cada um dos territórios.

Figura 10 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2015, por município.

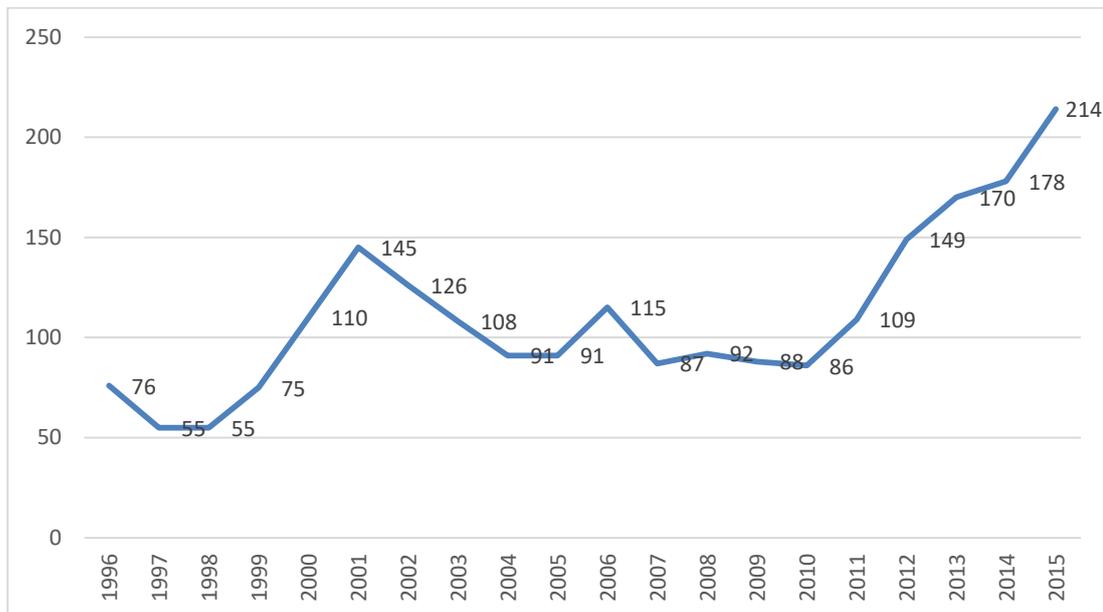


Fonte: SSP – SE.

Novamente, os valores absolutos de crimes na cidade de Aracaju voltaram a crescer, conforme apresentado na figura 10, onde demonstra um aumento de 23,3%, ampliando a vulnerabilidade na cidade.

Uma retrospectiva mais longa de crimes a que a população jovem de Aracaju esteve submetida, tem-se nos dados do sistema de mortalidade do Sistema Único de Saúde - DATAUS-SIM, conforme figura 11.

Figura 11 – Crimes de homicídios em Sergipe no ano de 2014, por município.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Os dados obtidos do sistema pertencem às categoria CID10: X91-Agressão por enforcamento, estrangulamento, sufocação; X93-Agressão por disparo de arma de fogo de mão; X94-Agressão por disparo arma fogo de maior calibre; X95-Agressão por disparo outra arma de fogo ou NE; X96-Agressão p/meio de material explosivo; X99-Agressão com objeto cortante ou penetrante; Y00-Agressão por meio de um objeto contundente; Y04-Agressão por meio de força corporal; Y05-Agressão sexual por meio de força física; Y06-Negligência e abandono; Y07-Outra síndrome de maus tratos; Y08-Agressão por outros meios especiais; Y09-Agressão por meios NE; Y22-Disparo de pistola intenção não determinada; Y23-Disparo de arma de fogo maior calibre intenção não determinada; Y24-Disparo de outra arma fogo e NE intenção não determinada; Y35-Intervenção legal; Y36-Operações de guerra. Com faixa Etária: 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 29 anos.

4.4. OS ATORES PÚBLICOS E O CONTROLE DA VULNERABILIDADE

A rede formada pelos diversos atores sociais (agentes públicos e privados) presta serviços que minimizam os efeitos da vulnerabilidade existente entre os jovens na cidade de Aracaju. Não se tem atendimento pleno, mas de qualquer sorte esse conjunto de entregas são capazes de prevenir e, às vezes, retirar alguns jovens e crianças de escaparem de um futuro incerto e, às vezes, da morte.

Pretende-se analisar qual o papel social desses atores e descrever a contribuição de cada um deles nesse segmento de contenção das condicionantes com que potencializam a vulnerabilidade dos jovens da capital do estado de Sergipe.

4.4.1 O serviço do estado no contexto do controle das condicionantes da vulnerabilidade

A lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que versa sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, no seu capítulo I e artigos diz o seguinte:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em

situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

Pode-se observar que esse artigo versa sobre a responsabilidade do estado em provê às necessidades daqueles que não têm os serviços mínimos sociais, que são realizadas por meio de diversas ações que garantam a essas pessoas o atendimento de suas necessidades com dignidade, respeito e responsabilidade.

Os serviços que o estado desenvolve para promoção, defesa e controle das vulnerabilidades são desenvolvidos também pela secretaria da juventude, que somente a partir de janeiro de 2017 se tornou secretaria com recursos próprios.

A secretaria da juventude é nova. Antes era integrada à Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho, Direitos Humanos e Juventude (SEIDH). A partir daí as prefeituras começaram a se organizar com a política voltadas para a juventude.

O presidente estadual da Juventude em Sergipe, o Sr. Fredson Santana, em entrevista falou que a Secretaria de Juventude é nova e sua aprovação se deu por meio da PEC “PL 4529/04” aprovada em 2010. Em Sergipe, somente a partir de janeiro de 2017 é que a secretaria começou a andar com suas próprias pernas. Antes era integrada a outra secretaria, o que dificultava muito o desenvolvimento das ações, projetos e programas.

As políticas de juventude estão sendo formalizadas, de maneira institucionalizadas, há cerca de dois anos. O Brasil não reconhecia que jovem era um cidadão de direito, seria somente de fato. O ECA prioriza somente a criança e o adolescente, as ações e serviços são destinados somente para esse público. Com a aprovação do estatuto da juventude, criou-se uma secretaria para desenvolver e promover ações e projetos voltados para a juventude.

Após entrada em vigor do estatuto da juventude, os estados e as prefeituras passaram a se organizar com a política de juventude. A secretaria da juventude tem como objetivo integrar as políticas de juventude a outras políticas. Um dos projetos que a secretaria da

juventude está desenvolvendo é a casa da juventude, que tem como objetivo propor ações transversais para o fortalecimento da juventude, promover o desenvolvimento integral dos jovens, fortalecer seus processos de aprendizado e autonomia, e gerar oportunidades de melhoria de vida, por meio da efetivação de políticas públicas.

Entendemos que a política de juventude é transversal, pois passa por todos os assuntos de interesse da sociedade. Juventude é assistência, inclusão, saúde, transporte público, meio ambiente, etc. Portanto, a Casa da Juventude é um espaço onde todos os serviços do Governo estarão à disposição. (Fredson Santana).

Os serviços ofertados são: cursos de informática e de idiomas, palestras com objetivo de promover conhecimento e cidadania, essas palestras são realizadas pela equipe, por parceiros do governo e outros apoios, como universidades.

A casa da juventude oferece espaço físico para a realização de cursos, palestras, oficinas e serviços para jovens de baixa renda, entre 15 e 29 anos.

São os jovens que têm energia, mais sonhos, desejo de conquistar espaço. Precisamos levar conhecimento para esses jovens, orientá-los nessa fase de descoberta. Eles querem buscar uma profissão, constituir família, etc. Então precisamos assisti-los, sobretudo, àqueles que transitam nas drogas e necessitam ainda mais do nosso apoio (Fredson Santana).

A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é também um projeto desenvolvido pela secretaria da juventude, que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico, culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto do decreto 8.537/2015.

Para o secretário, esse programa é de fundamental importância para a juventude poder se desenvolver, fazer concurso público e se relacionar com o universo dos jovens.

“Não temos um projeto efetivo de combate à vulnerabilidade, mas temos um importante Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) da Secretaria de Segurança Pública. Estamos buscando, recurso por orientação do Ministério da Justiça, para poder trabalhar junto com o Proerd, ou seja, a Secretaria da Juventude e o Proerd. Essa parceria vai possibilitar um trabalho contra a criminalidade e fazer com que os jovens evitem as drogas e a violência, isso é, essa nossa proposta está em construção”, disse o Secretário da Juventude Sergipana – Fredson Santana.

Quadro 1- Ações governamentais focada na juventude.

Instituição	Ação	Resultados
Secretaria de Juventude e Esporte	Bolsa Atleta	Oferecem esporte, aos atletas prestam contas e comprovam a regularidade em treinos e competições (SIC). Quantitativo: 80 Jovens
	Programa Segundo Tempo	Quantitativo: 2.800.
Secretaria Municipal da Família e Inclusão Social		Oferece cursos desenvolvidos pela Fundat e Pronatec. Quantitativo: 2.020.
SEMFAS	ACFV	Cursos oferecidos; Oficinas de arte, biscuit, idiomas, violão. Quantitativo: 77.
	NAT	Gerenciamento de ações através de convênios com os sistemas S e inclusão social para o oferecimento de vagas de Administração, Confeção, Higiene, Beleza, Cobrador, Assistência, Saúde/cozinha.
Secretaria Municipal de Defesa Social e Cidadania	Lição de cidadania – professor multiplicador e Operador de trânsito, projeto vida no trânsito.	Quantitativo 3.000.
	Centro Vocacional e tecnológico do Sergipetec	Cursos oferecidos: Informática, manutenção de Micro, Inglês, Espanhol, auxiliar administrativo, Monitor de Turismo, Local, Libras, Auxiliar Financeiro, Atendimento ao Cliente, Auxiliar Contábil, entre outros. (SIC) Quantitativo: 3.756 Jovens
Educação	PROJOVEM URBANO	Cursos oferecidos: Telemática, Alimentação e Turismo. (SIC).
	EJA	Quantitativo: 3.500.
	Brasil Alfabetizado	Quantitativo: 1.000.
	Pronatec	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde Cursos 11 Eixo tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social Cursos: 11 Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios Cursos: 15 Eixo Tecnológico: Informação e comunicação – Informática Cursos: 6 Eixo tecnológico: Infraestruturas Cursos: 6 Eixo tecnológico produção alimentícia Cursos: 1 Eixo tecnológico: Turismo Hospitalidade e lazer Cursos: 16 Outros cursos: 13

Fonte: Secretaria Estadual da Juventude, 2017.

Outro projeto é a Orquestra Jovem de Sergipe (OJS), criada em 2013, que desenvolve ação de ensino de música clássica e preparação para integração em orquestra filarmônica. Destinada a crianças e jovens do bairro Santa Maria. Orquestra Jovem de Sergipe é um projeto realizado pelo Ministério da Cultura, Instituto Banese e Governo de Sergipe, através das Secretarias de Estado da Cultura (Secult), da Educação (Seed) e da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (Seidh), com o patrocínio da Lei de Incentivo à Cultura e das empresas Sergas e Energisa, com apoio do Instituto Marcelo Déda.

O objetivo principal da iniciativa é proporcionar a crianças e jovens do bairro Santa Maria a iniciação e o aprimoramento musical por meio do estudo de instrumentos de corda e canto coral, promovendo um encontro com a música clássica e abrindo portas para a profissionalização.

O projeto oferece aulas de violino, violão Selo, viola, contrabaixo, canto coral e teoria musical, com aulas individuais e em grupo, que ocorrem no Colégio Vitória de Santa Maria, no bairro Santa Maria. A orquestra jovem conta com uma equipe qualificada de professores, que disponibiliza toda experiência e talento a serviço da formação de novos artistas da música, proporcionando a 100 crianças e jovens formação em música clássica.

Atualmente está atendendo a mais 12 alunos que participam como ouvintes, já que o limite de vagas foi rapidamente preenchido e a demanda tem sido alta. As aulas são ministradas por professores de música, na maioria, integrantes da Orquestra Sinfônica de Sergipe. Não tem sede própria e as aulas estão acontecendo no Colégio Vitória de Santa Maria.

O pano de fundo para todas as ações voltadas para a juventude situa-se no Art. 227 da Constituição Federal, onde está apresentada, de maneira coerente, a hierarquia de proteção dos nossos adolescentes e jovens: família-sociedade-Estado. O art. 227 da Constituição Federal descreve que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. § 3º

adolescente e jovem à escola; VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins. A referida lei estabelece ainda, no seu § 8º: I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas. Considerando que este comando constitucional não é autoaplicável, houve necessidade da sua regulamentação. Como consequência, dele emergiu toda a 8ª legislação infraconstitucional alusiva ao tema, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude.

O estado tem por obrigação e responsabilidade prevê as necessidades daqueles que não têm os mínimos requisitos sociais e que estão em vulnerabilidade social. No tocante às políticas da juventude, tem de estabelecer políticas que sejam capazes de amparar os jovens, tirando-os do processo de vulnerabilidade e inserindo-os em programas e projetos que verdadeiramente sejam capazes de mudar o contexto em que vivem, promovendo dignidade, oportunidades e qualidade de vida.

De acordo com os resultados apresentados acima, no que versa sobre os programas e projetos que a Secretaria da Juventude de Sergipe promove para combater a vulnerabilidade que cerca os jovens, não foi possível identificar as mudanças ocorridas após a atuação da referida secretaria.

4.4.2 Os atores sociais envolvidos no controle da vulnerabilidade

Tem-se uma participação de atores de diversos segmentos sociais que atuam na contenção da vulnerabilidade dos jovens na cidade de Aracaju. A participação de cada um deles difere quanto à forma legal de sua formação administrativa. O setor público tem uma participação bastante relevante. Contudo, a sociedade civil participada de maneira superlativa no contexto social de contenção dos riscos de vulnerabilidade de crianças e jovens.

4.4.3 Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) tem por base o projeto Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.), foi desenvolvido em Los Angeles, Califórnia EUA, em 1983, por um grupo composto por psicólogos, psiquiatras, policiais e pedagogos, sendo aplicado, então, pelo Departamento de Polícia de Los Angeles (L.A.D.P.), em parceria com o Distrito Unificado Escolar daquela cidade, obtendo grande sucesso e aceitação, o que fez com que rapidamente se estendesse para todos os Estados norte-americanos e para diversos países.

Consiste num esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a Família, e se destina a evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso das diversas drogas existentes em nosso meio, despertando-lhes a consciências para estes problemas e também para a questão da violência. O programa é aplicado por policiais militares voluntários, devidamente treinados para esta atividade, recebidos nas escolas de forma muito carinhosa, fazendo do Proerd uma das importantes atividades junto às instituições de ensino.

No Brasil, o D.A.R.E. chegou em 1992, através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e, em 1993 pela polícia militar do Estado de São Paulo (PMESP), tendo, então, recebido o nome Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas), e sido feitas as adaptações metodológicas em conformidade com a realidade cultural brasileira.

Reconhecendo o importante papel desenvolvido pelo Programa, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), através da Resolução Ministerial nº 25 2002, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, considerou o Proerd seu parceiro estratégico para o desenvolvimento de ações primárias de prevenção ao uso e tráfico de drogas, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad).

Atualmente, está sendo aplicado em todos os estados da Federação, pelas respectivas Polícias Militares.

O objetivo geral do Programa é dotar estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência, com observância das normas institucionais, filosofia do Programa e alinhados às políticas públicas estabelecidas.

São objetivos específicos:

- empoderar jovens estudantes com ferramentas que lhes permitam evitar influências negativas em questões afetas às drogas e violência, promovendo fatores de proteção e suas habilidades de resistência;
- estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais e outros líderes da comunidade;
- permitir aos estudantes enxergarem os policiais como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização;
- estabelecer uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e o público infanto-juvenil;
- replicar informações e Políticas Públicas relacionados à prevenção de drogas e violência.
- abrir um diálogo permanente entre a “Escola, a Polícia Militar e a Família”, para discutir questões relacionadas às drogas.

Em Sergipe, o Programa é aplicado nos currículos do 5º e 7º anos, por policial militar fardado, devidamente qualificado como educador social Proerd, e que após contato prévio, comparece às escolas pactuadas durante dez encontros semanais e, ao final, é realizada uma formatura com entrega de diplomas.

Cabe aqui ressaltar que nos currículos Proerd Comunitário, Educação infantil e séries iniciais, estabelece-se um número menor de encontros, de 02 a 05, conforme o currículo e a necessidade.

Para participar do Programa, a escola interessada, pública ou privada, fará ofício ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE), A teoria aplicada é a Pedagogia Sócio emocional da Aprendizagem, a qual estimulará os alunos a desenvolverem as seguintes habilidades sócio emocionais:

- Autoconsciência e Autocontrole;
- Compreensão dos outros;
- Habilidades de comunicação e relacionamentos;
- Administração de riscos;
- Tomada de decisão responsável.

4.4.4 Polícia Cidadã

Projeto Polícia Cidadã realiza atividades durante uma semana, banda de música, execução do hino nacional, atividades cívicas, concerto pedagógico, palestra sobre o trânsito, aulas de judô, dentre outras atividades.

4.5 MINHA COMUNIDADE SEGURA

Projeto idealizado pela Casa Civil e pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) “Minha comunidade Segura” tem como objetivo desenvolver iniciativas de prevenção à violência por meio da integração de diversos setores, como saúde, esporte e educação. Visa à promoção da cidadania entre os jovens moradores de localidades e seus familiares nos bairros que apresentaram, em 2016, os maiores dados estatísticos de vulnerabilidade social em Aracaju, Santa Maria, 17 de março e adjacências e Santos Dumont.

O programa implementado no Santa Maria é dividido em cinco projetos, tendo como uma das portas de entrada o ‘Vivendo a Cidadania’. Dentre as ações e serviços ofertados aos moradores têm-se emissão de carteiras de identidade (RG) e de trabalho, realização de atividades esportivas e culturais, exames de saúde preventivo, além de palestras com temas ligados à segurança pública

O ‘Minha Comunidade Segura’ integra ações de diversas secretarias do Governo do Estado e da Prefeitura de Aracaju, que se engajam com a comunidade, a qual participa por meio de sua comunidade escolar, igrejas, associações de moradores, agentes de saúde e iniciativa privada para diminuir os indicadores de crimes violentos letais e intencionais.

A coordenadora do Núcleo de Prevenção e Pesquisa da SSP, Abigail Souza, ressaltou a interação entre Estado e municípios, sendo Aracaju o ponto inicial do plano. Ela informa que outras reuniões já aconteceram e nelas começou-se a alinhar proposituras do município e do estado.

Hoje começamos a deliberar e delimitar essa interface. A expectativa é que seja uma boa parceria e que traga resultados efetivos. Não tem como você minimizar esses índices de violência e criminalidade, principalmente no que tange a prática homicida, sem essa interface que é histórica, pois nunca foi feito nada com esse viés, com relação a esse diálogo próximo entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Aracaju. As políticas públicas, principalmente as de atenção básica, no caso Ensino Fundamental, de ação social e da própria saúde, quem efetivamente executa é o município. Não tem como ter ação ampla sem a participação efetiva do município, pois este é realmente quem exerce essa política pública e está na ponta da lança. (ABIGAIL SOUZA, Napsec/SE).

O Projeto Minha Comunidade Segura, que abrange quatro projetos: o que abarca a escola, que é o ‘Vivendo a Escola’; o que compreende o espaço público, nomeado de ‘A praça é minha’; o que vincula o empoeiramento dos jovens que estão em situação de vulnerabilidade social através de parcerias, que é ‘Parcerias Fortes’; e o que abarca as famílias, o ‘Famílias Fortes’. A partir dessa perspectiva de demandas chegadas juntas a SSP, foi pensado nesse programa, que é o acompanhamento efetivo do jovem que está em situação de vulnerabilidade social, os que ainda não estão inseridos na violência e nesse ambiente de criminalidade, e na perspectiva de prevenção dos jovens.

Na pesquisa junto ao DHPP verificou-se que boa parte dos jovens na faixa de 18 a 29 anos estão envolvidos com a prática homicida. Quando feito o levantamento dos inquiridos de 2015, vinculados aos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, observou-se de forma contundente que os jovens dessa faixa etária estão envolvidos tanto como autor, quanto como vítima de homicídios.

4.6 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – Sesc

O Serviço Social do Comércio - Sesc faz parte do sistema Fecomércio e é mantido pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo. É uma instituição de direito privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por um grupo de empresários do comércio de bens, serviços e turismo, para cuidar do bem-estar do trabalhador comerciário.

O Sesc tem por finalidade promover o bem-estar social e melhoria da qualidade de vida do trabalhador do comércio de bens e serviço e seus dependentes, bem como da comunidade em geral.

Em Sergipe o Sesc atende mais de 60 mil comerciários e dependentes em 04 unidades operacionais na capital, 02 unidades no interior, além de uma unidade móvel de odontologia e 02 de biblioteca. Atua ainda nas comunidades com projetos de alfabetização de adultos e o programa Mesa Brasil, uma ponte que busca alimento onde sobra e distribui onde falta.

Dentre os diversos projetos que o Sesc desenvolve, tem o trabalho social com jovens que é desenvolvido aos jovens e 12 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social, cujo objetivo é fomentar o protagonismo desses adolescentes por meio de ações de fortalecimento da cidadania e melhora da qualidade de vida, ações que fortalecem a sociabilidade e o sentimento de pertencimento ao grupo, resgate da autoestima e promoção da saúde. O Sesc oferece Encontro Sociocultural de Adolescente em Ação, reuniões mensais, ações de voluntariado, consulta social, visita institucional, atividades recreativas, passeios e oficinas.

A Assistente Social Sr^a Edilma Barroso, falou sobre o projeto Caravana da Esperança que atende criança e adolescentes de 07 a 17 anos de idade.

Orquestra Jovem Sesc, constituída por jovens dos três polos, em formação em música, num total de 173, dos quais 70 estão diretamente na orquestra e os outros se encontram em nível de iniciação. Na comunidade do Mosqueiro (bairro de Aracaju) os jovens são exemplos, não entram para o mundo das drogas.

As atividades desenvolvidas para os jovens são: musicalização, oficinas temáticas, acompanhamento social e familiar, natação, esporte como futsal, e festivais de música e de teatro. Os trabalhos com os jovens têm objetivo de estimular o protagonismo juvenil, desenvolver ações para desenvolvimento e promoção desses jovens.

4.7 INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR

O Instituto Luciano Barreto Júnior – ILBJ é uma instituição sem fins lucrativos, onde todos os recursos financeiros necessários para a manutenção e implementação das ações são providos pela Construtora Celi Ltda. Desde sua criação, o ILBJ formou cerca de oito mil alunos. Criado em janeiro de 2003, seu principal objetivo é possibilitar a inclusão social de adolescentes e jovens sergipanos, tendo como âncora no processo de aprendizagem o projeto “Conectando com a Vida”, através de conteúdos específicos, diversos outros subprojetos, cursos, oficinas e palestras, atividades socioeducativas, artes, intencionando e preparando os alunos para o mundo do trabalho e a cidadania.

O Instituto oferece instalações amplas, proporcionando conforto para os jovens estudantes. A estrutura física do ILBJ é composta de sete salas de aulas climatizadas, três laboratórios de informática com tecnologia de ponta, internet em banda larga, Cyber com dez computadores, auditórios com 130 lugares, sala de arte, sala de leitura com acervo de livros, revistas e periódicos e espaço de convivência.

O ILBJ é composto de uma equipe multidisciplinar composta por: gerência, assistente social, psicólogo, coordenadora pedagógica, assistente pedagógica, assessoria de comunicação, orientador interpessoal, dezoito educadores sociais com formação específica na área. É um corpo administrativo qualificado para melhor atender os jovens. A equipe do Instituto, nesse sentido, põe em prática dia a dia a missão institucional: proporcionar desenvolvimento do ser humano e ser instrumento de inclusão social e educacional de jovens e adultos.

O ILBJ atua especificamente nas áreas socioeducativas como forma de preparação para o trabalho e cidadania para jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoal, através do projeto “Conectando com a Vida” além de diversos outros projetos.

Projeto Conectando com a vida (ação permanente é um projeto sustentável, permanente): Projeto âncora do ILBJ, o “Conectando com a vida” é agregador de todos os demais projetos, tem como objetivo promover o processo de inclusão social de jovens em vulnerabilidade social e econômica, desenvolvendo competências fundamentais para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Informática, Matemática, Português, Cidadania, Trabalho e Arte-educação, são algumas das ações empreendidas por este projeto, que tem duração de 10 meses.

Projetos Culturais: uma grande preocupação do ILBJ é proporcionar conhecimento cultural ao jovem cidadão. Para ampliar tal conhecimento, são promovidas atividades adicionais, nas mais diversas áreas, como aulas de Teatro, Coral e Oficina de Comunicação e Mídia. Além disso, frequentemente são oferecidas palestras sobre diferentes temas, estimulando o jovem estudante a ter vontade de aprender cada vez mais.

Despertar para o Conhecimento: é uma proposta pedagógica com duração de oito meses, onde valoriza a experiência e vivência do operário de obras da Construtora Celi, como possibilidade de ser retomada em seu mundo a relação com o saber. O retorno ao contexto socioeducativo eleva sua autoestima e autoconfiança viabilizando um natural movimento de mobilização para a construção de novos conhecimentos e novos espaços sociais que venham a torná-lo um ser humano cada vez melhor e cidadão pleno consciente de direitos e deveres.

Tem, ainda, o objetivo de oportunizar a ressocialização de jovens e adolescentes advindos de instituições de acolhimento. Trata-se de uma parceria com o Ministério Público de Sergipe, de natureza humanística, que tem na educação o motor para o processo de transformação pessoal e profissional.

Crescer para o futuro: é o projeto que tem duração de 10 meses e está constituído nas disciplinas básicas: matemática, português, informática, cidadania e trabalho.

ILBJ Portas Abertas: está direcionado aos pais dos jovens, o projeto tem como objetivo trazer os pais para dentro do ILBJ como possibilidade de promover a Alfabetização Informacional (ALFIN) e como forma de contenção de abandono. “Estaremos fazendo dos pais nossos maiores aliados na permanência dos filhos no Instituto”. Será disponibilizado curso de curta duração de no máximo 30h/a de Informática, Economia Doméstica, Nutrição Cuidados com a saúde, dentre outros.

Jovem Aprendiz ILBJ: este projeto segue as diretrizes instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, obedecendo a carga horária estabelecida no documento da lei, assim como todas as exigências formais para consolidação de um contrato de aprendizagem. Adaptado ao projeto conectando com a vida será desenvolvido de forma modular possibilitando ao jovem uma formação técnico-profissional na área de assistente administrativo. Este projeto encontra-se no Ministério do Trabalho e Emprego em processo de aprovação.

A Caminho da Universidade: está direcionado aos jovens que irão prestar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Este projeto tem como objetivo disponibilizar aulas durante o ano das disciplinas de modo geral. Trata-se de um projeto que traz ao ILBJ professores voluntários, consolidando a responsabilidade social da educação com jovens em

situação de vulnerabilidade social. A iniciativa visa dá um suporte na preparação do jovem para pleitear uma vaga no ensino superior.

Arte e Educação: este projeto objetiva atender as instituições culturais que devem ser fomentadas em todos os processos de aprendizagem. Objetiva oferecer cursos de teatro, dança, moda, HQ, fotografia, poesia, dentre outros.

Construindo Ambientes Sustentáveis: trata-se de uma iniciativa que tem como propósito fomentar nos jovens a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Voltada para o desenvolvimento humano.

Em entrevista ao Instituto Luciano Barreto Júnior – ILBJ, a diretora Valéria Freire diz que o Instituto tem como visão o desenvolvimento humano dos jovens usuários dos cursos:

1. Não estamos preocupados somente com o conteúdo escolar, mas como esses jovens se formam, se mobilizam para aprendê-lo economicamente e socialmente. (VALÉRIA FREIRE, Diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ).
2. Se mantiver nesse emprego é a grande questão, e o instituto está preocupado com isso. (VALÉRIA FREIRE, Diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ).
3. Para você ser um bom profissional você precisa ser um bom ser humano, uma pessoa que saiba conviver, fazer, aprender. (VALÉRIA FREIRE, Diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ).

Para Valeria Freire, dentro dos parâmetros do nosso trabalho está o exercício da cidadania e o mundo do trabalho, “porque a gente acredita que esses dois pilares são fundamentais na vida de um jovem.” (VALÉRIA FREIRE, Diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ).

Segundo a diretora do ILBJ, os jovens que estão em formação fazem parte da faixa etária entre 14 e 29 anos, adolescentes e jovens, os quais estejam em condições de vulnerabilidade social, econômica e cultural.

O meu jovem, é o jovem que normalmente está às margens do processo de ascensão social e econômica do país. (VALÉRIA FREIRE, Diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ).

Segundo a diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior, o jovem beneficiário dos projetos que o instituto disponibiliza, é aquele que a gente chama de PPP (Preto, Pobre e de Periferia), é o que está dentro das estatísticas da criminalidade, homicídios e mortalidades.

De acordo com Sr^a Valeria Freire (Diretora do ILBJ), o perfil dos jovens usuários é extremamente vulnerável, é que ele está exposto a todos os níveis de violência, desde os âmbitos doméstico, social e escolar, os jovens precisam ser cuidados, o instituto tem um olhar

diferenciado para esse jovem e que não é um olhar de lançar o jovem profissionalmente no mercado de trabalho. Em entrevista Sr^a Valeria declara:

o meu jovem é um jovem que dificilmente vai chegar a ser doutor, mais é um jovem que tem todo potencial para chegar até um meio de vida, uma profissão independente e acesso à universidade ou não, mais é um jovem que tem todo potencial, todos eles têm, independente do grau de violência que ele vem sofrendo.

Valéria ainda coloca que existem casos sérios nos quais o processo de acolhimento passa por dois meses, através da coordenação psicossocial e educadores que recebem capacitação duas vezes por ano para saber como lidar com esse tipo de situação. O ILBJ também oferece acolhimento aos pais. No período de dois meses, fevereiro e março é o período mais crítico que o ILBJ tem, etapa em que serão detectados todos os problemas, os pequenos e os críticos.

O ILBJ tem 1200 (um mil e duzentos jovens)

“não damos conta de todos os problemas, mesmo porque alguns problemas irão emergir já no final do ano, jovem não retorna ao instituto, ele passa esses dez meses e vai embora, obviamente que existem vínculos, a gente tem um processo de vinculação muito forte, temos alunos que desde de 2011 frequenta o instituto, temos o cyber que é liberado para os ex. alunos nas sextas-feiras” (VALÉRIA FREIRE, Diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ).

Segundo a diretora Valéria Freire, o percentual de gênero feminino está em 14 a 17 anos, “meu maior número está no ensino médio, 58.1 do sexo feminino”. Durante quatro anos o percentual feminino foi sempre maior, a família desse jovem está na classe entre E e D, ganha entre 1 e 2 salários mínimos. Quanto à escolaridade, 55,6% com ensino médio; as características religiosas são: 32,3% são evangélicos, 18,9% não têm nenhuma religião; 10% das mães são analfabetas, 39% do pai têm o curso fundamental incompleto; da mãe 40.5% têm o ensino fundamental incompleto. A faixa etária não chega aos 40 anos. 89.9% auferem de 1 a 2 salários mínimos.

O instituto realiza termo de parceria com vários órgãos, a exemplo do Ministério Público e Defensoria Pública, além de ter Termo de Cooperação com outras instituições. Quando o ILBJ não consegue resolver no âmbito jovem, família e instituto, o caso é encaminhado para esses braços legais.

São quatro módulos, todos caminham conjuntamente, são 55 turmas que funcionam de segunda a quinta-feira, o mesmo conteúdo é lançado para todas as turmas. Temos uma auto-

organização e gestão de processos pedagógicos, o que acontece nas escolas públicas é uma má gestão, aqui no Instituto existe um rigor e não rigidez, existe disciplina, o trabalho que a gente faz é o ensaio da vida futura. Cobramos disciplina com horário, fardamento dentro dos padrões que exigimos, afirma a diretora Valéria Freire.

Os módulos são desenvolvidos de maneira circular. No primeiro semestre são desenvolvidos dois módulos e no segundo os outros dois módulos, e no final aplicamos o questionário, para saber qual é meu percentual masculino, feminino, como esse jovem entra, como ele sai, quais são as preferências, meios de comunicação que ele usa, se ele tem acesso à internet, percentual de raça, sabemos a vida do menino toda.

Em 2015 tivemos um aluno que cometeu ato infracional. O instituto acompanhou e quando ele saiu da internação o instituto acolheu, “ficamos com esse aluno até depois da conclusão dos módulos, ele até repetiu os módulos para permanecer no instituto”. Quando ele saiu não tivemos controle, infelizmente ele “caiu de novo” e cometeu novamente mais um delito. O que o instituto poderia fazer por ele nós fizemos, “eu nem sei mais o que nós poderíamos ter feito por ele” tínhamos acompanhamento da mãe (VALÉRIA FREIRE, Diretora do Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ).

Como podemos observar, os programas e projetos desenvolvidos pelos atores sociais, sejam eles pelos órgãos da segurança pública, sejam pela sociedade civil, têm um papel fundamental para a promoção de políticas públicas. O Estado vem diminuindo cada vez mais sua atuação social em relação a propor soluções de políticas públicas voltadas para a juventude, que sejam capazes de transformar a situação atual e inclui-los socialmente em programas e projetos sociais que realmente façam a diferença.

O Estado tem de experimentar novos modos de solucionar suas crises em relação as políticas públicas, investir em uma gestão comprometida e que seja capaz de solucionar os diversos problemas que temos em relação à promoção e execução de políticas públicas.

5 RESULTADOS

5.1 VITIMIZAÇÃO DE JOVENS EM ARACAJU DECORRENTE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

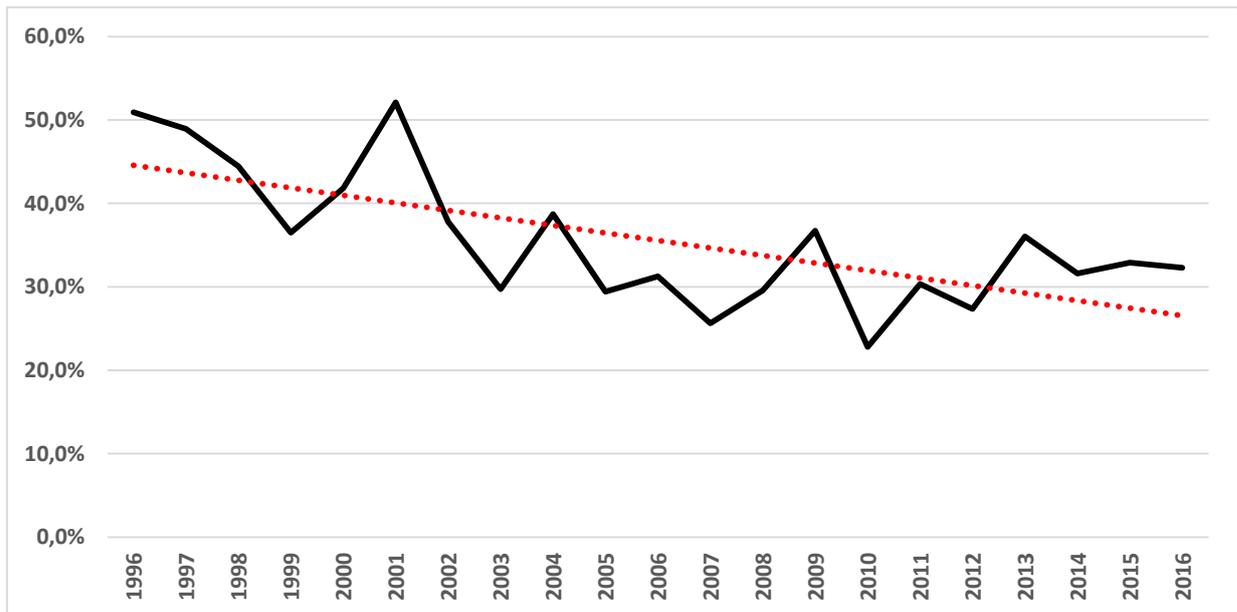
As estatísticas não mentem, são muitos os casos de jovens vítimas e algozes da violência que, com o passar dos anos, aumenta numa proporção que diminui a idades dos envolvidos. São jovens que, na maioria das vezes, não chegam a concluir o ensino fundamental, não têm acesso a políticas públicas de qualidade, nem vivem em equilíbrio familiar, o que contribui para o ingresso e permanência mundo da criminalidade, onde eles encontram diversas opções. Em Aracaju, capital do menor estado do país, esses dados não são diferentes, e sim alarmantes. Estamos vivendo uma situação de convulsão, perdemos jovens, que poderiam ter um futuro totalmente diferente e oportuno, para o mundo das drogas e criminalidade.

5.2 VITIMIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DOS DADOS DA DATASUS

A vitimização aqui compreendida é aquela que produz a lesão fatal e que foi registrada no Sistema de Saúde. Para analisar essa vitimização foram consideradas as mesmas variáveis já citadas anteriormente¹.

¹ X91, X93, X94, X95, X96, X99, Y00, Y04, Y05, Y06, Y07, Y08, Y09, Y22, Y23, Y24, Y35 e Y36. (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10se.def>).

Figura 12 – Proporção de crimes de homicídios em Aracaju/Sergipe 1996-2016.

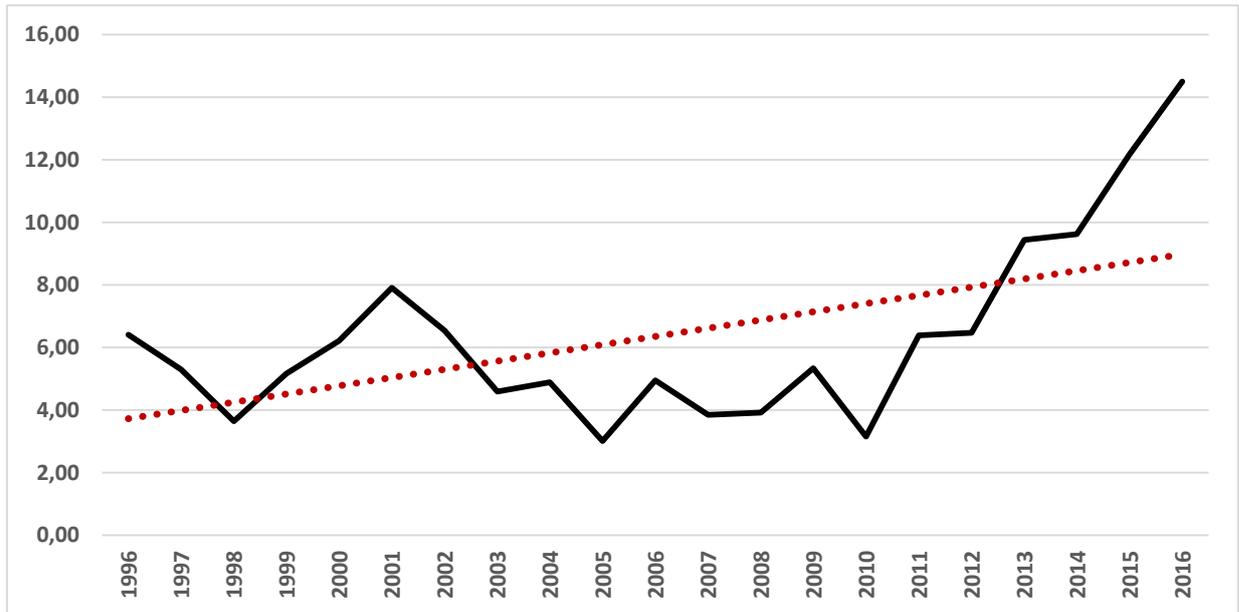


Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10se.def>.

Para compreensão de tais estatísticas, foi preciso efetuar análises segundo categorias de faixa etária, gênero e raça. Para se entender as relações dessas variáveis foi preciso compreender a sua transformação ao longo do tempo. Logo, a análise se revestiu de numa análise longitudinal e comparativa com os valores totais registrados no estado de Sergipe. Ao longo da pesquisa foi preciso fazer tais análises para se ter uma visão evolutiva do problema e o quanto ele é proporcional os números globais do Estado em referência. Desta forma, foi possível compreender, a partir do gráfico exposto na figura 12, que temos a evolução dos crimes de homicídios contra jovens e adolescentes nas faixas etárias 1 a 19 anos, sendo considerados crianças, adolescentes e jovens.

Essa proporção aponta no ano de 2001 a maior proporção (52,1%) de crimes desse público na cidade de Aracajú em relação a todos os crimes de mesma natureza no estado de Sergipe. De modo geral, observa-se um declínio dessa proporção, em contraposição ao aumento gradual e sucessivo do número absoluto de crimes, conforme gráfico visto na figura 13.

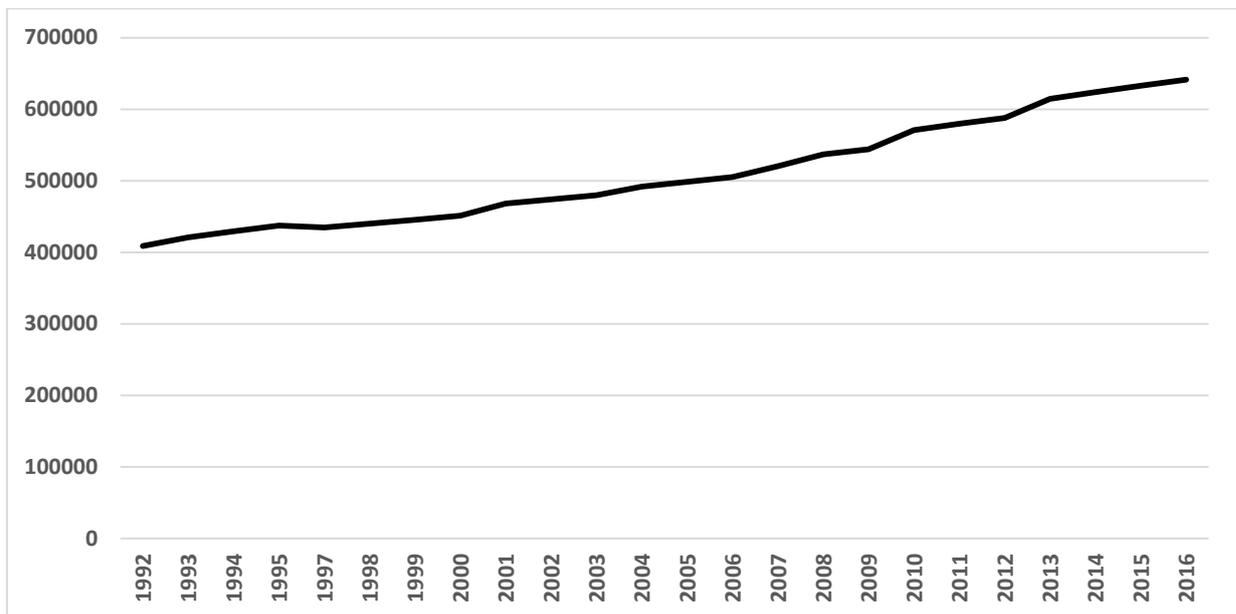
Figura 13 – Homicídios em Aracaju, por 100.000 habitantes, nos anos de 1996-2016.



Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10se.def>.

Nota-se que houve um aumento muito relevante de crimes ocorridos no início da série até o ano final em 2016. Esse aumento foi de 127,5% no período de 20 anos. Chama atenção essa elevação na figura 13. Por outro lado, não houve um aumento na mesma proporção da população do município no mesmo período. Esse aumento foi de 46,6%, conforme figura 14.

Figura 14 – Evolução da população de Aracaju, por 100.000 habitantes, nos anos de 1996-2016.



Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poptse.def>.

Outro aspecto importante é a proporção de homicídios ocorridos na cidade de Aracaju e em todo estado de Sergipe. Essa proporção é maior à medida em que a faixa etária aumenta, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Proporção de homicídios em Aracaju em relação a Sergipe de 1996 – 2016.

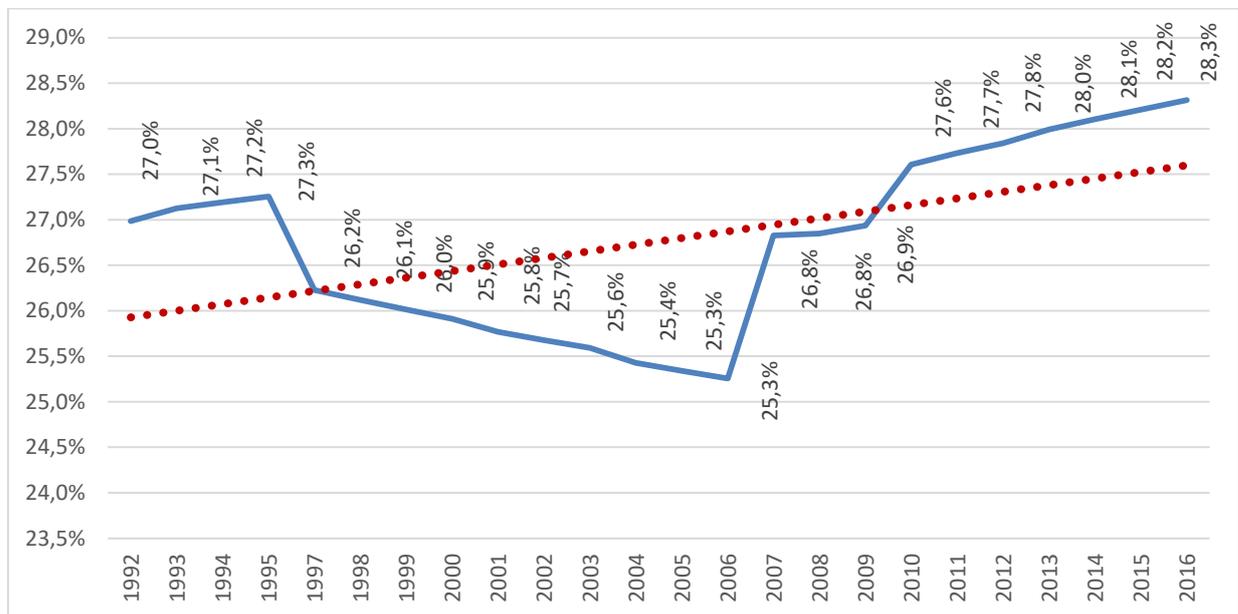
Município	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total
Total Sergipe	37	31	114	1947	2129
Aracaju	6	7	33	677	723
Proporção (%)	16,2%	22,6%	28,9%	34,8%	34,0%

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poptse.def>.

A tabela 3 mostra a proporção dos crimes de homicídios que atingem a população infanto-juvenil em Aracaju em relação a Sergipe. Note-se que à medida em que a população tem crescimento da faixa etária, tem-se também o aumento de crimes que atingem uma parcela significativa da população.

A proporção dos crimes ocorridos em Aracaju em relação ao Estado difere da parcela da população que reside na cidade com o total da população que mora no Estado. A proporção média nos anos analisados foi de 26,8%, tendo-se uma amplitude de 3%, conforme se vê na evolução da proporção de crescimento da população de Aracaju e Sergipe.

Figura 15 – Evolução da evolução da proporção da população de Aracaju em relação ao Estado de Sergipe, nos anos de 1996-2016.



Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poptse.def>.

Outro aspecto relevante para a análise é a proporção da vulnerabilidade infanto-juvenil ao longo do tempo, sendo distribuído por sexo. Pela distribuição constada na tabela 4 tem-se uma proporção dos crimes que atingiram homens e mulheres, considerando-se o total de crimes no Estado. Nesse sentido, observa-se que homens são mais vitimizados que mulheres e que essa vitimização é maior quando se trata da cidade de Aracaju. A proporção de crimes sofridos por homens foi de 92,1% (em qualquer idade), enquanto a porcentagem de crimes sofridos pela população infanto-juvenil foi de 94,6%. Já a porcentagem total de mulheres que sofreram crimes foi de 7,9%, e da população de crianças e jovens foi de 5,4%.

Tabela 4 – Quantitativo e proporção de homicídios na cidade de Aracaju, por sexo, em relação ao Estado de Sergipe de 1992 – 2016.

Local	Masculino	Feminino	Total
Sergipe	1960	169	2129
Aracaju	684	39	723
Proporção (%)	34,9%	23,1%	34,0%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

A tabela 5 mostra a composição de crimes distribuídos segundo a cor da pele ou raça. Nesta tabela, tem-se uma amostra da população de indivíduos vitimizados, a qual representa a

distribuição total de vítimas de homicídio na cidade de Aracaju e no estado. Contudo, ao se analisar as proporções sofridas pelos residentes, segundo a cor da pele ou raça, nota-se que essas proporções são bem distintas do quadro geral de proporção da população brasileira, conforme é mostrada na tabela 7.

Tabela 5 – Quantitativo de vítimas de homicídio infanto-juvenil na cidade de Aracaju, segundo a cor da pele ou raça, em relação ao Estado de Sergipe de 1992 – 2016.

Local	Cor da pele						Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	
Aracaju	48	50	2	505	-	118	723
Sergipe	166	119	4	1516	2	322	2129

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Na tabela 6 nota-se uma grande desproporção entre as vítimas de crimes de homicídio. No estado de Sergipe tem-se 71,21% das vítimas com cor da pele parda, enquanto a proporção de residentes no Brasil, com essas características, é de 43,13% (conforme tabela 7). Neste caso, a vitimização é maior do que a proporção de pessoas residentes no Brasil. De forma contrária a população branca tem uma vitimização é bem menor que a constatada para a população parda. Essa categoria tem vitimização sete vezes menor que a proporção de habitantes com a mesma cor de pele. Entre a população de cor de pele preta, tem-se uma vitimização menor que a cor de pele declarada no IBGE, conforme tabela 7.

Tabela 6 – Proporção de vítimas de homicídio infanto-juvenil na cidade de Aracaju, segundo a cor da pele ou raça, em relação ao Estado de Sergipe de 1992 – 2016.

Local	Cor da pele					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado
Aracaju	6,64%	6,92%	0,28%	69,85%	0	16,3%
Sergipe	7,80%	5,59%	0,19%	71,21%	0,094%	15,1%

Para comparar a vitimização em relação à população total de residentes no Brasil, foi preciso conhecer o contingente total da população residente no Brasil, segundo a cor da pele ou raça, conforme tabela 7. Neste caso, constataram-se algumas distorções entre os valores apurados pelo censo de 2010 contra os números de vítimas de crimes ocorridos entre a população infanto-juvenil no estado de Sergipe e na cidade de Aracaju.

Tabela 7 – População brasileira residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade 2010.

Cor ou raça	População	Proporção
Branca	91.051.646	47,73%
Preta	14.517.961	7,61%
Amarela	2.084.288	1,09%
Parda	82.277.333	43,13%
Indígena	817.963	0,43%
Sem declaração	6.608	0,003%
Total	190.755.799	100,0%

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>.

Outro aspecto relevante na análise é quanto à escolaridade das vítimas.

Tabela 8 – Proporção de vítimas de homicídio na cidade de Aracaju, segundo escolaridade, em relação ao Estado de Sergipe de 1996 – 2016.

Anos de escolaridade	População da localidade	
	Aracaju	Sergipe
Nenhum	467	3.332
1 a 3 anos	1.379	6.568
4 a 7 anos	2.283	8.112
8 a 11 anos	1.514	4.101
12 anos e mais	448	747
1 a 8 anos	21	39
9 a 11 anos	23	39
Ignorado	2.805	9.598
Total	8.940	32.536

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Há maior predominância de vitimização entre pessoas que possuem menos anos de estudos, medidos por quantidade de anos de escolaridade, conforme tabela 8.

Todos esses aspectos numéricos indicam que o Estado tem completo conhecimento das condições de vitimização dos indivíduos em cada território. Assim, as condições de planejamento para minimizar tais condições em que a população é submetida poderia ser minimizado por meio de atuação planejada.

5.3 A VITIMIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO ESTADO

A Constituição Federal estipula no art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, contempla no seu art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Apesar desses dispositivos normativos, a realidade cotidiana dos grandes centros urbanos no Brasil é permeada por violações gravíssimas em relação às crianças e adolescentes. A existência de crianças e adolescentes nas ruas, vigiando veículos, pedindo dinheiro e limpando carros com garrafas de refrigerantes no semáforo, vem sendo notado, como sugerem alguns estudos (ADORNO, 1991; FAUSTO, 1984), um problema social.

Desde a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, evoca-se intensa polêmica sobre a possibilidade de ele ser instrumento eficaz de proteção e de controle social ou, opostamente, ser instrumento legal inaplicável à sociedade brasileira, pois segundo alguns opositores, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, deixa impunes os jovens delinquentes dada a gravidade das ocorrências policiais, as quais podemos destacar: roubos, homicídios, estupros, tráfico de drogas, porte de armas.

As pesquisas sobre o envolvimento de jovens com o mundo da rua e da delinquência foram tratadas por diversos estudiosos (GREGORI, 1997; SOARES et al., 1996; PERALVA, 1992 e 1996; ZALUAR, 1994). Apesar disso, pouco se conhece sobre delinquência e seu impacto no sistema de justiça da infância e da adolescência, e sobre o alcance das medidas adotadas pelo Estado visando conter o crime juvenil dentro do contexto do Estado de Direito.

A participação dos adolescentes na criminalidade é muito semelhante ao da população em geral. Todavia, devido às alterações no consumo e tráfico de drogas, esse comportamento desajustado vem sofrendo um crescimento acentuado do crime juvenil violento. As desigualdades sociais e a ausência de políticas públicas, que normalmente não logram êxito nas grandes parcelas da população urbana ou rural, aumentam o risco de

associação entre adolescência e criminalidade, como sugerem vários estudos (ARAÚJO, 1996; FARIA, 1992; HOFFMAN, 1992; SINGER, 1996).

No Brasil, o tema da violência tem sido apontado como um dos graves problemas que afeta a população. Do ponto de vista das crianças e adolescentes, nas últimas décadas esse tema aflora de maneira que esses dois grupos são os mais afetados e expostos por serem mais vulneráveis a sofrerem violações em seus direitos, afetando direta e indiretamente a qualidade da saúde física, mental e emocional. Estudos apontam que a fase se agrava ainda mais na adolescência, em que eles aparecem como agentes agressores e como vítimas.

Os elevados índices de mortalidade dessa população são preocupantes e configura assunto de extrema gravidade. Requer que o Estado seja conscientizado do seu papel enquanto promotor de políticas públicas e intensa mobilização social para o seu enfrentamento. Para se ter uma ideia, no ano 2000, a taxa de homicídios (24,6%) associada a taxa de acidentes de trânsito e transportes (38,8%) representaram mais da metade (63,5%) das mortes por causas externas entre crianças e jovens no País.

Quando se refere à adolescência, os homicídios são a causa de mortalidade mais acentuada nessa população, correspondendo a 49,5% das causas. O uso de álcool e outras drogas, o uso de armas de fogo, seja de forma legal pela população civil, seja por delinquentes, são fatores geradores de morte entre jovens. Muitas dessas mortes estão relacionadas a conflitos entre gangues, brigas de quadrilhas pelo mercado varejista de drogas, dos acertos de contas entre usuários e fornecedores e dos confrontos entre policiais e traficantes. Em todas essas situações as armas de fogo estão presentes.

Todavia, esse quadro desolador é reflexo de uma sociedade que oferece poucas perspectivas saudáveis aos seus jovens, principalmente aos mais pobres (a taxa de homicídios é maior nessa população). Por isso, a importância da presença do Estado no controle de armas e políticas afirmativas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

A violência, apresentada sobretudo como algo perturbador e descontrolado, pode denotar uma crise em relação ao Estado, que se apressa a apresentar inúmeros projetos visando à introdução do jovem infrator à sociedade. Para tanto, o jovem deve compreender a sua representação no mundo social, e a construção da visão nesse mundo é a sua identidade social (BOURDIEU, 2000). A problemática surge quando essa identidade se depara com uma realidade que não atende os seus anseios pessoais e quando ele próprio percebe as carências a sua volta.

Quanto ao papel do estado na promoção, desenvolvimento e controle das políticas públicas voltadas a redução do índice de vulnerabilidade social, podemos citar três importantes políticas públicas que são: Segurança Pública, Saúde e Educação.

A Segurança Pública, uma das políticas mais importantes na prevenção e combate à criminalidade, está em destaque em relação a outras políticas, por se tratar de uma política que abrange toda a sociedade em geral, seja a elite, seja a classes mais subalternas.

O sistema único de saúde - SUS, também é uma política de extrema importância para a prevenção das vulnerabilidades sociais, como também é um braço para a efetivação dos direitos e garantia do bem-estar social. No decorrer das entrevistas realizadas aos conselhos tutelares, foi possível identificar uma ausência de serviços de saúde nas comunidades mais vulneráveis, o que coopera para a geração de violências decorrentes das vulnerabilidades sociais. As unidades de atendimento não são suficientes para atender as demandas enfrentadas pela comunidade, a equipe multidisciplinar é reduzida e as dificuldades que os usuários enfrentam para serem atendidos também foram demandas criticadas pelos conselheiros tutelares.

Finalmente, destaca-se a tão ampla política de Educação, a qual tem um caráter de grande relevância para a formação e cidadania de crianças e adolescentes. Especialistas defendem que investir em educação é fundamental para prevenir e combater a criminalidade na infância e juventude, sendo capaz de enfrentar a revolução que está ocorrendo no processo produtivo e seus desdobramentos, sociais e éticos.

Um grande vilão que contribui para a entrada de jovens no mundo da criminalidade é a evasão escolar. O censo escolar 2017 divulgado pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep alerta para alta taxa de evasão escolar no ensino fundamental, ou seja, nos anos iniciais.

Em entrevista a diretora do Serviço de Educação e Direitos Humanos da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, a professora Josevanda Mendonça Franco, quando perguntado sobre as ações que Secretária Estadual de Educação, tem no controle das vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens a mesma respondeu:

Não há como exercer CONTROLE sobre as vulnerabilidades de adolescentes e jovens, mas para compreender e contribuir com a redução dessas vulnerabilidades, a Secretaria de Estado da Educação, criou em dezembro de 2015 o Serviço de Educação em Direitos Humanos - SEDH, cujos objetivos estratégicos definem sua capacidade articuladora para:

- Articular e coordenar a Política Nacional e a Estadual de Direitos Humanos no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino;
- Propor e executar programas de formação continuada e de disseminação da política de Educação em Direitos Humanos;

- Recomendar as ações de desenvolvimento das metodologias pedagógicas relacionadas à Educação em Direitos Humanos;
- Fortalecer as ações de reconhecimento do espaço escolar como um lugar de afirmação de valores, atitudes e práticas;
- Contribuir para o acesso às informações que possibilitam a busca e a ampliação dos Direitos Humanos;
- Sistematizar documentos sobre as ações de seguridade dos Direitos Humanos no ambiente escolar;
- Instrumentalizar as Coordenações dos Programas, Planos e Projetos na perspectiva de subsidiar o monitoramento dos indicadores de seguridade dos Direitos Humanos (Professora Josevanda Mendonça Franco).

Quando perguntado sobre as ações que a Secretaria de Educação está promovendo para diminuir os índices de vulnerabilidade social juvenil, vemos o que a entrevistada respondeu:

A pauta da SEDH é vastíssima. Sua abordagem é essencialmente multidisciplinar, interdisciplinar e multidimensional. Alude o debate sobre o conhecimento e compreensão dos Direitos Humanos: universalidade, indivisibilidade, interdependência e mecanismos nacionais e internacionais de proteção. Abrange ainda reflexões sobre temas cotidianos como o assédio moral, pedofilia, homofobia, tráfico de entorpecentes, pobreza, desigualdade social, reforma agrária, formação da família, trabalho infantil, doenças sexualmente transmissíveis e violência doméstica, entre outras formas de violação (Professora Josevanda Mendonça Franco).

Em relação a parceria com outros órgãos e entidades, a entrevistada respondeu:

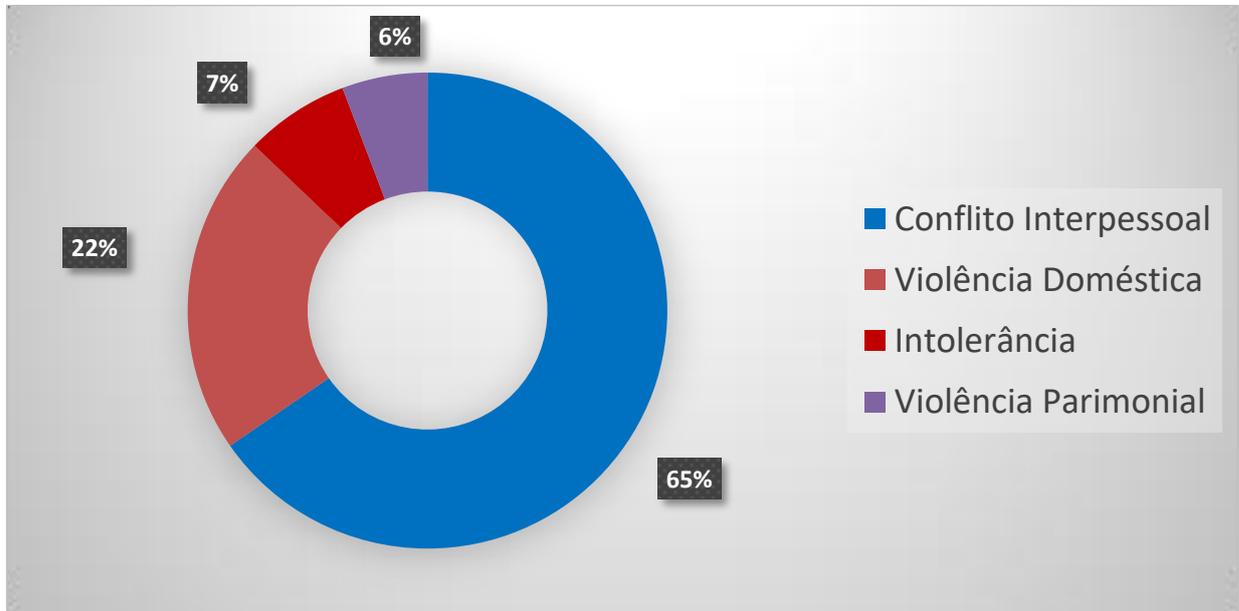
Sim. Além dos integrantes do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGD, contamos com a parceria de instituições de ensino superior, outros órgãos da administração pública além de organizações da sociedade civil (Professora Josevanda Mendonça Franco).

Outro aspecto da violência é quanto a estatística e a dados. Há uma percepção quanto ao grande volume de jovens e adolescentes que morrem vítimas de violência difusa. Não só os números velem essa característica da cidade de Aracaju, mas tem-se a percepção por parte dos educadores, conforme segue opinião abaixo da entrevistada:

De forma contundente, os conflitos advindos dessas relações, representam a motivação dos episódios de violência na escola, notadamente aquele que resultam na intimidação sistemática. Entretanto, é importante destacar que em muitos casos atendidos, as lides têm como principais atores os operadores da escola, docentes e não docentes (Professora Josevanda Mendonça Franco).

A descrição de Franco se conforma com a figura 16, em que se tem a descrição percentual sobre os conflitos nas escolas no estado de Sergipe.

Figura 16 – Proporção dos conflitos e violências registradas nas escolas em Sergipe – 2016.



Fonte: Núcleo de Prevenção à Violência – SE.

As situações de conflitos são inerentes às múltiplas relações entre os indivíduos, principalmente com suas interações dentro e fora da escola. Aqui avalia-se dentro da escola, em que se observa na figura 16 que 65% corresponde aos conflitos interpessoais dentro da escola. É um número bastante relevante e preocupante, pois os conflitos interpessoais geram diversos tipos de violências como homicídios, furtos, roubos, brigas, estupros e outros tipos de violência. A descrição anterior (fig. 16) indica 22% de violência doméstica, que é um tipo de violência que extrapola os limites da escola, 7% para intolerância e 6% para violência patrimonial. Diante deste cenário existem diversos desafios, conforme aponta a professora Franco:

É importante destacar que para além do desejo de realizar, é imprescindível reconhecer os grandes desafios que se interpõe aos processos de materialização dos Direitos Humanos, entre os quais destacamos a construção do sujeito de direitos; a promoção do processo de empoderamento desse sujeito de direitos; o educar “para nunca mais” violar; e a socialização dos valores e princípios legais e doutrinários.

Mesmo neste quadro complexo, existem algumas possibilidades de transformações que podem ser consideradas avanços para o setor de educação, conforme observa Franco, a seguir:

Vencer essas barreiras representa para a SEED promover um avanço significativo na estruturação de processos e procedimentos que represente a adoção de uma nova cultura de Educação, capaz de visualizar operadores e atores dos processos educativos, enquanto indivíduos que verdadeiramente se reconheçam como protagonista de uma sociedade equânime.

A escola é um local de aprendizado, mas também é propício ao surgimento de conflitos, o que é natural. O público de adolescentes e jovens em idade de formação e adaptação compartilham de momentos como estudo, namoro, conversas, brincadeiras, amizades e encontros com diversos grupos temáticos. Além disso, é na escola que eles passam grande parte do dia. Contudo, a escola tem um papel fundamental para a promoção de políticas de combate a violência e principalmente um espaço que contribui significativamente para redução das vulnerabilidades sociais.

Cappi (2009) indica três tipos de manifestação da violência. Primeiro se refere à violência interpessoal, que se manifesta pelo homicídio, roubos, furtos, estupros, brigas e tantos outros. É a que mais preocupa a população e a mídia. O segundo é a violência institucional, que é manifestada pela presença de práticas autoritárias, repressoras e agressivas, a forma visual que as instituições escolhem para funcionarem, indo além dos abusos e maus tratos perpetrados por seus agentes isoladamente. Terceiro tipo é a estrutural, caracterizada pelo conjunto das relações sociais e a maneira como a sociedade se organiza e funciona, gerando a injustiça, a miséria, o desemprego, ausência ou insuficiência do aparato estatal.

A cultura do medo tem provocado prejuízo ao pleno desenvolvimento da personalidade do homem contemporâneo. A constante expectativa de iminente risco patrimonial e de morte tem provocado mudanças comportamentais na população, dificultando o preenchimento da mente com pensamentos produtivos. Assim, o homem dos grandes centros urbanos fica refém da incessante busca por segurança.

Nesse sentido, urge a necessidade de uma política e um modelo de gestão integrada em segurança pública que privilegie o envolvimento e a mobilização da sociedade no processo de reversão do cenário grave de criminalidade e violência ora vivenciada, capaz de produzir uma nova realidade de convivência no país. “A segurança pública, alijada da participação popular e de instrumentos que permitam sua fiscalização, controle e abertura a propostas que venha a surgir de novos sujeitos coletivos, resume-se a um fim em si mesmo.” (SEXBERGER, 2010, p. 15).

É preciso intensificar a democracia participativa, conclamando a todos os atores sociais para ocupar seus espaços, exigindo dos governos estaduais a efetivação do direito de

participação de fato da elaboração de políticas e modelos de gestão da segurança pública capazes de combater a violência nas suas múltiplas dimensões, de efetivar direitos humanos e promover a cidadania (COSTA, 2015, p. 263).

A omissão quanto à responsabilidade no exercício da cidadania fere qualquer direito adquirido e legislado, este e mais outras tantas violações de direitos como a corrupção dentro e fora do sistema político, o tráfico de drogas e suas mazelas no mundo da criminalidade refere-se a um conjunto de desrespeito as legislações vigentes, aos sistemas executivo, legislativo e judiciário.

O estado tem um papel fundamental para implantação e execução de política públicas que sejam capazes de reduzir os índices de vulnerabilidade social dentro e fora das comunidades mais afetadas, podendo assim investir mais em medidas preventivas que tenha potencial de evitar diversos tipos de violências causados pela exposição à vulnerabilidade.

Com a implementação dessas políticas/medidas será possível reduzir os números de crimes e conseqüentemente retirar adolescentes e jovens da criminalidade, podendo ainda contribuir para a promoção dos direitos humanos, obrigação do estado que vem falhando por não conseguir oferecer essa garantia de âmbito universal, reforçado pela constituição brasileira e secundada por normas federais, estaduais e municipais.

Contudo, pode-se concluir que o estado tem um papel fundamental para promoção de políticas públicas de combate a violência. É importante ressaltar que não basta o estado criar essas políticas se não for efetiva-las, é preciso que as políticas que forem criadas sejam efetivadas podendo assim fazer a transformação social que tanto sonhamos e lutamos. As autoridades não podem assistir a essa mortandade sem que nada seja feito. Assistir a esse grande número de homicídio é uma indicação de política pública de nada a fazer e naturalizar a violência dirigida aos adolescentes e jovens.

5.4. VÍTIMAS DA VULNERABILIDADE OU HOMICÍDIO “ASSISTIDO”

Lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, O Atlas da Violência 2017 revela que homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País. A população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios.

De acordo com Costa (2011), há vários indicadores capazes de mensurar a segurança e a violência. Os três mais importantes são a vitimização, a percepção de insegurança e a confiança das pessoas em instituições encarregadas de prestar serviço em segurança pública. A primeira medida está relacionada à ocorrência de violência ou desapropriação. O segundo mede o medo das pessoas para a probabilidade de violência física e patrimonial. O terceiro avalia a confiança da população contra a possibilidade que atos de violência sejam evitados, ou devidamente investigados e punidos se ocorrerem.

No que tange a elaboração de políticas e modelos de gestão em segurança pública, há que se conheceram as representações sociais da violência em cada localidade. Geralmente, essas políticas são centradas no combate à violência na sua dimensão interpessoal, negligenciando a institucional e a instrumental.

No Brasil, o campo da segurança pública, considerado durante muito tempo um assunto exclusivo da política e das forças de segurança, que recorriam unicamente à respostas punitivas para lidar com a criminalidade, passou gradualmente a incorporar novos temas, estratégias e atores, principalmente a sociedade civil. (SOUZA, 2002, p. 105)

No Brasil e, de modo mais específico, percebe-se o aumento dos índices de violência, provocando medo e insegurança o que conseqüentemente cumula uma fragilização nas relações sociais entre pessoas e instituições públicas. Alguns autores como Costa (2015) e CAPPI (2009) apontam para três tipos de violência que trata cada uma com suas condições e especificidades de modo efetivo na vida das pessoas. Não ire aqui aprofundar essa temática, a mesma foi abordada no subitem anterior.

Cappi (2009) aponta três tipos de manifestação e conflitos de violências onde o mesmo reflete sobre alguns caminhos para o entendimento e de intervenção, o autor segue a linha de pensar, refletir, falar sobre essas realidades constitui uma primeira maneira de “tratá-las”.

A cultura da violência estabelece códigos extremamente cruéis. Se a própria vítima, seus familiares e amigos sofrem com a violência que os atinge diretamente, a vizinhança e mesmo a opinião pública mais geral vão se sentir mais aliviadas e tratam de justificar a dura sentença, argumento que marginal tem que morrer mesmo. Essa forma disseminada de pensar e do sentir, ainda que desesperada, traumática, opera como reforço do campo de impunidade que encobre, não investiga é, mercê disso estimula o extermínio a título de justiça e seus executores como justiceiros. COSTA, 2005,p. 89)

A violência, é no seu rastro o homicídio, não constitui direta e necessariamente uma consequência da pobreza; nem é tampouco uma reação natural de pessoas originalmente

pobres. Ela pode ser estendida como resultados de uma política econômica destituída de compromisso ético, em que a elite e o Estado se furtam a resolver o problema da distribuição de renda e da prestação de serviços fundamentais para a vida humana. COSTA, 2005, p. 89).

Podemos assim dizer que a pobreza é um estado da violência? Ou uma consequência dela? sim podemos, a partir do pressuposto que é de total obrigação do Estado prevê as necessidades básicas do ser humano como: Saúde, Educação e Segurança Pública, protegendo-os das vulnerabilidades que geram a pobreza.

Na visão de Gey Espinheira (2000, p. 37-38 apud Costa, p.89), o monopólio do uso da força limitado ao Estado, que, não raro, extrapola para o uso da violência, é o que desencadeia reações também violentas e em escalas crescentes: criminosos se antagonizam, disputam territórios para o jogo, para o tráfico de drogas; eliminam outros transgressores, considerados sujeiras, estabelecem regras de vida, impõem o medo e, eventualmente, o terror.

De um modo geral, pode-se dizer que a violência é produto de uma sociedade desigual, onde o Estado se omite das próprias responsabilidades sociais. A Polícia legitimada pelo Estado no uso da força para a solução de conflitos e para a repressão às transgressões utiliza frequentemente a violência como meio legal de ação, o que acaba resultando numa elevada proporção de mortes, decorrentes de intervenções legais, aproximando-se ao número de crimes atribuídos aos grupos de extermínio. COSTA, 2005, p. 90),0

A cultura da violência é reforçada pela falta de controle dessas situações conflituosas, quando a vida humana parece ter pouco ou nenhum valor, dando a entender ser mais econômico eliminar pessoas do que acionar quaisquer outros mecanismos de mediação. Para Cappi (2009) a mediação é um instrumento de forma de prevenção das violências criminalizadas – as condutas definidas como crimes – lembrando que existem outros tipos de violência que permanecem fora do alcance do sistema penal. Vejamos o que Cappi esclarece:

Se prestarmos atenção aos ensinamentos de teorias criminológicas desenvolvidas nas últimas décadas sob o nome de “teorias da reação social”, notamos que existem diversas modalidades de a sociedade realizar o chamado controle ou regulação social da violência. Toda sociedade precisa de certa conformidade para assegurar o convívio de pessoas. Para que isso ocorra, o controle social é exercido para garantir e promover uma relativa adequação dos membros da sociedade a certos modelos comportamentais e normas, em determinado contexto histórico. O controle social é exercido através de instâncias formais – leis, polícia, ministério público, tribunais, penitenciárias, outras instâncias jurídicas – e instâncias informais – família, escola,

comunidade, organizações da sociedade civil, mídia, costumes – por meio de uma série de articulações, nem sempre harmoniosas, entre si. CAPPI, 2009, p. 31).

Ainda se baseando pelos escritos de Costa (2005) [...] o combate à violência seria reduzido exclusivamente a uma:

A violência como exclusivo subproduto da perversão socioeconômica: pobreza, analfabetismo, marginalização social, desemprego. Nesta visão, a violência seria o destino inexorável;

A violência como exclusivo subproduto da patologia individual. Assim, seria necessário o aumento de recursos financeiros e o reaparelhamento da Polícia repressora.

Ao contrário, o que nossa sensibilidade indica, a taxa de homicídios vem caindo no Brasil. Nossa sensibilidade reflete, no entanto, uma tendência de crescimento da criminalidade violenta nas últimas décadas. Na primeira metade da década de 1980, quando o país ainda era governado pela ditadura militar, políticas de ajustes ao endividamento externo, ligados à crise internacional do petróleo, iniciavam um processo muito recessivo, com o agravante aceleração da espiral inflacionária. Essas políticas atingiram, sobretudo, as famílias pobres e miseráveis. Nesse período, o índice de criminalidade violenta cresceu consideravelmente principalmente nas regiões metropolitanas.

Nos anos seguintes, houve certa recuperação na economia, mas o primeiro governo civil após o regime militar, reunido a setores ligados ao antigo governo com setores da oposição frustrou as expectativas. Planos de reforma agrária foram anunciados, mas jamais realizados, sucessivos planos de combate à inflação não tiveram fôlego para segurá-la por mais de três meses, assim, o índice de criminalidade violenta continuou crescendo.

A década de 1990 foi marcada pela política neoliberal que, de um lado, conseguiu finalmente, controlar a inflação, mas de outro impôs um modelo tecnocrático de economia, cuja palavra de ordem era “corte de gastos públicos”. Aumentando a dependência em relação aos credores externos, a política neoliberal conseguiu manter o controle sobre a inflação por meio de recessões contínuas e alto nível de desemprego. A exemplo de outros países em desenvolvimento, a sobrevivência econômica do Brasil ficou cada vez mais dependente de sua aceitação no mercado globalizado. No projeto neoliberal, a “modernização” se fez mediante termos como a “flexibilização das normas trabalhistas” ou “terceirização dos serviços”, que

de fato constituem novas restrições aos direitos da classe trabalhadora, agora feitas em nome “dos critérios da racionalidade instrumental do mercado”.

Os custos sociais desta política formam desemprego, subemprego, queda nos salários e amplos contingentes da população abaixo da linha de pobreza. Neste contexto, as taxas de criminalidade violenta continuaram crescendo. Os homicídios, especificamente, cresceram de forma regular até 2003, com incrementos muito elevados, em torno de 5,1% ao ano. A partir de 2004, a tendência histórica reverteu-se de forma significativa e o número de homicídios começou a cair. Esta queda é explicada por diversos fatores. Em nível nacional: políticas de promoção do crescimento econômico e incremento da renda da população mais pobre fizeram com que 20 milhões de pessoas saíssem da situação de miséria; o salário mínimo elevou-se consideravelmente; o desemprego caiu um terço em São Paulo e em proporções ainda mais elevadas na região nordeste.

Em nível estadual, algumas políticas voltadas diretamente à questão da segurança pública começaram a mostrar seus resultados. Este é o caso, principalmente, do estado de São Paulo. Em 1994 São Paulo era o oitavo estado entre os de maior índice de homicídios no país, contribuindo com 30% dos casos. Dez anos depois (2004), sua colocação caiu para o 10º lugar, o que representa 27,3% dos homicídios do país e uma taxa de 28,6 homicídios por 100 mil habitantes.

Mas, ao longo da década, ocorreu uma forte transformação na tendência. Até 1999, a violência homicida no estado de São Paulo cresceu em torno de 8% ao ano. A partir do início dos anos 2000, ocorreu exatamente o oposto: uma queda de cerca de 5% ao ano nesta taxa de homicídios. Esta virada na tendência antecedeu em alguns anos o que depois começaria a ocorrer em nível nacional.

No caso do estado de Sergipe, assim como afirma Jorge (2015,p.22) “[...] se considerarmos o decênio de 2003 – 2012, o total de vidas perdidas em solo Sergipano chega a 6.101 - um contingente de indivíduos maior do que a população de dezesseis dos 75 municípios sergipanos [...]”.

Assim, trata-se de uma problemática a nível nacional neste mesmo lapso temporal (2003 a 2012) foram criados no país 13,9 milhões de empregos com carteira assinada, além de melhorias no rendimento pago ao trabalhador, ou seja, houve um aumento considerável ao salário mínimo.

Vale aqui também ressaltar, segundo Jorge (2015, p. 22) que entre 2007 houve uma queda na taxa de homicídios que é na concepção da Waiselfisz (2012 e 20111) como resultado da campanha do desarmamento realizada no país a partir de meados de 2014.

Os analistas tributam estas mudanças a alguns fatores específicos;

- Combate ao crime organizado;
- Campanhas pelo desarmamento e controle de armas;
- Aprimoramento de formação dos policiais;
- Articulação das diferentes políticas e das guardas metropolitanas;
- Reforma da legislação sobre segurança pública;
- Articulação dos setores públicos e privados em fóruns, comitês e consórcios para o desenho de estratégias de enfrentamento da violência;
- Desativação das carceragens dos distritos policiais;
- Criação de observatórios; e
- Implantação de sistemas de informação interligados em rede.

Dentre as ações e estratégias desenvolvidas, ganham destaque às voltadas para a prevenção à violência. Contudo, nenhuma dessas alternativas de gestão lograram êxito, conforme se verificou através do crescente aumento dos crimes de homicídios entre as décadas de 1980 a 2010. Quando se descreve a morte assistida, caso do suicídio, compreende-se como uma busca pelo paciente às autoridades médicas para lhe assegurar uma morte sem sofrimento.

A omissão do Estado é em si mesma uma das expressões da violência e, ao mesmo tempo, a internalização no aparato da Segurança Pública, de práticas transgressoras e criminosas. O Estado não é omissor apenas nas comunidades, mas é, sobretudo, também na prática da impunidade frente a crimes cometidos por agentes do sistema legal. Isso leva o cidadão a uma tomada de ação, após não receber da Polícia o recurso necessário para os seus problemas. Aliás, recebe um problema a mais, já que quando a ela precisa recorrer em última instância, não obtém a solução que buscava. (COSTA, 2005, p. 88)

Aqui reside a contradição, no caso do homicídio. As autoridades do Estado têm o dever de proteger a população e não lhe deixar privada de necessidades básicas, tais como: saúde, educação e segurança. No caso dos Estados brasileiros, é exatamente onde não se tem esse desiderato. Enquanto a primeira assistência diz respeito à aceleração do processo para garantir uma “morte decente” (morte sem sofrimento físico - dor), os homicídios possuem outra vertente da “observação”. As autoridades públicas conhecem o evento, sabem onde se tem maior quadro de vulnerabilidade, declara publicamente que as mortes são decorrentes de

fatores específicos (tráfico de drogas – maior parte dita pelas autoridades), mas assistem passivamente os assassinatos acontecerem ano após anos. Existem casos em que municípios são diagnosticados por diversos institutos de pesquisa como sendo as mais violentas do Brasil ou do Mundo, mas não se tem medidas para resolver o problema.

Assiste-se os meios de comunicação divulgar a cada dia os números de homicídios, de jovens ou de adolescentes (na sua maioria), e uma nova programação no dia posterior replica os noticiários informando a morte violenta de outros atores sociais com as mesmas características. O Estado, representado por seus governantes, é imune aos sentimentos de compaixão pelas vítimas, assistem aos crimes e retornam a cada período de eleições prometendo solucionar tal questão. Nesse sentido, não se tem perspectiva de redução do quadro de vulnerabilidade social das vítimas, importando apenas realizar constatações que não encontram solução a curto prazo.

As vulnerabilidades aqui são assistidas? Assim como os homicídios? A falta de controle na gestão das políticas públicas geram desconforto e situações conflituosas tanto para as vítimas e seus familiares, como para a população, fazendo-nos a refletir que é mais fácil “eliminar pessoas” do que pensar, agir e implantar políticas transformadoras, com identidade, estratégias e soluções coletivas e seguras, buscando um estado forte e inclusivo, atendendo assim, os anseios da população, principalmente a população mais vulneráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a vulnerabilidade deve ser sempre entendida como um tema atual, enfocando, em especial, as condições de existência do sujeito no contexto das cidades. Cada sociedade tem uma responsabilidade perante as populações mais jovens, preparando-as para substituir a população que naturalmente envelhece. A forma como esses jovens interagem com seu contexto social demonstra o quanto estão aptos para essa substituição. Noutro sentido, a aceitação dessa realidade tem uma forte relação com a maneira como a população mais velha trata essa população mais jovem.

O contexto da vulnerabilidade é uma das condicionantes que sinaliza a maneira como os mais velhos tratam os mais novos, indicando o quanto eles têm importância social para substituí-los. A forma como os jovens são tratados e o estado de vivência que lhes é proporcionado pode ser um indicador de sobrevivência na sociedade.

A vulnerabilidade se revela de várias formas. A tese de Bright (2017), que indica a existência de categoria para esta disfunção social, tais como crianças que necessitam de cuidados do Estado, crianças que necessitam de maiores cuidados dos entes familiares, crianças que precisam de desenvolvimento educacional, crianças que estão susceptíveis às condições de abandono e vulnerabilidade decorrente de necessidade de atendimento na saúde, vulnerabilidade decorrente de necessidade de assistência escolar e alimentar, além de cuidados decorrentes da guarda do Estado após ato infracional.

É notório o avanço da violência que atinge os indivíduos enquanto estão nas condições de crianças e jovens. O sistema de dados de saúde Datasus demonstra o quanto esses indicadores têm avançado ao longo do tempo. Esse aumento tem repercutido de forma bem abrangente, conforme constatou Waisefisz (2011). A cidade de Aracaju já figurou como uma das 50 cidades mais violentas da América do Sul (JORGE, 2015).

Quando se busca responder se houve vitimização de jovens na cidade de Aracaju, decorrente da criminalidade violenta, no período de 2012 a 2014, notou-se que efetivamente isto ocorreu no período. A figura 11 demonstra por meio de dados do Sistema de Saúde, que a mortalidade – decorrente da violência, tem crescido na cidade, embora os dados do Sistema de Segurança Pública apontem noutra direção.

Constatou-se que houve no período examinado um aumento substancial da vulnerabilidade decorrente de crimes violentos na população de jovens na Cidade. Os fatores que estão relacionados com essa vulnerabilidade são as diversas tipologias de criminalidade.

No que diz respeito ao tratamento que os setores da sociedade proporcionam para contenção dessa vulnerabilidade, constatou-se que há projetos voltados para minimizar os efeitos dessas condicionantes (criminalidade e educação).

Alguns órgãos públicos, com suas políticas de ação, realizam trabalhos com jovens na tentativa de educá-los para não aceitarem e não usarem drogas ilícitas. O serviço social do Comércio é um dos órgãos da sociedade civil que proporciona condições para reduzir a vulnerabilidade de jovens na cidade. Outro órgão da sociedade civil é o Instituto Luciano Barreto Júnior, que trabalha com os jovens, despertando-os para suas melhores características visando aprimorar sua sociabilidade.

Ao final da pesquisa foi possível concluir que há vulnerabilidade de jovens na cidade de Aracaju – no Estado de Sergipe/BR. Essa vulnerabilidade é multifatorial. Contudo, aquela decorrente da criminalidade é a que mais impulsiona os jovens para os altos índices de mortalidade. Alguns órgãos públicos e privados têm iniciativa para conter essa vulnerabilidade, no entanto, os resultados não indicam melhorias nesse quadro.

A par das conclusões do estudo, registramos que se afigura oportuno aprofundar estudos para categorizar as tipologias que proporcionam a inserção dos jovens nesse quadro de vulnerabilidade violenta, bem como encontrar tecnologias mais eficientes para minimizar os efeitos ou impedir que eles se tornem vítimas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Myriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Miriam Abramovay et al. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ACOSTA, Ana Rojas; VITALLY, Maria Amália Faller. (Org.). **Família, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ACHUTTI, Daniel Silva. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- ADORNO, S. et al. O adolescente e a criminalidade urbana em São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Criminas**. São Paulo, IBCrim, ano 6, n.23, setembro 1998, p.189-204.
- ALVES, Jolinda de Moraes; SEMZEZEM, Priscila. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **Serviço Social em Revista**. v.16. nº1. pg. 1-24. 2013. <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/srevista/article/view/16115>>. Acesso em: 21 abr. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023** – Referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 10520** – Informação e documentação: citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro 2002.
- _____. **NBR 14724**. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- AYRES, José Ricardo de C. Mesquita et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão W. de Sousa et. al. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- _____. **Sobre o risco: para compreender a epidemiologia**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 6. ed. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.
- BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- _____. **O dentro e o fora da escola**. Seminário Avançado do PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR. Curitiba, 05 de agosto de 2009.
- BRASIL. República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao> Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. República Federativa do. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: 2005.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. (Org.). ABRAMO, Helena. Brasília: 2014. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/69/1/> Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Secretária Nacional da Juventude. **Lei nº 5 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília: 2017.

_____. Secretaria Nacional de Juventude; Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: 2015. (Série Juventude Viva).

_____. Secretaria Nacional de Juventude; Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017 e desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**. Brasília: 2017. disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661> Acesso em 11 mai. 2018.

BOCAYUVA, Helena; NUNES, Silva Alexim; COIMBRA, Cecília M. Bouças (Org.). **Juventude, subjetividade e violência**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.) 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. MICELI, Sergio (Org.). 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção estudos).

BONELLI, Maria da Gloria; LANDA, Martha D. Villegas de. (Org.). **Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina**. São Carlos: Compacta, 2013. 340p. Disponível em: <http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/616>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRIGHT, Cordis. **Defining child vulnerability: definitions, frameworks and groups**. <<https://www.childrenscommissioner.gov.uk/wp-content/uploads/2017/07/CCO-TP2-Defining-Vulnerability-Cordis-Bright-2.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CAPPI Ricardo. Mediação e prevenção da violência. In: LOMANTO, M.; AMORIM, S.; LEONELLI, V. (Org.). **Mediação popular: uma alternativa para a construção da justiça**. Salvador: Juspopuli, 2009 p. 27-35.

CARDOSO, Francisca Letícia M. Gadelha. **Mocinhos ou bandidos?** representações de jovens vítimas de homicídios em jornais brasileiros. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. na Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2006.

CASTEL, Roberto. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúde Loucura** – 4. ed. São Paulo: Hucitec; 1994. p.21-48.

_____. Rupturas irremediáveis: sobre Tristão e Isolda. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**. Sujeito e Objeto. n. 43. São Paulo. p. 171-188.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. As metamorfoses do trabalho. In: **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: 1998.

CHARLOT, Bernard. **Jovens de Sergipe**: quem são eles, como vivem, o que pensam. Aracaju, 2006.

_____. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Org.). **Sociologia da Educação**: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes. 2007. p. 203-221.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**. 14 de março de 1999. Caderno Mais. p. 3-5. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COSTA, CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**. Porto Alegre. Ano 4, n.8, Jul/Dez/2002. p.432-443.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade: gestão de segurança, violência e controle social**. Salvador: Editora UFBA. 2005.

_____. **Políticas e gestão de segurança pública em estudos**. Salvador. Editora UFBA. 2015.

COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla (Org.). **Segurança pública no Brasil**: um campo de desafios. Salvador. Editora UFBA, 2010.

CÚRIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia.; ROCHA, Fabiana Dias da. **Vade Mécum Saraiva**. 21. ed. atual. e ampl. São Paulo. Saraiva, 2016.

CZERESNIA, Dina. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: _____; FREITAS, C.M. (Org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p.43-57. <<http://www.fo.usp.br/wp-content/uploads>> Acesso em: 24 abr. 2108.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, 2007. p. 155-178. (Coleção educação para todos;16).

_____. **A Escola “faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípios científicos e educação. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola v. 14).

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas: a saída conjuntural para os negros na educação. In: PORTO, Maria do Rosário Silveira et al. (Org.). **Negro, educação e multiculturalismo**. São Paulo. Panorama. 2002. P. 221-234.

_____. Ações Afirmativas para Negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 29, mai./ago. 2005.

EG, Krug et al. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Adolescência, família e drogas**: a função paterna e a questão dos limites. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Núcleo de Análise e Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania /NAPSEC. **Homicídios dolosos em Sergipe**. Aracaju: 2017.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos**: curso elementar. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 64-89.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GISTOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica. n. 36. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view Acesso em: 10 nov. 2017.

JORGE, Marco Antonio. **Homicídios no Brasil e em Sergipe**: uma análise sobre a ótica da economia do crime. Aracaju. Editora: Diário Oficial do Estado de Sergipe e Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação de Sergipe. 2015.

JORNAL DO DIA. Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe. **Jornal do Dia**. Aracaju. Cidades. 2017. p. 8.

KUCINSKI, Bernardo [et.al.]. **Bala perdida**: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

KOWARICK L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2003; 18:61-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03>> Acesso em: 10 abr. 2108

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Suzete de Paiva. **Racismo e violência, prática de extermínio contra a juventude negra**. 2010, Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

MALVASI, Paulo Artur; TRASSI, Maria de Lourdes. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação Juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010 .

MENEZES, Joelina. **Segurança pública, gestão e valores**. São Cristóvão/Sergipe. Editora UFS, 2012.

MATIAS, Delane P. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 11, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a07>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MEDINA, Gabriel. **Juventude negra brasileira**: chacinas, torturas, extermínio e encarceramento. Vamos enfrentar! Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventudeviva/inicial#.VXhS3EZBdj0> >. Acesso em: 29 mai. 15.

MEZINSKI, Pierre. **As fases da violência**: como entender e enfrentar a agressividade. São Paulo: Ática. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. (Coleção Temas em Saúde).

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTORYN, Paulo. **Publicação do índice de vulnerabilidade juvenil à violência terá debate de lançamento**. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventudeviva/inicial#.VXhUAEZBdj0>>. Acesso em: 29 mai. 15.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. atual e ampl. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: em busca da constituição federal das crianças e dos adolescentes. 2. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Direitos humanos versus segurança pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Inter-American Commission on Human Rights. Violencia, niñez y crimen organizado** / Comisión Interamericana de Derechos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiales ; OEA/Ser.L/V/II) ISBN 978-0-8270-6531-4 1. Children's rights--America. 2. Organized crime--America. 3. Children and violence—America.

OLIVEIRA, José Fernandes de. **Juventude, crises, cruces e luzes**. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. A Questão do estado vulnerabilidade social e carência de direitos. **CADERNOS ABONG**. JUN/1995. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

PAULO NETO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PETRINE, João Carlos; CAVALCANTE, Vanessa Ribeiro Simon. (Org). **Família, sociedade e subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA. Disponível em: <www.Proerdbrasil.com.br>. Acessado em: 28 ago. 2017.

RODRIGUES FILHO, Guimes; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro (Org.). **Racismo e educação**: Contribuições para a implementação da Lei 10.639/03. Uberlândia: Editora UFU, 2011.

ROLIM, Marcos. **A formação de jovens violentos**: estudo sobre a etiologia da violência extrema. Curitiba: Appris. 2016.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6.ed. São Paulo. Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

SAVIANI, Demerval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.28, n. 100 - Especial, Bp. 1231-1255, out. 2007.

SCHUMANN, Lívia R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade**: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17001/1/2014_LiviaRejaneMiguelAmaralSchumann.pdf> Acesso em: 24 mar. 2018.

SILVA, Givanildo Manoel da. (Org.). **Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas**. Uberlândia, MG: Pueblo, 2015.

SILVA, Aléria Varela da. **Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal**. Universidade Federal de Alagoas. 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste. Maceió, AL.Set/2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **Quem comanda a segurança pública no Brasil? atores, crenças e coalisões que dominam a política nacional de segurança pública**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2015.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS: Um processo de construção da Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSITO, Marília. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In.: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

TAKEITI, B. A. **O adolescente e a violência: uma análise da configuração de sentidos do adolescente sobre o fenômeno da violência**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.

ZELUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da democratização. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. **Revista da Fundação Seade**. V.13, n3. 1999.

VALLE, TGM. (Org.) **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções** (online). São Paulo. Editora. Unesp. 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/krj5p/pdf/valle-9788598605999.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas. 1981.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. Homicídios de mulheres no Brasil. **Mapa da violência 2015**. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/Mapa Violencia_2015](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/Mapa%20Violencia_2015) Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Homicídios de Mulheres no Brasil. **Mapa da Violência 2012**. <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf> Acesso em: 19 jun. 2016

_____. Homicídios por Arma de Fogo no Brasil. **Mapa da Violência 2016**. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa 2016_armas_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa%202016_armas_web.pdf). Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008. **Mapa da violência 2011**. Disponível em: <<https://www.mapadaviolencia.org.br/publicações>> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Mortes matadas por armas de fogo. **Mapa da Violência 2013**. Disponível: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acessado em: 20/06/2016

_____. Mortes matadas por armas de fogo. **Mapa da Violência 2015**. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/> Acesso em: 29/05/16.

_____. Os Jovens do Brasil. **Mapa da Violência 2011**. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2011.php>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Os Jovens do Brasil. **Mapa da Violência 2014**. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

WESTPHAL, Márcia Faria; BYDLOWSKI, Cynthia Rachid. **Violência e juventude**. São Paulo: Hucitec, 2010.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA

Roteiro de Entrevista

Nome: Fredsona Santana

Secretário Estadual de Juventude

Questionário

- 1) Quais as ações que a Secretária de Juventude tem no controle das vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens?
- 2) O que o Secretária de Juventude vem promovendo para diminuir o índice de vulnerabilidade social juvenil?
- 3) Tem parceiros? Quais?
- 4) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na comunidade?
- 5) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na juventude?
- 6) Em relação as estatísticas o Secretária de Juventude tem algum dado?
- 7) Quais os desafios?
- 8) Quais os avanços?

Pela atenção, muito obrigada.

Natália Pereira Dalto

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania - UFVA

Aracaju 09 de agosto de 2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA**

Roteiro de Entrevista

Nome: Aline Ferreira Santos

Tereza Cristina da Silva Santos

Conselheiro (a) Tutelar:

Questionário

- 9) Quais as ações que o Conselho Tutelar tem no controle das vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens?
- 10) O que o Conselho Tutelar vem promovendo para diminuir o índice de vulnerabilidade social juvenil?
- 11) Tem parceiros? Quais?
- 12) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na comunidade
- 13) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na juventude?
- 14) Em relação as estatísticas o conselho tem algum dado?
- 15) Quais os desafios?
- 16) Quais os avanços?

Pela atenção, muito obrigada.

Natália Pereira Dalto

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania - UFVA

Aracaju 28 de novembro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA

Roteiro de Entrevista

Nome: Edilma Barroso

Érica Vieira

Assistente Social do Serviço Social do Comércio - SESC

Questionário

- 17) Quais as ações que o Serviço Social do Comércio tem no controle das vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens?
- 18) O que o Serviço Social do Comércio vem promovendo para diminuir o índice de vulnerabilidade social juvenil?
- 19) Tem parceiros? Quais?
- 20) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na comunidade?
- 21) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na juventude?
- 22) Em relação as estatísticas o Serviço Social do Comércio tem algum dado?
- 23) Quais os desafios?
- 24) Quais os avanços?

Pela atenção, muito obrigada.

Natália Pereira Dalto

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania - UFVA

Aracaju 20 de fevereiro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA

Roteiro de Entrevista

Nome: Valéria Freire

Diretora do Instituto Luciano Barreto Junior

Questionário

- 25) Quais as ações que o Instituto Luciano Barreto Junior tem no controle das vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens?
- 26) O que o Instituto Luciano Barreto Junior vem promovendo para diminuir o índice de vulnerabilidade social juvenil?
- 27) Tem parceiros? Quais?
- 28) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na comunidade?
- 29) Quais os tipos de vulnerabilidade mais presentes na juventude?
- 30) Em relação as estatísticas o Serviço Social do Comércio tem algum dado?
- 31) Quais os desafios?
- 32) Quais os avanços

Pela atenção, muito obrigada.

Natália Pereira Dalto

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania - UFVA

Aracaju 31 de outubro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA

Nome: Josevanda Mendonça Franco

Diretora do Serviço de Educação em Direitos Humanos – **SEDH/SEED**

Venho através deste questionário solicitar informações sobre as atividades que a Secretaria Estadual de Educação realiza para promoção e defesas de adolescentes e jovens sergipanos. Sou aluna do curso de Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Questionário

- 1) Quais as ações que a Secretária Estadual de Educação tem no controle das vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens?
- 2) O que a Secretaria vem promovendo para diminuir os índices de vulnerabilidade social juvenil?
- 3) Tem parceiros? Quais?
- 4) Em relação as estatísticas a secretaria têm algum dado?
- 5) Quais os desafios?
- 6) Quais os avanços?

Pela atenção, muito obrigada.

Natália Pereira Dalto

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania - UFBA

Aracaju 23 de agosto de 2017